



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DAS ARTES
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

Título
PORTA ORIENTE,
UM POSSÍVEL DESÍGNIO

Nome do Mestrando
Ana Isabel Botelho Alves

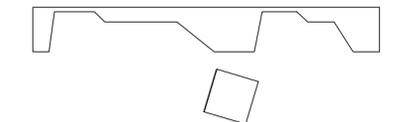
Orientação
Arq. Pedro Oliveira

Mestrado em Arquitetura

Trabalho de Projeto
Évora, 2014

PORTA ORIENTE

U M P O S S Í V E L D E S Í G N I O



ISABEL BOTELHO .z3358

Dissertação + Projeto prático para conclusão do Mestrado em Arquitetura
Orientador: Arq. Pedro Lagrifa Carvalhais Oliveira
Departamento de Arquitetura. Universidade de Évora, 2014

AGRADECIMENTOS

Aos professores Pedro Oliveira e Paulo Pereira

Ao João. Aos meus amigos.

E em especial, aos meus pais por todo o apoio incondicional.

PORTA ORIENTE

ABSTRACT

Dando sequência a um possível designio no período dos reinados D. Manuel e de D. João III onde se sugere a existência de duas praças Reais ribeirinhas a oriente e a ocidente de Lisboa, "Porta Oriente" é a proposta para a resolução e, em certa medida, a conclusão para o que historicamente se pode considerar a tentativa consistente de abrir uma praça a nascente tomando-a uma realidade e de modo, a abrir-se como nova praça ribeirinha.

Esta "Porta" equaciona a necessidade histórica, política e fenomenológica da existência destas praças reais (ou de terreiros) na frente de água assim como, de que forma, se inserem a nível territorial. Com o intuito de se entenderem as suas implantações e as suas relações estratégicas pretende-se fazer uma analogia com a atualidade em função de um novo reposicionamento (reproposing) urbano das frentes fluviais lisboetas, a nascente.

EASTERN DOOR

ABSTRACT

Following a conceivable purpose present during the reigns of Manuel I and João III of Portugal, which implied two royal squares near the river Tagus, one in the west of Lisbon and another one in the eastern part of Lisbon, 'Porta Oriente' ('Eastern Door') is the proposal for the resolution and to a certain extent the conclusion of what historically can be considered a consistent attempt for a square facing the rising sun to be opened up. Not only would that become a reality as it would be opened up as a new square near the river.

This 'Door' considers the need for the historical, political and phenomenological existence of those royal squares (or royal yards) opening up bordering the river as it considers the way they adapt to the environment at the territorial level. With the purpose of facilitating the understanding of their implementation and their strategic relation we should like to offer an analogy with current times towards a new urban reproposing of the eastern Lisbon riverfronting area.

	Agradecimentos	
	ABSTRACT	006
	INTRODUÇÃO	
	OBJETO DE ESTUDO. MOTIVAÇÕES. OBJETIVO	008
	METODOLOGIA E ESTRUTUR. ESTADO DE ARTE/PERTINÊNCIA	010
I . O POSSIVEL DESÍGNIO		012
	AS PRAÇAS REAIS NA FRENTE DE ÁGUA	016
	TERREIRO DO PAÇO	
	CONSTITUIÇÃO DO TERREIRO	
	FRENTE ROMANA	020
	PRIMEIROS TRAÇADOS NO PERÍODO MEDIEVAL	022
	A NOVA RIBEIRA E O TERREIRO MANUELINO	
	CONSOLIDAÇÃO DA PRAÇA REAL	024
	CONFIGURAÇÃO DO TERREIRO	028
	REORGANIZAÇÃO MANUEINA	034
	O PALÁCIO E O PALCO SOBRE O RIO	038
	UTOPIAS DE D. JOÃO V	046
	PRAÇA REAL DO TEJO NO PÓS TERRAMOTO	
	PLANOS E PROPOSTAS PARA A NOVA PRAÇA	054
	PLANTA DE EUGÉNIO DOS SANTOS, A PROPOSTA	058
	A PRAÇA E OS NOVOS USOS ATÉ À ATUALIDADE	064
	PRAÇA DO PALÁCIO DE BELÉM	
	BELÉM, A PRAÇA NA FRENTE DE ÁGUA	070
	A PRAÇA DESDE D. MAUEL A D. JOÃO V	072
	TRANSFORMAÇÕES E ATERROS ATÉ À ATUALIDADE	076
	O POSSÍVEL DESÍGNIO	080
	XABREGAS, A TERCEIRA PRAÇA REAL	088
	CONSIDERAÇÕES PARA PROJETO	094
II . PORTA ORIENTE		104
	MARVILA	108
	ANALISE DO TERRITÓRIO	
	PORTO DE LISBOA	112
	SISTEMA DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA E MARÍTIMA	114
	TOPOGRAFIA	116
	SISTEMA DE TANSPOTES PÚBLICOS	118
	PROJETOS URBANOS RIBEIRINHOS	120
	PROGRAMA PORTUÁRIO	122
	PROGRAMA INDUSTRIAL	122
	CAMINHO ORIENTE	124
	LIMITES DE LINHA DE COSTA	124
	O LUGAR	
	DOCA DO POÇO DO BISPO	126
	EVOLUÇÃO DA FRENTE	130
	PERFIS DA CIDADE	132
	FOTOGRAFIAS	134
	CENTRO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA	136
	PLANTA GERAL	142
	PROGRAMA E ESTRUTURA	144
	DESENHOS	146
	ABORDAGEM FINAL	168
	BIBLIOGRAFIA	174
	BIBLIOGRAFIA DE IMAGENS	176

INTRODUÇÃO

OBJETO DE ESTUDO

A presente dissertação tem como objeto de estudo as Praças Reais como Portas Marítimas de entrada na cidade de Lisboa, a estratégia para o crescimento da frente ribeirinha da cidade no período desde D. Manuel a D. José I - passando por D. João III e D. João V - e a compreensão da influência e da importância que elas poderiam ter na atualidade.

Estas praças encontravam-se localizadas em Belém, na zona ocidental e em Xabregas, na zona oriental e definiam novos limites geográficos da área envolvente da cidade. Ao centro situava-se a Praça Real por excelência, a Praça do Comércio, designada por Praça Real do Tejo.

MOTIVAÇÕES

O desenvolvimento do trabalho em Projeto Avançado III, foi a base para a escolha do tema de tese, onde se pretendeu desenhar um Centro de Cultura Contemporânea na faixa ribeirinha de Lisboa, mais precisamente a Oriente.

Com o desejo de (re)criar a Porta de acesso da cidade de Lisboa na Faixa Oriente e com o intuito de motivar o desenvolvimento e a revitalização desta frente absorvida pelas indústrias e pelo Porto, a Doca do Poço do Bispo, em Marvila, foi a localização estratégica pensada para a implantação de uma praça de frente fluvial, enquadrada por equipamento público.

OBJETIVOS

A proposta de dissertação centra-se no estudo de praças reais na frente de água no período de D. Manuel e de D. João III com o objetivo de compreender a sua importância no período em que foram estrategicamente pensadas e no modo como poderiam ser importantes no funcionamento da cidade na atualidade.

Através deste estudo pretende-se também entender a necessidade de uma nova Porta a oriente e o seu lugar no território.

Através desta entrada pela praça de água é possível demarcar um novo cais que irá permitir uma melhor deslocação entre margens, facilitar o acesso à cidade por via marítima e intermarítima promovendo deslocações ao longo da própria cidade (margem norte), dispensando o automóvel e sugerindo meios de transporte sustentáveis.

Esta porta pretende ser uma Praça de Água de chegada, mas também um marco cultural com espaços de lazer que escasseiam nesta frente. Este ponto adquire um sentido simbólico pelo modo como é marcada a chegada à cidade a oriente, mas tem também como objetivo revitalizar equipamentos culturais ou espaços devolutos com potencialidades de reuso, mesmo que apenas social, que se encontram ao longo desta zona e que devido à presença das indústrias e do porto se foram perdendo na paisagem da cidade.

As Portas Marítimas de acesso à cidade são espaços de grande importância pela sua funcionalidade; a escala que comportam tornam-nas pontos de relevância na cidade pelo seu valor simbólico - pontos de lazer atrativos à presença e ocupação do homem.

Neste contexto pretende-se:

Analisar as Praças Reais enquanto Portas Marítimas;

Compreender a influência dos acessos marítimos enquanto espaços públicos e equipamentos culturais associados;

Estudar a influência dos equipamentos culturais e de receção de públicos em deslocação nestas entradas como motivação da qualidade de estruturação e de construção do lugar;

Entender as vivências do homem no espaço urbano para que a Porta Marítima se possa tornar num lugar de referência pelo seu lado funcional e por ser um foco de atração e permanência;

Estudar novas possibilidades aplicando-as no projeto.

ESTRUTURA E METODOLOGIA

A dissertação pretende demonstrar a importância e a influência das praças reais como portas da cidade através do rio.

Deste modo, numa primeira fase será abordado, tendo por base os temas as Praças Reais desde D. Manuel a D. José I, as Portas Marítimas na Cidade de Lisboa e em especial o seu enquadramento histórico, para que se possa compreender as necessidades das sucessivas transformações morfológicas que, levadas a cabo pela arquitetura e pelo urbanismo, decorreram na paisagem da frente ribeirinha.

Num segundo momento compreender-se-á, de forma mais aprofundada, as Praças como Portas de Cidade, como estas se enquadram no território e a problemática destes locais na sua atualidade, apresentando-se alguns casos de estudo que permitiram interrogar estes lugares.

Através destas referências pretende-se interpretar e reformular a natureza deste lugar - reestruturar a estratégia da área de intervenção.

“Portas Marítimas” expressa a firmeza e a vontade de reativar áreas potenciais da cidade que, devido a um mau estruturamento no seu planeamento, acabaram por absorver os seus potenciais valores.

Para responder a estes pontos adota-se a seguinte metodologia:
Pesquisa para a realização de uma síntese de informação geral;
Reconhecimento do lugar - visita e recolha de dados fotográficos;
Análise de casos de estudo;
Aplicação das ideias concluídas na prática de projeto.

ESTADO DE ARTE / PERTINÊNCIA

Atualmente a frente ribeirinha de Lisboa tem sofrido um grande crescimento e, especialmente, uma procura intensa, por força do turismo de massas e do turismo qualificado, facto que se constata em pontos diversos.

Desde Belém até Santa Apolónia verifica-se uma agregação de turismo de massas e desde a estação até ao Parque das Nações, observa-se uma utilização recorrente e uma erosão urbana de habitação e de eventos. Porém a faixa Oriente, situada entre Santa Apolónia e o Parque das Nações, continua ocupada pelo atual porto de Lisboa, o que faz com que memórias e equipamentos culturais se tenham diluído na paisagem, tal como as atividades humanas que aqui se desenvolviam.

O desenvolvimento do trabalho em Projeto Avançado III foi a base para a escolha do tema de tese, em que se pretende desenhar um Centro de Cultura Contemporânea na faixa ribeirinha de Lisboa, mais precisamente a Oriente.

Este trabalho pretende, projetualmente:

- propor uma Porta de acesso à cidade de Lisboa na Faixa Oriente,
- justificar a Doca do Poço do Bispo como a localização estratégica para a implantação da proposta - o centro de cultura, aliado a uma nova porta marítima.

Embora não existam estudos realizados sobre esta estratégia, existem registos destas intenções, enunciadas pelos historiadores, entre os quais José Sarmento Matos, em Caminhos do Oriente II, que enuncia a estratégia das três praças na margem da cidade.

Com base em cartografia, plantas antigas e estudos individuais dos distintos lugares compilei a informação que me levou a tentar entender as relações entre os três marcos distintos.

Nuno Portas aborda também as frentes de água ao analisar as distintas formas de nos apropriarmos da frente do rio.

Neste âmbito convém ter em conta um facto de teor conceptual que é comum, para não dizer mesmo “universal”, a todas as cidades portuguesas com “frentes de água”: a existência da Ribeira. Convém desde já assentar que “a Ribeira” autonomiza-se em termos de linguagem e de nomeação, e constitui-se em realidade urbanística com identidade própria. E é, “entidade urbana”, plenamente assumida, quer nas cidades e vila de frente marítima ou estuarina (como Lisboa, Setúbal, Caminha, entre outras), ou de frente fluvial (como Goa, por exemplo). Este facto impôs, nos territórios continentais bem como nos territórios urbanos ultramarinos, a existência de uma faixa, maior ou menor, mais extensa ou mais localizada, de serviço e armazenamento como apoio às atividades transitárias por

mar e rio e também, entradas mais ou menos enfáticas na cidade, com aberturas, ou sistemas de defesa, monumentais e fechados, ou monumentais e abertos (o caso do Terreiro do Paço /Praça do Comércio), em que se oferece um terreiro funcional com elementos de representação do poder (“Praças Reais”) ou elementos de marcação urbana nobilitados (“praças marítimas”).

A recuperação do paradigma da praça marítima, “praça de água” como às vezes lhe chamamos ou “praça Real”, fez parte da morfologia urbana das cidades portuguesas costeiras ou fluviais e pode ser tomado como exemplo de um exercício de reabilitação e criação de novos pólos ribeirinhos que funcionem como atratores ou catalisadores urbanos.

Note-se que, pese embora esta constatação, a Ribeira nem sempre foi um lugar de fruição da paisagem, ou se o foi, foi-o em “segundo grau”. A criação de praças marítima, “reais” ou não, largos e outros espaços “em aberto”, fica a dever-se à dinâmica de ocupação da própria Ribeira.

O caso de Lisboa, é marcante. Já caiu no esquecimento a configuração da fachada ribeirinha de Lisboa do lado poente, a seguir ao Palácio real de Santos, que nunca teve uma expressão monumental, nem uma dignidade formal que resistisse à passagem do tempo sem grandes alterações e que hoje, é um palácio discreto. Nos finais do século XVIII, como o atesta a Panorâmica Desenhada da Academia Nacional de Belas Artes, magnífico desenho de autor anónimo realizado cerca de 1800, é uma barreira de armazéns que se destaca: tercenas e armazéns seguem-se uns aos outros com espaço diminuto de praia e com um ou outro cais de abastecimento aos armazéns e nada mais.

Os palácios da nobreza sobrepujam, na cota superior, estes edifícios utilitários, puramente utilitários.

Hoje, embora em termos morfológicos a realidade seja outra, existe ou persiste, ainda, uma separação do rio e da cidade, do curso fluvial e das ruas que lhe são paralelas ou perpendiculares, por força dos aterros do século XIX e muito em especial do século XX, da rede viária (Avenidas 24 de julho e Av. da Índia), e do sistema de novos armazéns e cais de atracagem ou mesmo de depósito de contentores.

A pertinência de uma intervenção em Lisboa-Oriente/Xabregas pode também ler-se a esta luz: a de criar uma abertura, um rasgo, um novo horizonte para quem pretenda usufruir do rio: voltar o peilo à água mas não voltar as costas ao rio/estuário. Os contentores, algumas estruturas de beira-rio na área do Porto de Lisboa, e as barragens brutais de contentores são a versão moderna ou pós-moderna da massa contínua, cenográfica porém, de tercenas e mais tercenas, característica dos séculos XVIII.

Baseei-me ainda em estudos recentes, realizados com a intenção de entender a ocupação da frente da cidade e de refletir sobre a intervenção a realizar nessa área através dos equipamentos que sirvam a cidade (soc(i)iedade). Foram eles, Projetos urbanos para a frente ribeirinha de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 23 setembro de 2011; Análise Urbana de Territórios Construídos, Direção Municipal de Planeamento Urbano, Departamento de Planeamento Urbano da Câmara Municipal de Lisboa, 11 de junho de 2008; Os Aterros na Baixa e na Frente Ribeirinha de Lisboa * Revista da Gestão Costeira Integrada, 2012. Paralelamente, outros arquitetos fizeram a investigação sobre o crescimento desta frente tal como é visível no estudo feito pelo Arquiteto Pedro Domingos e o Arquiteto, o Atelier Bugiu e Aires Mateus - Estudo de intenções para o Porto de Lisboa, na Área entre Belém e a Matin **ha**, APL, 1º Fase.

I . O POSSÍVEL DESÍGNIO

AS PRAÇAS REAIS NA FRENTE DE ÁGUA
POSSÍVEL DESÍGNIO
CONSIDERAÇÕES PARA PROJETO

Na continuidade de um possível desígnio no período dos reinados de D. Manuel e de D. João III, onde se sugere a existência de duas praças Reais ribeirinhas a oriente e a ocidente de Lisboa, "Porta Oriente" é a proposta para a resolução e, em certa medida a conclusão para o que historicamente se pode considerar a tentativa consistente de abrir uma praça a nascente, tomando-a uma realidade e de modo a abrir-se como nova praça ribeirinha.

A cidade é marcada por estas duas praças, que têm uma grande importância por serem pontos de cais que oferecem novos acessos e o uso do rio. A Oriente foi pensada a existência de uma Praça em Xabregas, que ficou sob desejos e intenções que na atualidade poderia ser estrategicamente útil e funcional.

A frente Oriente da cidade é essencialmente portuária e industrial e como tal tem-se perdido a presença de alguns valores da história. Os conventos que faziam a frente foram absorvidos pelas indústrias que se foram ocupando pontualmente e que hoje em dia estão abandonadas e desativadas.

Esta frente tem uma rutura na ligação entre o centro de Lisboa e a nova cidade, o Parque das Nações.

A Porta Oriente pretende fazer a ligação entre a cidade e o rio e comunicar com toda a margem ribeirinha. Através de uma praça de água pretende-se fazer não só a relação entre a cidade no global mas também com as áreas urbanas da proximidade permitindo o contacto entre as pessoas e a água.

Esta Praça/Terreiro, ou "Porto", equaciona a necessidade histórica, política e fenomenológica da existência destas praças reais (ou de terreiros) na frente de água assim como, em que medida, elas se inserem a nível territorial. Com o intuito de se entenderem as suas implantações e as suas relações estratégicas pretende-se fazer uma analogia com a atualidade em função de um novo reposicionamento (reproposing) urbano das frentes fluviais lisboetas, a nascente.

Note-se, aliás, que o sistema ribeirinho de Lisboa se vai impondo pouco a pouco. De forma subtil e ainda limitada pelos esteiros que penetram naquela que é hoje a Baixa de Lisboa, durante o período romano e, provavelmente mesmo, nos primórdios da Idade Média, até cerca do século VII.

Preenchida a Baixa, a partir do século X e daí em diante, com conflitos urbanísticos de lógica medieval, foi-se organizando uma frente ribeirinha, que visa servir as embarcações e o comércio a curta e longa distância, então praticado. É objetivo dessa frente ribeirinha organizar uma cidade com um curso fluvial de impressionantes dimensões. Unir as duas margens, num processo que desde pelo menos o século XIV faz delas complementos uma da outra (inclusive com uma área proto-industrial na frente meridional Almada-Barreiro-Seixal).

Este facto irá ter consequência num futuro próximo, quando Lisboa ganha o estatuto de centro da "economia-mundial". O tráfego intenso com o ultramar, primeiro em torno da costa ocidental africana, depois na Rota da Índia, e durante o século XVII-XVIII com o Atlântico Sul centrado nos cais brasileiros, leva à densificação dessa área e até à construção dos primeiros aterros. Como se verá, é nesse período de crescimento, e já no reinado de D. João III, que se situa aquele que foi o lugar reminiscente, impulsor desta proposta.

O facto é que, no reinado anterior, como adiante se verá, é essencialmente um crescimento na frente da colina do castelo que caracteriza a frente da Ribeira. Nisso, teve papel preponderante a implantação do Paço Real, no chamado Terreiro do Paço, a primeira "Praça Real" com esse devido estatuto, pese embora a sua delimitação ser, em muitos aspetos, informal.

Assiste-se, porém, logo depois, a um crescimento segundo uma dinâmica de frentes servindo essencialmente a zona poente da ribeira, e criando um eixo marginal, de armazéns e tercenças, de diversos equipamentos complementares às atividades náuticas, de transporte e troca de bens, que não parou de crescer até ao século XIX. Isto é, a Ribeira estendeu-se à beira rio, para poente, chegando mesmo a Belém, num regime de quase continuidade e que deu um predomínio urbanístico a este complexo, com ocupações mistas: uma frente de armazéns, partes desimpedidas de praia, palácios virados para as águas, com jardins e cercas, subindo pelas encostas e aproveitando, sempre que possível as suas capacidades produtivas agrárias. No século XVII é já muito evidente esta dinâmica, que se acentua no século XVIII, mesmo depois do Terramoto ou, depois dele e por causa dele (por exemplo, com a implantação de Alfândega Nova, a construção da Cordoaria), suscitando até a definição de um eixo viário "de caráter", onde se vão implantando palácios da nobreza ou da burguesia recém-promovida, na direção de Belém, mas tendo já como pólo atrator, o palacete provisório (a Real Barraca) que D. José mandou fazer no Alto da Ajuda, para substituir o Paço da Ribeira completamente destruído.

Verifica-se que as classes abastadas se deslocam para a zona onde reside o poder real. Do mesmo modo, já nessa altura se consagrava outra "praça", que sem ter a expressão ampla do Terreiro do Paço ou a eloquência da Praça do Comércio era ainda assim um apontamento de praça "real", com um palácio também ele morada de reis e príncipes, o Palácio de Belém, mais por questões de "representação" do que por razões comerciais ou outras considerações.

Embora recebendo equipamentos como a fundição em Santa Apolónia (atual Museu Militar) nos tempos de D. Manuel e de D. João III, a frente oriental ficou secundarizada, e do mesmo modo que a frente ocidental se densifica desde o século XVI ao XVIII, a frente oriental, pelo contrário, perde protagonismo e torna-se num sistema de praias que só em finais do século XVIII vai assistir a um processo tímido de industrialização. É já no século XIX e dentro das políticas fomentistas oitocentistas e até com a extinção das congregações religiosas e a expropriação e venda de mosteiros que ali se estabeleceram dando lugar a unidades fabris, que se vai finalmente imitando o extremo oposto a poente. Contudo, sem "marcas" urbanas fortes, ou seja, sem elementos de prestígio à exceção de um, arqueologicamente visível, e nunca verdadeiramente concretizado: a possível (ou mais do que provável) "praça real" de Enxobregas ou Xabregas, onde um palácio renascentista quase nasceu, por iniciativa de D. João III. É esse o ponto nevrálgico que suscita esta proposta: é aí que reside o enredo, e é lá que o projeto se desenvolve.

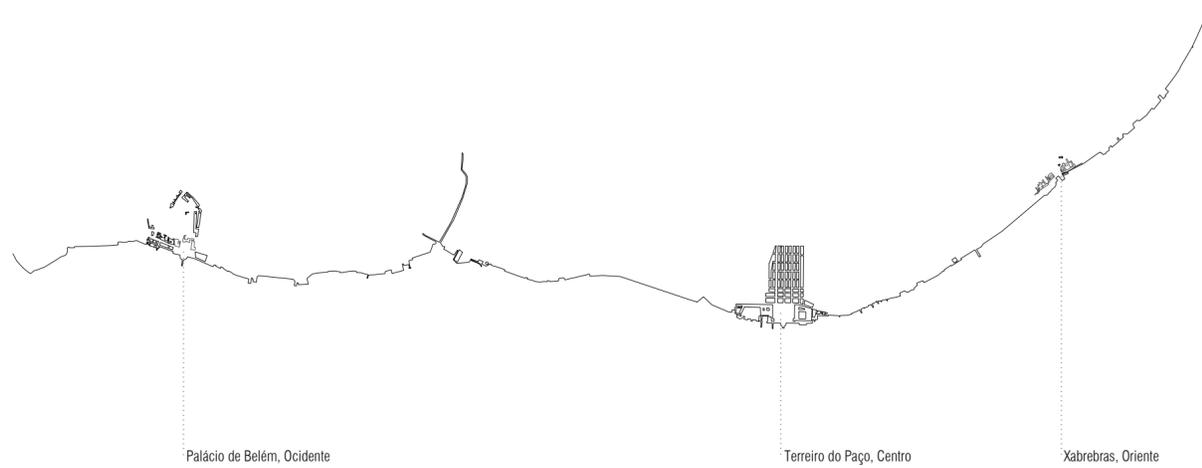
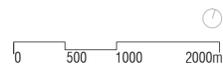


fig.01 - Desenho esquemático de relação entre as três praças reais, segundo a carta de Filipe Folque, 1858

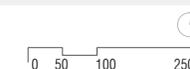


AS PRAÇAS REAIS NA FRENTE DE ÁGUA

CONSTITUIÇÃO DO TERREIRO



fig.2 - "Olisipo: traçados conjecturais do período romano segundo Rodrigo Banha da Silva"



FRENTE ROMANA

A ocupação romana na cidade de Lisboa foi marcada pela instalação de um *castellum* no topo da colina, na proximidade dos povoaamentos junto do rio. O disciplinamento urbano, embora não permita respeitar o ordenamento cardo-decumanico tradicional, por causa das questões topográficas e orográficas, foi, ainda assim, parcialmente adotado de forma flexível e adaptável, como o demonstram os estudos de Banha de Andrade. É aqui que se inicia a história das "praças" deste aglomerado urbano, na altura a *Olisipo* romana, com a possível implantação de um primeiro fórum situado no alto da colina junto ao primitivo *castellum*, e, eventualmente, de um segundo fórum a meia encosta, sensivelmente na zona onde assenta hoje a Sé de Lisboa e o terreiro a norte da Igreja de Santo António. Os equipamentos (teatro, termas municipais) ordenaram-se a partir destes fóruns e a cidade, que foi descendo até às margens do rio onde tinham lugar as atividades comerciais e onde se situavam cais e fabriquetas de salga, poderá ainda ter-se estendido para poente, onde se encontrava uma das frentes ribeirinhas, correspondendo este lugar hoje, na atual baixa, sensivelmente ao limite da Rua da Prata (debaixo da qual sobrevive um criptopórtico romano). Esta frente, embora sem a estrutura de um fórum ou mesmo de um mercado, teria um desenho urbano regular e uma plataforma ou terreiro de embarque/desembarque, de pessoas e bens.

No período de transição do Baixo Império e da Antiguidade - Tardia, com o domínio godo até a ao domínio islâmico a história da cidade encontra-se ainda mal documentada. Durante a Idade Média assiste-se ao assoreamento definitivo dos braços do estuário e a um avanço para a zona da baixa ao mesmo tempo que, na encosta nascente nasce um bairro extramuros já no período do domínio islâmico e que continua a crescer na Baixa Idade Média - o bairro de Alfama -. O contexto urbano deve ter-se mantido mas, com o abandono e ocupação de espaços livres, sem qualquer tendência para a instituição de espaços públicos.

A Idade Média lida mal com os "vazios" e os espaços que hoje se considerariam "coletivos", são quase sempre "privatizados" (pátios, largos, becos) ou edificadas "em massa" (a Sé de Lisboa, ocupando o lugar da antiga mesquita e do respetivo pátio). Assim acontece durante os séculos XII a XIV. A atividade marítima, o comércio fluvial, e a pesca são predominantes e é assim que se configura uma frente ribeirinha, mas sem qualquer instituição de espaço coletivo de monumentalidade, antes apenas lugares de troca e mediação, praias e terreiros estruturados ao longo da margem, ainda em função da topografia.



3



4

— Cerca antiga — Muralha fernandina

PRIMEIROS TRAÇADOS NO PERÍODO MEDIEVAL

Refira-se o perfil amuralhado da cidade islâmica e posteriormente cristã, ambas herdeiras do núcleo central intramuros do tecido urbano de origem romana e tardo-antigo: dois braços de muralha que se prolongam sobre o rio surgindo a necessidade de criar portas estratégicas que se abrissem sobre o rio - *Portas de Água, Portas da Ribeira, Porta da Judiaria*, entre outras, que se estendessem na linha amuralhada. Com D. Dinis, é construída uma nova muralha também ela delimitada pelo rio e abrangendo uma extensão maior, em torno da colina em que se encontra o atual Castelo de S. Jorge, onde até então o poder sempre se tinha instalado. A construção desta nova muralha e o prolongamento da Rua Nova, a reestruturação do Lago dos Açougues, a abertura da Rua dos Ferreiros e a construção do novo porto fixam o centro de gravidade da cidade nas margens da Ribeira.

D. Fernando vai reforçá-la de modo veemente. A edificação da nova Cerca de Lisboa foi erigida em três anos (1373 e 1375) "o que diz bem da prévia organização do estaleiro, dirigido por Vasco Brás e João Fernandes - imortalizados numa lápide comemorativa trecentista ainda existente na Rua da Mouraria - bem como do envolvimento da população - que, era nestes casos a mão-de obra diretamente interessada - aliás seguindo estratégias de captação de trabalho assaz curiosas e descritas por Fernão Lopes: começou-se a edificação pelas zonas mais pobres, enquanto havia abundância de materiais, de molde aos trabalhadores levantarem menos problemas... para acabar nas zonas encostadas à parte mais rica da cidade, na qual os habitantes viam com bons olhos todo e qualquer trabalho que salvaguardasse os seus bens..." (1) . A zona da Ribeira terá sido das mais beneficiadas.

Agregando-se a um combinado de atividades comerciais e marítimas, a faixa que se situava entre a frente da muralha fernandina e o rio Tejo vai-se constituindo em terreiro, nascendo a "Ribeira". Esta tornou-se uma zona de centralidade nas vivências da cidade, pelas qualidades que o rio oferecia e porque permitia a existência de um importante porto comercial.

De uma análise da constituição e localização dos principais equipamentos urbanos que se vão aclarando no Século XV, é entendido que a cidade tendia a aproximar-se das margens do Tejo, numa propensão comercial e marítima, como o demonstra o nome da *rua Nova dos Mercadores*, uma rua que ficava localizada no interior das muralhas que corriam ao longo da (e em paralelo à) orla marítima, apesar de não ter relação direta com o rio. Compreende-se assim que "a vulnerabilidade da zona da Ribeira a cercos e a nova muralha, mandada construir por D. Fernando, terão, no entanto, retardado o mais rápido desenvolvimento deste vale como centro portuário.", afirma Hélder Carita em "Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio. História de um espaço" não só pela influência que teve na expansão ultramarina como também pelas transformações que provocou na cidade de Lisboa. A sua mudança do topo da colina para a frente de água demonstra a importância que o rei dava à necessidade de transformar a frente de água da cidade.

Porém, cerca de dez anos depois, a par de beneficiações onde se observa a regularização de traçados em "vilas novas", a continuidade das obras de melhoramentos na frente de rio continuam com D. João I abrindo-se novas ruas ou, pelo menos, criando-se uma maior permeabilidade entre os bairros intramuros e a praia da ribeira, apesar de se manter uma divisão física entre a orla fluvial/marítima e o casario (2).

(1) PEREIRA, Paulo, "O Modo Gótico", p. 312 - in História da Arte Portuguesa, vol. II, p. 421

(2) "Com efeito, é durante os séculos XIV e XV que nascem e se consolidam novos conceitos urbanos, como os da "rua nova", "rua-travessa" e "rua direita". As ruas passavam a constituir eixos de acesso, e passagens de um a outro ponto, contrariando o modo orgânico de crescimento das artérias da cidade, em grande medida ainda determinados por um tipo de urbanismo "fechado", de matriz mediterrânica e, especialmente, árabe, no qual prevalece o "beco" e a "azinhaga", muitas vezes de carácter privado ou semi-privado. O urbanismo cristão do século XIV, é mobilizado, pelo contrário, pela criação de espaços públicos, sendo o conceito de "rua" o primeiro a obedecer a uma diferente concepção da estrutura viária citadina. / "Assim, os conceitos de "rua nova" e de "rua direita" que entretanto aparecem, correspondem a esta necessidade de comunalizar os acessos, de uma forma tão racional (ou "direita"...) quanto possível. A associação "rua" e "travessa" são mais um passo nesse sentido, agora implicando a criação de uma rede de acessos tão ortogonal quanto possível, permitindo travessias dentro das "vilas" - PEREIRA, Paulo, Lisboa. Porta do Mundo. exemplar policopiado, sintetizado in "Lissabon Novos Mundos/Neue Welten, catálogo, Berlim, Deutsches Historisches Museum DHM/Berlin, "Lissabon im 16. und 17. Jahrhundert" in *Neue Welten, Die Portugiesische Entdeckung bis 16 Jahr-17 Jahr*, Berlim, Deutsches Historisches Museum, 2007, pp. 220-239. Ver especialmente CARITA, Hélder, *Lisboa Manuelina*, Lisboa, Horizonte, 2004, cap. I e II.

fig.3 - Prolongamento da Rua Nova (a) na sequência da construção da muralha de D.Dinis (b)
 fig.4 - Vila Nova das Portas de Santa Catarina, iniciada no Reinado de D. João I, na sequência de um acordo de compras de terrenos efetuados no ano de 1410 entre D. João I, o Senado da Câmara e o Almirante Calro Peçanha

CONSOLIDAÇÃO DA PRAÇA REAL

É no século XVI que a corte opera a assinalável mudança na cidade de Lisboa. Apesar de a corte se ter instalado junto ao rio só no período de D. Manuel, Lisboa foi sempre uma paragem recorrente nos itinerários dos monarcas. Contudo, é naquele reinado que Lisboa se torna a cabeça do seu futuro império marítimo, construído em emulação das repúblicas mercantis italianas como Génova e, principalmente, Veneza. A Lisboa Manuelina sofreu uma deslocação fundamental dos seus símbolos de poder que anteriormente se localizavam no topo da colina no Castelo de São Jorge e que depois se instalaram sobre a zona ribeirinha, a faixa que comunicava com a água: D. Manuel I decide abandonar o topo da colina e instalar-se na proximidade do rio, no Terreiro do Paço, uma área plana da cidade que se tornou o centro da vida da corte e um marco de entrada na cidade por via marítima. Em torno deste centro foram crescendo instalações de comércio naval e multiplicaram-se também casas da corte, à beira rio.

Esta mudança foi uma decisão pragmática mas também, estrategicamente, uma decisão programática. O Paço da Ribeira tornou-se a nova habitação dos monarcas e consolidou-se a Praça Real, a porta de entrada na cidade de Lisboa. Revelou a relação e a proximidade ao rei, entendido como factor de um processo de expansão que tornara Lisboa a nova capital do comércio marítimo. O crescimento exponencial e a riqueza da cidade neste período são relevantes e D. Manuel ambiciona criar novos pontos de cais de chegada à cidade de Lisboa, que possam receber os outros países, de modo a ampliar o comércio em prol da cidade. No fim das linhas de água, localizaram-se se os palacetes que os fidalgos decidiram erigir de modo a acompanhar a deslocação da corte para a margem fluvial. Estando estes localizados junto ao rio, a deslocação tornava-se mais fácil e a comunicação visual e os percursos que entravam pela cidade dentro eram mais imediatos. Isto, pelo facto de estes terrenos terem a particularidade de serem áreas planas e permitirem aos proprietários dos palacetes realizar as suas atividades culturais e de lazer. O avanço sobre o rio permitia a presença de pequenos cais que tinham um contacto direto com os palácios ou conventos.

Refere Paulo Pereira, na sequência dos estudos de Hélder Carita e Nuno Senos, (3): "*A transferência do Paço Real do alto da colina, onde se encontrava asfixiado já pela estrutura medieval da alcáçova, sujeita a sucessivas adaptações e acrescentos, constituiu um sinal político que tem em conta a natureza mercantil do Império português. Mais do que um episódio curioso, muitas vezes desconsiderado enquanto sinal de uma limitação da visão económico-financeira do reino, a edificação do novo Paço, que não tinha quaisquer precedentes europeus, inscreve-se numa ação política tipicamente "manuelina", como se verá adiante. Ou seja, obedece a princípios de afirmação incontestável do poder real e de centralismo régio, antecipando propostas de capitalidade urbana já de finais do século XVI e inícios do século XVII, observáveis noutras cidades europeias".* (4)

(3) CARITA, op. cit.; e SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira*, Lisboa, Notícias, 2002
(4) PEREIRA, "Lisboa...", 2007

A construção do Paço da Ribeira sob iniciativa de D. Manuel vai ter assim uma importância capital na fixação da primeira praça efetivamente “pública” e de uso coletivo. Com base em planos e estudos desenvolvidos, encontram-se alguns dos registos de desenhos e gravuras que se aproximam da imagem do Paço sobre o rio.

Articulada a uma malha urbana muito densa e recortada, encontrava-se a Rua Nova, uma rua influente pela charneira que fazia entre a malha urbana e o amplo palco que D. Manuel pretendeu enfatizar na cidade e dar-lhe escala para que se transformasse numa Porta principal de acesso à cidade, sendo ela delimitado por três alçados edificadas e confinado por um baluarte no alçado que se abria sobre rio.

De acordo com um estudo feito por Helder Carita, só em 1497 são apresentados alguns dados sobre as transformações às quais este palco sobre o Tejo começa a ser sujeito. Localizado nas antigas tercenças, os principais estaleiros portugueses, denominados A Ribeira das Naus, ergueu-se o Paço da Ribeira, esta porta da cidade mandada construir por D. Manuel.

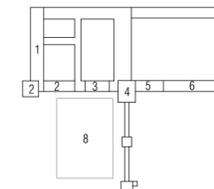
Esta nova edificação veio marcar um amplo palco que se abria sobre o rio, que funcionava como ponto de chegada à cidade e que também estava associado à atividade e à construção naval. Registos de 1498 na Câmara de Lisboa revelam as intenções da construção do novo Paço, a Praça Real, que nasce como identidade urbana indissociável e geradora da nova estrutura da cidade.

A primeira representação do Paço surge como iluminura da página de rosto da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes (IAN/TT).

Os aspetos mais salientes são fáceis de expor e dão conta da complexidade do aparato urbano nesta nova zona da cidade num período ainda precoce. Segundo Paulo Pereira, “Em baixo, aparece a praia da Ribeira fechada, a poente, pelo Paço. Este apresenta um corpo saliente, mais baixo que os demais, a Sul, pousado sobre o rio e com a forma de um cubelo dotado de ameias e terraço. À sua frente vê-se um cais de madeira e, ao lado, uma construção mais baixa, anexa. Por detrás deste cubelo – sem dúvida o que Diogo de Arruda documentadamente construiu e que se encontrava terminado por volta de 1508 – observa-se, perpendicularmente à praia, o extenso corpo das “varandas” ou do “alpendre”, vazado em baixo por arcadas e com uma galeria coberta correndo sobre elas. Uma torre distingue-se, ao centro, com dois andares, um vão central e uma janela geminada no último piso, coroado por ameias e por um coruchêu em telha. Por fim, no topo norte da galeria vê-se a massa cúbica daquela que deverá ser a Sala Grande do Paço, com uma escada exterior e dois janelões geminados, conforme se depreende dos estudos de Nuno Senos. É, também, coroada por ameias e por um telhado “de tesouro” (5). Portanto, o Paço Real é aqui representado antes da transformação do torreão junto ao rio. Este será mais tarde fechado. De facto, “Não sabem - diz Senos - em que data foi executado o desenho que esteve na base desta gravura, mas podemos tentar uma aproximação, apontando, desde logo, como limite inferior, o ano de 1511, como vimos, aquele em que o baluarte está completo, tal como aqui é representado. O limite superior é mais difícil de encontrar, mas podemos notar que não estão representados edifícios que foram iniciados a partir de 1513, no contexto daquilo a que Helder Carita chamou o segundo projeto manuelino de Ribeira. Faltam a esta vista a Alfândega Nova que, junto ao rio, fechará o lado oriental do terreiro, bem como a igreja da Misericórdia (documentada a partir de 1517)” (6).

Fechando pelo lado poente o grande terreiro, foi a partir daqui que, servindo de eixo principal a grande galeria que ia até ao rio, se desenvolveu, atrás, e de cada lado deste corpo extenso, o grande conjunto laboral, político, diplomático e comercial do chamado Terreiro do Paço. A organização deste conjunto, na sua parte mais recuada, a dos Paços reais propriamente ditos foi estudada pormenorizadamente por Nuno Senos que nos dá dela uma síntese esquemática, que desvenda a lógica deste vasto complexo de dependências de valências tão diversas, quantos as da representação real, aposentos da corte devidamente hierarquizados e armazéns de bens considerados excecionais provenientes da África e da Índia, com a instituição das respetivas “casas”.

1. Aposentos do Rei
2. Aposentos do Príncipe
3. Capela de S. Tomé
4. Sala Grande
5. Aposentos da Rainha
6. Aposentos dos Infantes
7. Aposentos das Infantas
8. Jardim do Rei



(5) PEREIRA DOUTORAMENTI - PEREIRA, Paulo, A Fábrica Medieval. Conceção e construção em Portugal. 1150-1550, tese de doutoramento apresentada à FAULT, ex. policopiado, 2012 p 866-867
(6) - SENOS, 2002; p. 64-65.



fig. 5 - Frontispício da Crónica de João I (AA/TT), 1516 d.c.
Vista de Lisboa com o Paço da Ribeira. Pormenor. Ao fundo, à esquerda, os Jerónimos



fig. 6



fig. 7

CONFIGURAÇÃO DO TERREIRO

São vários os elementos visuais que, mais próximos do tempo de D. Manuel nos ajudam a definir a configuração do Terreiro do Paço, entre os quais se conta um pormenor do *bas de page* do fólio 25 v. da *Genealogia dos Reis de Portugal* (British Museum) (c. 1534 e post.) O torreão do extremo já foi transformado em casa com telhado e lógica.

Nele aparece a representação do terreiro com a fachada "das boticas", no andar inferior, já com andares superiores, posteriores às primeiras obras do tempo de D. Manuel que cingiram ao piso térreo. "A seu lado, um edifício de grande porte - um casarão civil -, possui quatro andares, com o térreo dotado de alpendrada; uma empena volumosa ao nível do telhado fica ao centro da composição da fachada, funcionando como uma torre ou grande água-furtada. O facto mais original tem a ver com o desdobramento desta fachada que se encontrava virada para sul, no caso da Sala Grande. O facto deve-se à vontade de figurar toda a praça, a própria praia e as naus ensecadas, mas também toda a estrutura monumental do Paço, reforçando o carácter ribeirinho e o valor documental da representação."

(7)

fig. 6 - Pormenor: o Paço da Ribeira

fig. 7 - Pormenor: as fachadas "das Boticas" do Terreiro do Paço paralelas à praia.

(7)PEREIRA, op. cit. p. 864-866

Carlos Caetano, na sua obra magistral A Ribeira de Lisboa, procedeu à reconstrução das diversas funções do Paço a ele associadas, dando-nos a evolução do verdadeiro "sistema" de representação "real" e de função administrativa e comercial que desempenhava todo o conjunto.



fig. 8 - Distribuição diacrónica das funções do paço da Ribeira e adjacências funcionais (seg. Carlos Caetano)

Outras panorâmicas de Lisboa determinam, por fim, a configuração do paço com os seus equipamentos, quase que, na totalidade, de caráter utilitário. A primeira vista de Lisboa constante no *Atlas* de Georg Braun, versão de 1572, mostra a cidade. A vista de Lisboa encontra-se acompanhada por uma vista de Cascais (legendada como *Cascale*), num período anterior ao das iluminuras mais célebres (o desenho que serviu de base pode ser datado de entre 1513 e 1517, segundo Senos). Outra versão, ligeiramente atualizada mas mesmo assim feita com base em desenho anterior consta da edição do Atlas, como segunda Panorâmica de Lisboa, datada, a gravura de 1598.



fig. 9 - Vista de Lisboa e Rio Tejo no século XVI. Navios à vela
Caravela e Carraca na era descobrimentos portugueses (gravura
da obra *Civitates Orbis Terrarum*, de George Bráunio, 1572)

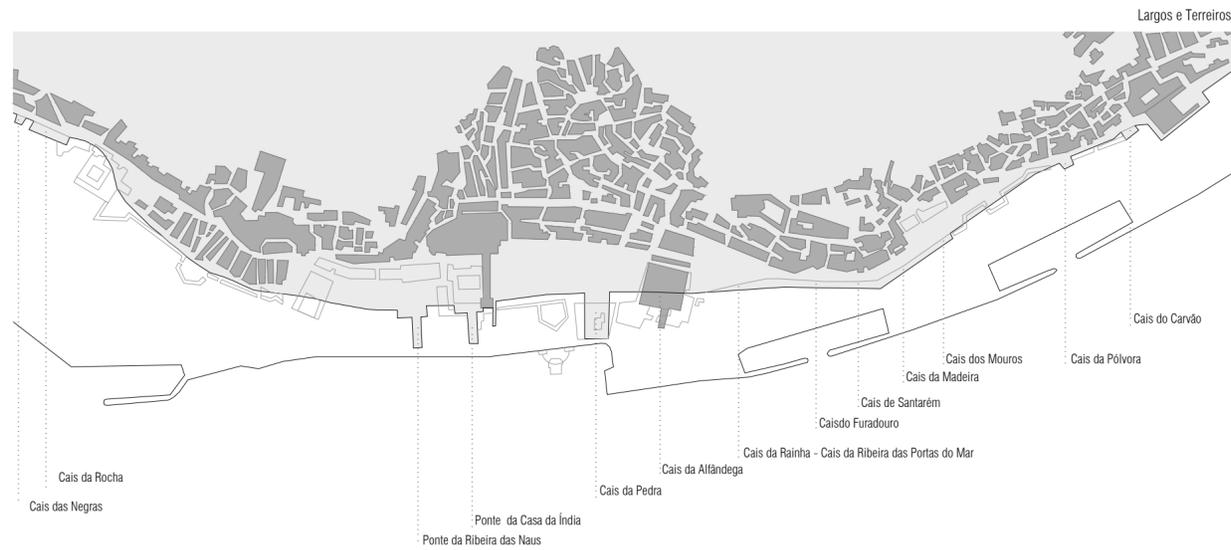


fig.10 - esquemas baseados em: "Largos e terreiros" e "Os cais da frente ribeirinha de Lisboa" (seg. Carlos Caetano)



REORGANIZAÇÃO MANUELINA

Carlos Caetano refere que o crescimento da Ribeira vai mais além da manutenção dos antigos Campo da Lã e da Ribeira Velha (ou Ribeira das Portas do Mar) num Terreiro que já teria sido aumentado com aterros mandados fazer por D. Manuel. De facto, a poente surge outro grande terreiro, o da nova Ribeira das Naus e o terreiro do Corpo Santo (8). A Ribeira das Naus é onde se leva a cabo a construção das naus da Carreira da Índia e da Carreira do Brasil: entre o Paço e este pólo industrial ficava a frente construída de *Cata-Que-Farás*, substituída por um edifício de grande porte em finais do século XVI, o magnífico Palácio do Castelo Rodrigo.

A reorganização manuelina continua com os restantes equipamentos à beira rio: *Tercenas*, (para o fabrico de naus ou artilharia, com fundições); os armazéns do Reino, (9) e a *Casa da Moeda* - ligada aos Paços - esta dando para a porta conhecida como "Arco da Moeda". Os armazéns resultam da acomodação da Casa da Mina e da Casa de Ceuta construída no andar baixo do Paço Real dando agora pelo nome de *Casa da Índia*. Para o lado nascente do Terreiro é enquadrado por um enorme edifício: os *Celeiros do Trigo*, mesmo em frente à fachada da igreja da Misericórdia. Pegado a estes armazéns mas para o lado fluvial e até estendendo-se com o seu cais para dentro do rio, ficava a massa imponente da *Alfândega Nova* (1517-1537) O edifício ficava sobre o rio, pegado ao Terreiro do Trigo. Juntamente com estes formavam como que o fecho nascente do Terreiro do Paço.

Passando o Campo da Cebolas, surgem mais equipamentos: as *Tercenas das Portas da Cruz*, (para a artilharia) de que ainda restam vestígios nas caves do Museu Militar e os Fornos de Biscoito das Portas da Cruz (10).

"Esta topografia do edificado, aproximava-se, de forma muito concreta e pragmática da geografia real do Império, e constituía como que uma permanente mnemónica que revigorava o entendimento, de larga escala, mundializante, deste mesmo Império, embora traduzisse, também, a sua fragilidade e descrição. Desta feita, a cidade transformava-se, com os restantes armazéns, numa civitas e numa comunidade (...). Assim, de forma eloquente, o Paço Real de Lisboa, coincidia em função eletiva e prática, com a esfera amilar, corpo de empresa do rei, e com o seu título, "Pela graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e da além mar em África senhor da Guiné e da conquista da navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia", que corria, abreviado na banda da eclíptica. ", no dizer de Paulo Pereira.

O melhor retrato da Lisboa manuelina, apesar de ter sido executado, como propõe Paulo Pereira, em 1573 é o da Panorâmica de Leyden. (na fig. 11 da página seguinte)

(8) CAETANO, op.cit., pp. 133-135 e fig 56 - CAETANO, Carlos, CAETANO, Carlos, A Ribeira de Lisboa. Na Época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII), Lisboa, Pandora, 2004, p. 130-160

(9) Cf. CAETANO, op. cit., pp. 170-172; fig. 98; desenho de José António.

(10) Cf. CAETANO, op.cit., pp. 168-169. PEREIRA, "Lisboa...", 2007

A Panorâmica de Leyden é um desenho sobre papel, à pena, com 830 cm de altura por 2745 cm composta por 18 cartões. " A descrição desenhada acompanha mais ou menos de perto, no que respeita ao núcleo principal representado (uma faixa ribeirinha que vai do Paço Real, a poente, - e que ocupava os dois cartões infelizmente desaparecidos -, até aos campos fora de portas, vendo-se ao fundo Vale de Cavalos, a nascente) (...). Na vista o protagonismo ia para o Paço Real, mas também para toda a frente da Ribeira de Lisboa, com os equipamentos que a celebrizaram e que Damião de Góis valoriza: Alfândegas; Armazéns do Reino; Casa da Guiné/Mina; Casa de Ceuta / Casa da Índia; Tercenas das Portas da Cruz (Tercenas de D. Manuel ou Tercenas Novas); Indústria; Armaria Real; Casa da Moeda; Fornos de Biscoito; Ferraria; Fundições d'El Rei; Cordoarias; Estaleiros; Ribeira das Naus/Ribeira do Cate-Que-Farás; Cais; Chafarizes e aguadas; Armazém do Terreiro do Trigo; Torre da Pólvora e Casas da Pólvora". (11)

As fachadas paralelas ao rio que delimitam o Terreiro do Paço foram desenhadas em função dos limites das antigas portas das muralhas Fernandinas (Arco dos Pregos, Arco das Barretas e Portas da Ribeira); contudo as aberturas não coincidiam exatamente com estas passagens e foram reorganizadas de forma a possibilitar uma simetria na composição arquitetónica e reforçar, através dos seus limites, a marcação de dois eixos de ligação que acentuavam a ligação da Ribeira à colina de São Francisco e de S. Jorge, e, por sua vez, a altura dos edifícios foi ajustada em função da altura das ameias da muralha antiga.

A relação de proporção entre a altura dos alçados e o comprimento do corpo arquitetónico procurava intensificar a ideia longitudinal de modo a que as antigas ameias da cidade fossem valorizadas como elemento simbólico. Devido à posição estratégica da rua Nova, paralela ao rio, assim se desenvolve o plano para a construção da obra do Terreiro do Paço.

(11) PEERA, "Lisboa..", 2007

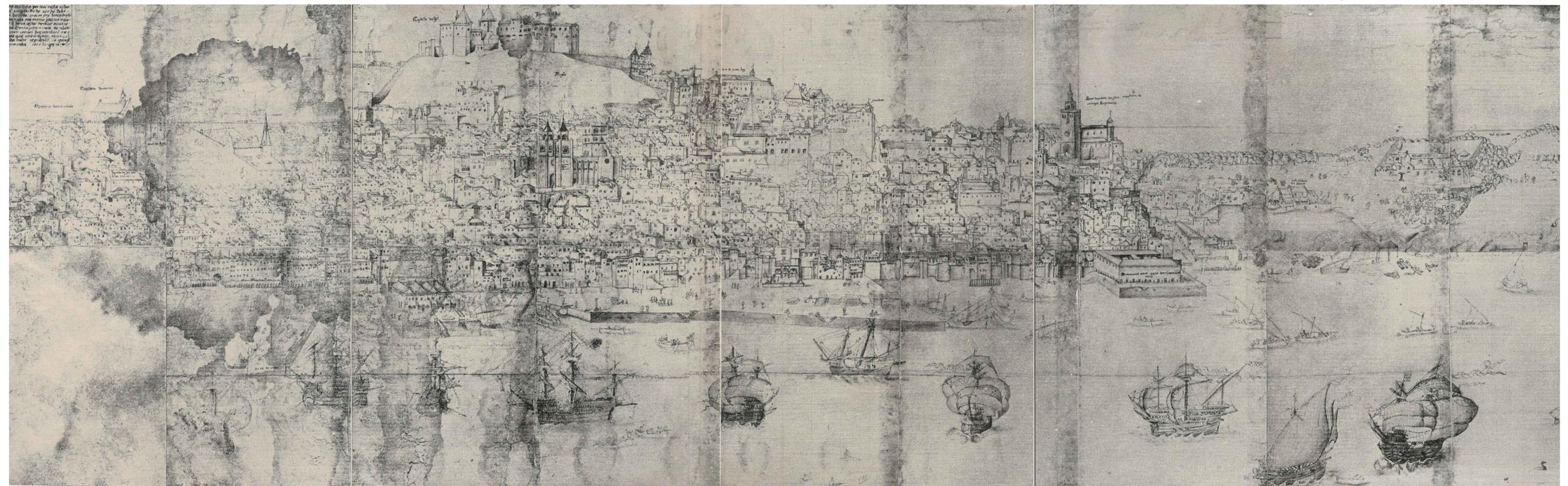


fig. 11 - Panorâmica de Lisboa, conhecida por Panorâmica de Leyden



PALÁCIO E O PALCO SOBRE O RIO

Ao aglutinar num único e grande núcleo urbano o palácio do Rei e o Terreiro, este ponto tornou-se o elemento não só estruturante do traçado urbano da cidade como também o elemento simbólico da imagem da cidade.

Com a chegada de D. João III ao trono, as atenções do centro da cidade são desviadas para o Rossio, sendo já no reinado de D. João V que as intenções estratégicas pensadas no período de D. Manuel são retomadas. (Registamos no entanto, já no reinado de D. João III a intenção alternativa de Xabregas, que analisaremos mais adiante, bem como as iniciativas de D. João V, em grande parte goradas, esboçadas ou incompletas.)

Inicialmente foi notório um desinteresse em relação ao cuidado do palácio real e do seu terreiro, porém Filipe II acabou por investir e procurar cuidar do espaço físico do palácio, o lugar onde de deveriam manter as estruturas locais e desenrolar as cerimónias simbólicas. Neste período os problemas financeiros são grandes e, como tal, houve conflito entre os investimentos pretendidos e a real situação económica do país.

Mas aos olhos de Filipe I, o Terreiro do Paço teria uma imagem antiga, em nada compatível com o "italianismo" renascentista do tempo. A "praça", propriamente dita, não existia: era mesmo um terreiro. Assim, ainda antes da aclamação de Filipe II (I de Portugal) o projeto de reformulação do Paço da Ribeira tinha sido posto em marcha.

Neste período, que se estende de 1580 até pelo menos 1619, o interesse do rei e do arquiteto era acentuar a relação do palácio com o rio, reorganizar e regularizar a hierarquia distributiva dos interiores, enfatizar os espaços de representação acessíveis ao olhar público, uniformizar a linguagem arquitetónica dos alçados; no fundo, manter a organização espacial do lugar mas dando agora um especial cuidado à imagem e ao campo visual que se podia alcançar dos edifícios.

Contudo, as questões financeiras dificultaram as remodelações nessa época. Foram ainda aumentados o volume e número de pisos dos edifícios, mantendo-se no entanto a grande torre quadrada, como ponta do palácio, geometria que o edifício guardará aproximadamente até ao final da sua existência. O torreão foi um elemento de grande protagonismo no topo da praça e foi construído "ex-novo", após a completa demolição do baluarte que tinha sido erguido entre 1508 e 1511 pelo arquiteto Diogo Arruda, assim como foi delimitada a frente do terreiro, tendo-se tornado numas das peças emblemáticas da era Filipina.

Foi Filipe Terzi quem dirigiu o projeto nesta época e quem teve o cuidado de resolver os problemas pontuais de desenho dos alçados dando especial relevância ao torreão, o elemento emblemático da realeza. O edifício viria a assumir para a escala portuguesa, contornos absolutamente inéditos pela sua massa volumosa, mais do que qualquer tratado faria prever, comportando-se como um compromisso insólito entre palácio e torre fortificada. E de tal modo foi marcante a sua "imagem", que, muito mais tarde, irá influenciar o traçado dos remates das alas da Praça do Comércio, volvidos duzentos anos, quando da reconstrução de

Lisboa após o Terramoto de 1755.

fig. 12 -Vista do Paço da Ribeira e Alto de S. Francisco.

O Terreiro do Paço acabou finalmente por ser, efetivamente, uma praça, mesmo que debilmente definida do ponto de vista urbanístico. E passou a ser palco dos maiores eventos políticos (e públicos, em geral), da cidade. Mesmo sem o torreão foi ali levada a cabo a receção oficial a Filipe I de Portugal.

Com a morte de Filipe I em 1598, Filipe II (Filipe III de Espanha), veio a Lisboa conceder os chamados direitos da cidade, mas sobretudo proceder a uma atitude de propaganda com a sua presença "em corpo", o que era reclamado pelos portugueses.

A cerimónia foi de grande impacto com uma "entrada" concebida por João Batista Lavanha, (cosmógrafo, matemático, geógrafo, genealogista e heraldista). Ficou documentada na obra do próprio João Batista Lavanha, *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe III*, publicada em Madrid em 1622 (12), uma "Joyeuse Entrée" lisboeta. Este ritual era bem conhecido dos lisboetas porque a tradição das "entradas" régias não era estranha em Portugal desde a Idade Média.

A relação que estabelece com o rio é uma das primeiras bem documentadas - embora, outras, anteriores, tivessem tido lugar nos reinados de D. Manuel e D. João III, mas indocumentadas do ponto de vista visual, e certamente, mais reduzidas em dimensão. Nenhuma voltou, antes de decorridos pelo menos 60 anos, a ter o carácter espetacular e desmesuradamente dispendioso para os cofres da cidade e do reino como a da "entrada" de Filipe II.

Este facto ajuda a perceber a dimensão do Terreiro do Paço e a razão de futuras "ideias" e da intervenção final, após o Terramoto. Antes, outras cerimónias deste tipo tiveram lugar. Mas, confirmaram o estatuto principal do Terreiro, a sua graduação como "praça", mas informal.

(12) "No dizer dos estudiosos, seguindo as investigações George Kubler, "Este tipo de entrada, renovada em termos de linguagem festiva em pleno Renascimento, foi testemunhada pelos portugueses que detinham relações privilegiadas com a Flandres, onde estas "entradas" assumiam uma importância política impressionante, por serem necessárias à confirmação dos direitos municipais por parte dos reis, dos príncipes ou dos governantes. Designadas por Blijde Inkomst, constituíam uma tradição incontornável. Os próprios portugueses estabelecidos na Flandres, como nação estrangeira, participaram nestas cerimónias sempre que necessário. Agora, para mais, partilhavam com os Países Baixos um estatuto político idêntico." - PEREIRA, "Lisboa..."; sobre a origem dos estudos destas entradas régias em Lisboa ver KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, Vega, 2005, cap. 5



fig. 13 - *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II*

Dirck Stoop (1618-1686), que esteve em Portugal ao serviço da Dinastia de Bragança em 1659, desenhou e mandou gravar nove gravuras documentando Lisboa da zona ribeirinha, dando natural relevo ao Paço da Ribeira e Terreiro do Paço, com uma intenção documental.

Percebe-se que ali se desenvolviam festas, cortejos marítimos, touradas e cortejos militares. Um quadro da sua autoria (ou que lhe é atribuída em duas versões) mostra mesmo com rigor o Terreiro em dia de fausto cortesão (fig14).

Este quadro não mostra, mas outros da mesma época fazem-no: existia uma muralha com baluarte que dividia o Terreiro do rio e que impedia a vista. Uma planta dá-nos dados concretos sobre esta questão.



fig.14 - Terreiro do Paço no século XVII , sob o olhar londrino de Dirck Spoop

Como é possível verificar, a casa da alfândega avança sobre o rio junto ao torreão e encerra um troço da frente do terreiro. O terreiro funcionava não só como área comercial mas era também uma zona de estalagem o que tornava esta área mais privada e encerrada sobre o rio. E este facto seria uma das condições doravante, até ao sismo de 1755, para perceber o Terreiro do Paço como lugar de manifestações públicas e também como um espaço estranhamento "fechado", com uma relação problemática com o rio. A sua monumentalidade era escassa; a sua irregularidade mantinha-se; o seu carácter utilitário e ocasionalmente festivo revelavam a descontinuidade do valor desta praça que não era uma praça, mas sim, de facto, como lhe chamaram sempre, um Terreiro...



fig. 15 - Fragmento da planta de Lisboa, anterior ao Terramoto de 1755.

UTOPIAS DE D. JOÃO V

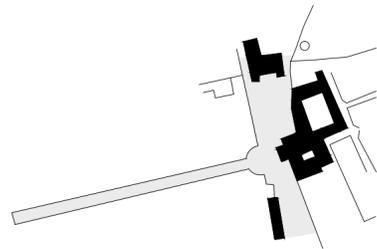
No tempo de D. João V houve várias iniciativas relativas à construção de Praças, Reais ou não, mas de Praças monumentais em Lisboa. Nenhuma verdadeiramente se concretizou. Aliás, a primeira nem coube à iniciativa do monarca mas sim à do Patriarca de Lisboa D. Tomás de Almeida. Trata-se na realidade de um Largo/Praça, que combina a versatilidade do "grande urbanismo" barroco, com a modéstia dos terrenos e do espaço a ocupar. Mas é, enfim, uma praça marcante. Trata-se da Quinta de Recreio do Patriarca em Santo Antão do Tojal e do conjunto aí erguido sob a direção do italiano António Canevaria, que trabalhava também em Lisboa em obras que mais tarde abandonou - à exceção da desaparecida Torre do Relógio, junto ao Paço da Ribeira -. Citando, mais uma vez Paulo Pereira, por proceder a uma síntese significativa dos trabalhos de José Fernandes Pereira acerca deste lugar: " *Foi ele (o Patriarca) que com aparente contenção e modéstia, viria a criar um albergue destinado às deslocações do monarca à obra de Mafra, que então laborava, na sua Quinta de Santo Antão do Tojal* (13)

Ali ergueu (proj. António Canevari 1726-1732; Rodrigo Franco, concl.) um palacete rural de planta em "U". Na fronteira, de forma original, colocou uma fonte monumental alimentada por um aqueduto expressamente edificado para o efeito. A reconfiguração deste pequeno palacete obrigou a uma intervenção de carácter urbano e de teor barroco, e ainda ao alargamento de um esteiro navegável para desembarque da pedraria para a obra, que entroncava no Rio Trancão."

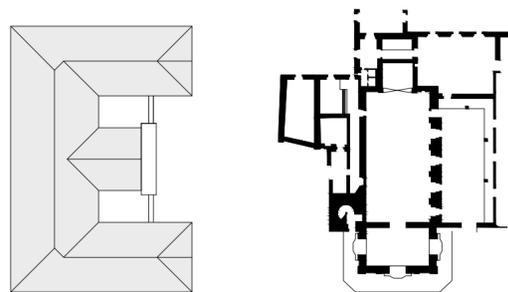
(13) - Cf. PEREIRA, José Fernandes, *A Acção Artística do Primeiro Patriarca de Lisboa*, Lisboa, 1991.

Outra Praça de contornos monumentais, mas não propriamente grande em área haveria de ser a denominada Praça da Patriarcal. Na realidade um espaço situado à ilharga e por detrás do Paço da Ribeira, junto à Patriarcal remodelada de forma sumptuosa pelo Patriarca e com o patrocínio régio de D. João V. A imitação de Roma fazia parte dos projetos joaninos, pois " *nunca como no tempo de D. João V se procurou estabelecer de forma tão clara um programa de relação especular com Roma. O mais impressionante dos casos prende-se com a instituição da Basílica Patriarcal na Capela Real. Então, tudo foi feito por D. João V para obter para essa capela as prerrogativas rituais e litúrgicas que faziam da Basílica Patriarcal o simulacro de S. Pedro de Roma. Instituiu-se, mesmo um meridiano dividindo Lisboa em duas partes: Lisboa Ocidental, onde se encontrava a Nova Basílica Patriarcal, e Lisboa Oriental, onde permanecia a Patriarcal antiga, na Sé de Lisboa com a mutação de Lisboa em Nova Roma, criando-se, numa operação administrativa-urbana sem precedentes, dois hemisférios e doze bairros, à semelhança de Roma.*" (14)

(14) - Por alvará régio datado de 1 de Janeiro de 1717., ainda segundo Pereira - PEREIRA.



16



17



18

fig. 16 - Planta geral da Quinta de Santo Antão do Tojal (1728-1732) (seg. Pereira)

fig. 17 - Planta das coberturas (A. Canevari, 1728)

fig. 18 - Alçados da Igreja de Santo Antão do Tojal (A. Canevar; R. Franco, 1728-1732)

Mais praças estariam então contempladas e estas que mencionámos seriam das mais modestas e com a Praça da Patriarcal a desaparecer com o Terramoto.

Acrésceta Margarida Calado: "A segunda praça é assim designada numa gravura posterior ao terramoto de 1755: Jacques Philippe Lê Bas - Praça da Patriarcal (1757). Esta praça fazia a ligação da Basílica com os novos aposentos da Rainha e, além da referida gravura, é conhecida pela descrição transcrita por Camilo Castelo Branco em Noites de Insónia: tinha na ala ocidental um corpo com janelas de sacada no primeiro piso e galerias porticadas no rés do chão, com lojas onde se vendiam toda a espécie de preciosidades, retomando a tradição da época manuelina" (15).

Acompanhando agora Margarida Calado, sabe-se da intenção de erguer um praça, nova e com desafogo, e para a qual existiu projeto (e depois um projeto mais tardio, já pós Terramoto, sem a intenção do primeiro em grandeza): "Uma terceira praça não chegou a ser concretizada nos termos em que foi pensada. Situava-se numa zona moderna da cidade - o Bairro Alto - e de certo modo ligava esta zona a um outro complexo monumental - o da chegada da água à cidade de Lisboa, através do Aqueduto das Águas Livres. De todas, esta era a única que pressupunha uma fonte monumental com estátua equestre do rei. De acordo com o Mercúrio Histórico de Lisboa, desde 1748 que estava projetada a construção da muralha de S. Pedro de Alcântara, com vista a formar-se aí uma grande praça com chafariz, onde se colocaria a estátua equestre do rei, provavelmente segundo o projeto de Carlos Mardel, constante de desenho existente no Museu da Cidade." A 8 de junho de 1748, andavam os trabalhos adiantados construindo-se a muralha "no meyo da costa da Calsada da Gloria, a qual hade subir athe ao pavimento da rua do mesmo convento [S. Pedro de Alcântara] que hade ficar terraplenada, e naquelle continente se hade formar um grande chafariz" e até 1750 as obras prosseguiram (16). O Terramoto interrompeu a obra e a memória do lugar ficou como Jardim/Miradouro. A estátua, porém, nos desenhos, é uma estátua "pedestre" e não equestre.

Para sermos corretos seria esta, já, uma Praça Real, à qual não faltaria o elemento principal: a Estátua do monarca. O desenho do Chafariz com a estátua existe, da pena de Carlos Mardel.

Outro lugar mereceria a atenção do monarca e mesmo uma praça de pequenas dimensões, com obelisco chegou a ser erguida e ainda lá está hoje: trata-se do Largo (mais do que uma Praça) implantada na frente da fachada da capela do Convento/Palácio das Necessidades (autor desconhecido).

(15) - CALADO, p.
(16) - Idem ibidem.



fig. 19

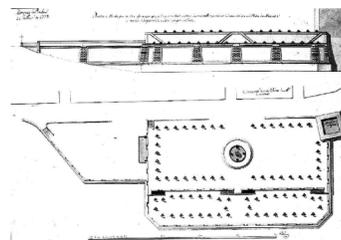


fig. 20

fig. 19 - Praça de S Pedro de Alcântara: projeto de Carlos Mardel em 1752

fig. 20 - Collecção de algumas ruínas de Lisboa causadas pelo Terramoto e pelo fogo do primeiro de Novembro de 1755

Mas o maior projeto jamais concretizado era outro, e muito ambicioso. Para o efeito foi contratado o famoso arquiteto Juvarra, que passou três anos em Portugal, especialmente em Lisboa entre a corte e de que se possuem apenas esboços, destinados a cumprir um programa colossal: a construção do palácio Real, uma Nova Igreja Patriarcal, numa zona proeminente de Lisboa. Consequência portanto dos "planos traçados por Juvarra (ou que lhe pediram que traçasse), em 1719, para Buenos Aires, como essa reflexão se interliga igualmente com a projeção urbanística do empreendimento das Águas Livres, onde Maia desempenhara papel central - como, ainda, com outros projetos e estudos do engenheiro-mor para a zona ribeirinha ocidental, desenvolvidos a partir da década de 20: configurando assim, também por essa via, uma clara linha de continuidade", no dizer de António Pimentel, o conjunto destinava-se a ser o pólo político e religioso da cidade. Como se percebe pelos desenhos esta seria, efetivamente, a grande Praça Real que faltava a Lisboa, com a conjugação dos dois poderes. No entanto, D. João V viria a abandonar esta ideia, preocupado com a demora na sua construção, preferindo a edificação do Palácio/ Convento de Mafra, curiosamente denominado "Real Edifício de Mafra".

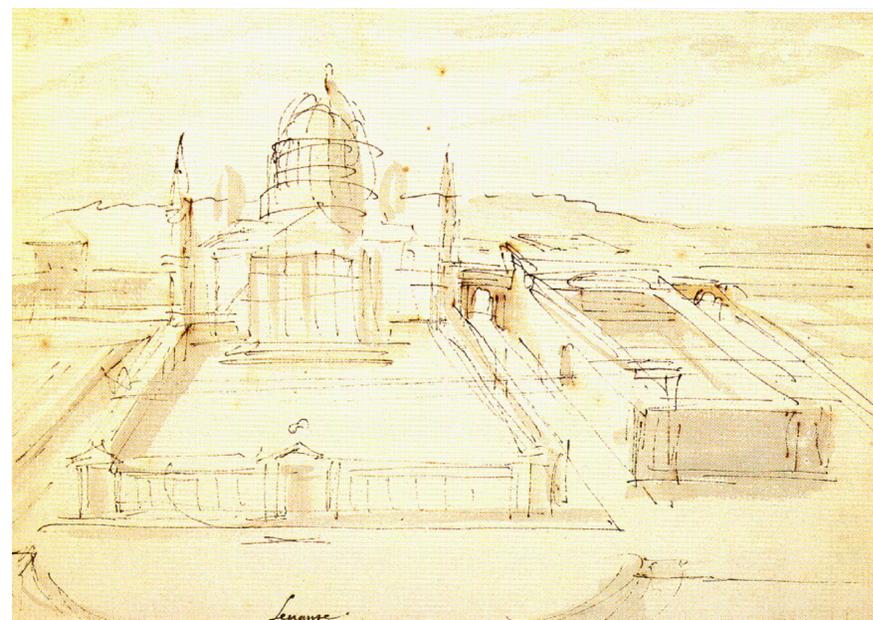
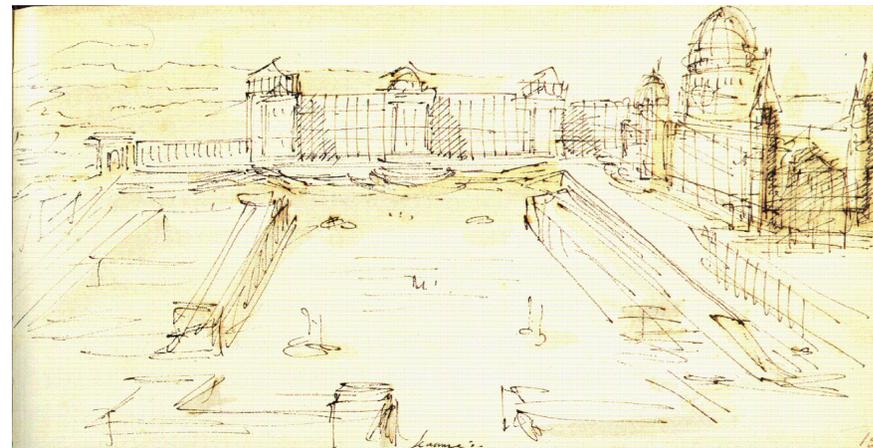


fig. 21

fig. 21 - Esboços para a Patriarcale Palácio do Rei de Portugal da autoria de Filippo Juvarra

PLANOS E PROPOSTAS PARA A NOVA PRAÇA

O ano de 1755 marca para Lisboa uma data com terríveis acontecimentos mas que provocaram um grande desenvolvimento e transformação na cidade. O terramoto e o incêndio que se lhe seguiu arruinaram dois terços da malha urbana, desde a zona da Baixa aos bairros do Castelo e à zona do Carmo, as zonas urbanas mais intensas da cidade.

Houve algumas intenções que implicavam a denominação desta nova praça, como Praça “do Comércio”, porque tinha a Bolsa mas, como acentua Miguel Faria (17), foi chamada de Praça Real do Tejo.

Na sua reconstrução, a zona da baixa ficou destruída, bem como grande parte da colina do castelo. Neste momento, um novo plano se impôs às lógicas do crescimento natural que até então tinham predominado. Com a expansão da cidade, a zona da baixa ganhou maior importância e uma vez que a planura do terreno assim o permitia, surge o novo plano com uma métrica regular.

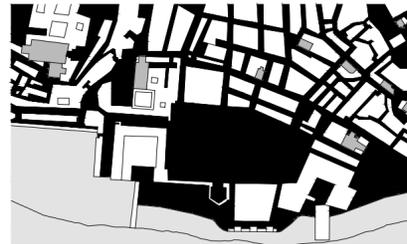
Após o terramoto, de acordo com o Padre João de Castro, no Mapa de Portugal publicado em 2ª edição de 1763, é descrita a grande destruição que ocorre nesta data, concluindo-se que toda esta primeira configuração é destruída, sendo-se obrigado a pensar e a reformular toda esta área e também a densidade urbana que se envolvia sobre esta praça.

(17) FARIA, Miguel (dir.), Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio: a História de um Espaço Urbano, Lisboa, INCM, 2012



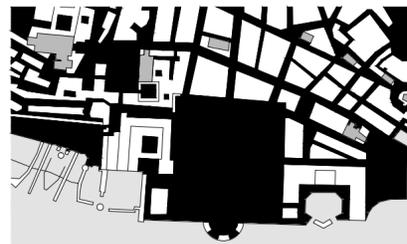
planta nº 1.

Gualter da Fonseca e Pinheiro da Cunha



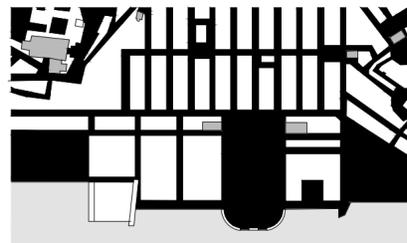
planta nº 2

Elias Sebastião Poppe e J. D. Poppe



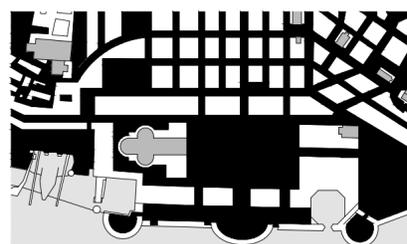
planta nº 3

Eugénio dos Santos e A. C. Andreas



planta nº 4

Gualter da Fonseca



planta nº 6

Capitão Elias Sebastião Pope

Marca-se aqui o período Pombalino, em que o urbanismo é sujeito a regras fixas, impostas pelo Marquês de Pombal, o Primeiro Ministro do Rei D. José, auxiliado pelos arquitetos e engenheiros Carlos Mardel, Manuel da Maia e o urbanista Eugénio dos Santos (1755-76).

Elevar e regularizar o nível da Praça, para evitar que seja inundada pelas marés, e contribuir para diminuir a diferença de níveis para os pontos altos das colinas envolventes, suavizando as pendentes das ruas e melhorando o escoamento das águas pluviais, foi uma das primeiras exigências de Manuel da Maia, o responsável desta nova obra.

Melhorar a ligação entre a praça e a área de cidade a norte, em direção ao Rossio, demolindo as restantes portas e arcos das muralhas medievais com o intuito de abrir tudo em torno do terreiro, foi uma das suas decisões. Esta praça foi também pensada num contexto simbólico, fazendo parte da estratégia de afirmação da Capital de um Império Ultramarino e marca por isso uma Porta de chegada à cidade, um ponto de cais e como tal, o elemento principal da cidade.

As plantas pedidas às equipas de projetistas da Sala do Risco dão bem conta desta intenções, variando entre o respeito relativo do traçado antigo de Lisboa até ao efeito "lábua rasa", que acabou por prevalecer, com o sistema ortogonal da Baixa de Lisboa atual. Os desenhos são elucidativos e chegam para dar uma ideia da evolução do desenho e do grau de compatibilidade e colaboração entre engenheiros-militares e arquitetos civis envolvidos na impressionante operação.

O planeamento, com coordenação e uma Memória descritiva de Manuel da Maia, que escolheu a velha Baixa, era constituído por equipas de " *Engenheiros e Praticantes da Academia Militar*". Dai, resultaram seis plantas, das quais a adotada foi, em princípio a planta 5, a única desaparecida por força provavelmente, da sua utilização. Os autores foram Gualter da Fonseca e Pinheiro da Cunha (planta nº 1), Elias Sebastião Poppe e J. D. Poppe (planta nº 2), Eugénio dos Santos e A. C. Andreas (planta nº 3), Gualter da Fonseca (planta nº 4), Eugénio dos Santos (planta nº 5) e Poppe (planta nº 6). A planta nº 5 corresponde ao antigo Terreiro do Paço, transformado agora numa Praça regular de planta retangular.

fig. 22 - As propostas para a real praça do comércio.



— Eugénio dos Santos Carvalho
- - - Carlos Mardel

fig. 23 - Planta topográfica da Cidade de Lisboa arruinada, segundo o Novo Alinhamento dos Arquitectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel (1758).

PLANTA DE EUGÉNIO DOS SANTOS, A PROPOSTA

Eugénio dos Santos foi o urbanista que melhor soube consolidar estas exigências do planeamento da estratégia deste território e melhor se aproximou destas exigências. Eugénio dos Santos propõe regularizar a planificação de todos os arruamentos da zona da baixa de modo a consolidar uma malha quadricular regular. Todo este cuidado tinha em atenção os conceitos baseados na resistência às ações sísmicas.

A simetria era uma exigência e, como tal, este pretendeu destacar nas extremidades os monumentos e as estátuas, salientando a Rua Augusta com o seu imponente arco, que era o eixo de simetria e a marcação de uma travessia importante na cidade.

Sendo uma praça real, no mesmo alinhamento se marcava a estátua imponente de D. José I, monumento que marca a diferença, afirmando a ideia de Praça Real. Na sobreposição do traçado é notória a diferença entre a planta retangular e a atual planta quadrada, com uma proporção e uma configuração mais afinada.

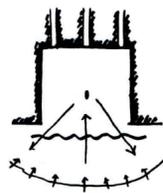
A configuração retangular afirmava melhor a centralidade e criava um espaço com maior amplitude sobre o rio a uma maior distância em terra. Refere também Miguel Faria que a Praça Real sempre foi entendida como " *praça regular com um monumento real, ou recorrendo a uma das mais sintéticas definições estabelecida por um dos pioneiros teorizadores do conceito [Pierre Lavedan, 1959]* ".

A estátua não só marca o centro da praça como também se pondera que possa localizar-se naquele ponto por ser uma solução pragmática de aproveitamento e de marcação do baluarte no anterior Terreiro.

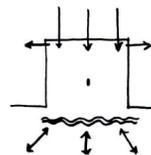
A Praça do Comércio foi sendo construída ao longo de cerca de um século e, portanto, suscetível a mudanças, como se verificou na tentativa de reinstalação do Palácio Real ou no conceito e desenho do Arco do Triunfo.

"A Praça do Comércio - diz Paulo Pereira -, (...) revelava princípios de monumentalidade, dignos aliás da sua função de destino - a de centro nevralgico do reino, onde se instalariam os ministérios com arcadas no piso térreo, um andar e um ático, com cobertura de águas; rematavam o conjunto pelo lado do rio dois torreões simétricos, inspirados na memória do Torreão filipino que havia sido destruído pelo Terramoto. A servir de entrada na zona de edifícios administrativos, bem ao centro da fachada principal, levantar-se-ia um Arco triunfal." (18). A estátua iria confirmar o estatuto de Praça Real.

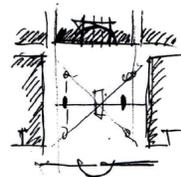
(18) PEREIRA, Paulo, Barroco, col. Decifrar a Arte Portuguesa, Círculo de Leitores, 2014, p. 198



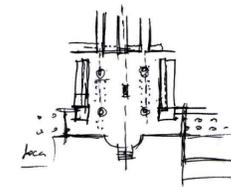
1. Os três lados construídos; a paisagem é o rio e a vista a partir dele



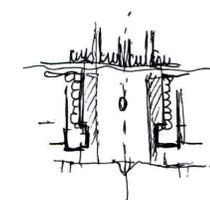
2. É uma praça de chegadas e partidas ...



3. Eixos viários definindo hipóteses de colocação de fontes e alguma arborização



4. Eixos viários definindo hipóteses de colocação de fontes e alguma arborização



5. Ocupação do espaço junto às arcadas, preservando as perspetivas dos três eixos viários

Aqui entra a memória do antigo Terreiro do Paço, memória antiga a julgar pelas menções que suscitava, mantendo a imagem do "Torreão" do tempo do Filipes, desde há muito interpretado como residência dos monarcas.

"É, pois, o valor dessa memória - afirma António Pimentel - que leva Manuel da Maia a assumir desde cedo que a futura praça seria o único local da cidade a possuir arcadas, dessa forma o inserindo numa genealogia urbana que declaradamente funciona como elemento de legitimação do novo projeto: disciplinada, evidentemente e modernizada. Estruturada agora com base em longas alas, providas de arcadas, andar nobre e mezzanino, que nos segmentos perpendiculares ao rio se rematam por torreões, a praça absorve, na verdade e desenvolve coerentemente, com inteligência e sensibilidade, o sentido, não somente das experiências, mas de uma reflexão que é possível pressentir desde longe, exercida em torno do programa monumental desse recinto, até então tolhido de constrangimentos jurídicos, justificativos do investimento cenográfico joanino no largo (mais livre) da Patriarcal." Mas não só, repetimos, relembrando o que dissemos mais acima. Segundo Pimentel, " não é apenas o tema das arcadas que Eugénio dos Santos retoma explicitamente, mas a própria memória do velho Paço da Ribeira e do chamado torreão de Terzi/Herrera. Num mimetismo declarado, as afinidades acumulam-se, de facto, nos torreões gémeos da praça pombalina (num dos planos se chegaria a prever a subsistência do torreão ocidental, a meio da ala poente, na exata situação do seu antecessor quinhentista): repetição dos pavimentos nobres; mesma divisão em cinco panos, com alternância, nos vãos, de frontões curvos e triangulares; mesma cúpula (na versão original) forrada de chumbo, mais elegante embora; mesma interligação dos torreões às fachadas mais baixas." (19)

De facto, a ideia/imagem do Torreão era substancialmente forte. E uma ideia provavelmente com mais de cem anos voltava a surgir como motivo inspirador, remetendo para o velho Terreiro do Paço como Filipe I o queria mas como não foi feito, como se sabe. Retomando António Filipe Pimentel: " Na verdade, a importância modelar e simbólica do torreão advinha-lhe da sua função emblemática e iconológica, sedimentada ao longo de 170 anos, enquanto metáfora da própria Monarquia, como residência simbólica dos Reis de Portugal; porém, as suas potencialidades enquanto motor da composição arquitetónica, tornam-se mais explícitas se recordarmos que, de acordo com um relato anterior ao terramoto - que aqui adquire a sua indireta confirmação -, o plano original, concebido por Herrera para Filipe II, consistiria em fechar toda a praça do Terreiro do Paço em roda, com outro pavilhão fronteiro no sítio onde hoje estão as casas da Alfândega. E é seguramente este projeto, jamais executado mas obviamente conhecido no círculo pedagógico da Aula de Fortificação, que Manuel da Maia e Eugénio dos Santos retomam, numa clara afirmação da nova praça como sede de poder, cuja memória - isto é, legitimidade - visa conservar, dignificando-a, monumentalizando-a e racionalizando-a." (20)

(19) PIMENTEL, António Filipe, "D. João V e a Imagem do Poder: o Terreiro ao Revés" in FÁRIA, op. cit. cap. 3
(20) Idem, ibidem

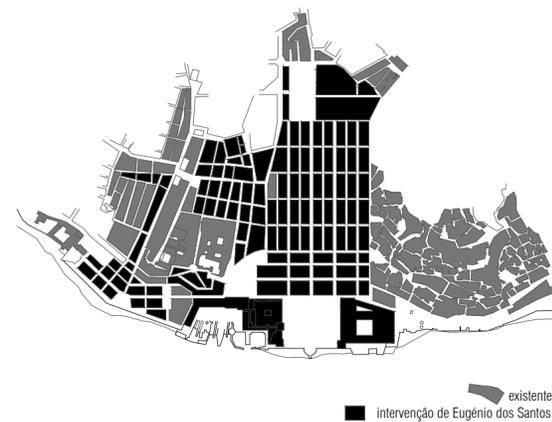


fig. 25 - Esquema da Planta de Eugénio dos Santos (1758)



fig. 26 - Vista imaginária da Praça do Comércio tirada do rio, inspirada no projecto de Eugénio dos Santos. A centralidade formal e simbólica da praça é dada pela Estátua Equestre, remetendo para o modelo das Praças Reais europeias

A PRAÇA E OS NOVOS USOS ATÉ À ATUALIDADE

Como já foi referido, desde o período romano que o desenho da praça e a sua implantação foram influenciados pela forte presença de uma linha de água que bifurca e traça nos dias de hoje dois dos principais eixos da cidade, a Avenida da Liberdade virada a oeste e a Avenida Almirante Reis, a este.

Através das plantas da página seguinte, baseadas nas cartas de Filipe Folque e Silva Pinto e na planta atual de Lisboa, é possível verificar o crescimento destes eixos e o desenvolvimento que a cidade tem sofrido.

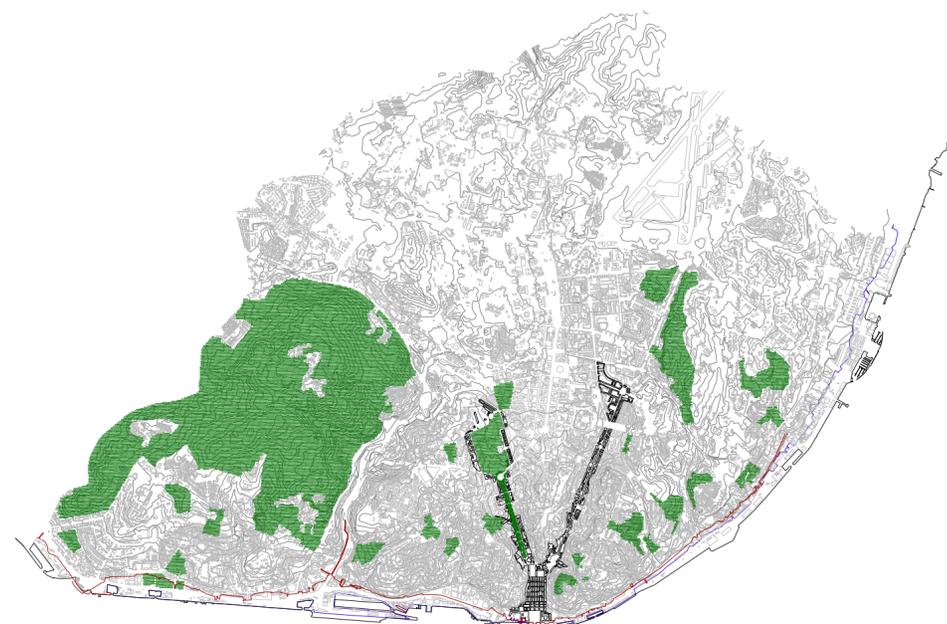
Nesta etapa, as ideias sobre as questões programáticas e a implantação já estavam definidas e as alterações que se registaram a partir deste faseamento foram apenas ajustes sobre as delimitações adaptando-se aos usos urbanos.



Planta da cidade segundo a Carta de Filipe Folque, 1858



Planta da cidade segundo a Carta de Silva Pinto, 1911



Planta atual da cidade de Lisboa



Fig. 27 - Região do Terreiro do Paço com o crescimento da cidade e os seus aforros, baseado nas cartas de Luis Filipe Folque (1858), de Carta de Silva Pinto (1911) e na planta atual de Lisboa

Na carta de Filipe Folque (fig. 27), é possível verificar o cuidado que existe nos alinhamentos dos alçados laterais do Terreiro no enfiamento das ruas do Ouro e da Prata e a Centralidade do Arco no seguimento da estátua e do cais.

Porém, como foi referido anteriormente, o terreiro foi-se moldando às necessidades urbanas e na planta de Lisboa do início do século XX, de Silva Pinto (1904-1911), mostra-se a consolidação de um alinhamento de árvores implantado sobre o alinhamento das mesmas ruas e também paralelo à fachada do Arco da Rua Augusta. A implantação dos edifícios já estava estabilizada; porém são visíveis as mudanças no crescimento do aterro junto à zona das antigas alfândegas.

O desenho da praça e a sua organização foram definidos pela compreensão do enfiamento dos eixos das ruas que confinam a linha de água. A compreensão do alinhamento das fortes vias estruturantes da linha de água condicionou o desenho dos limites da praça e dos marcos arborizados.

De uma planta para a outra, é evidente a transformação no desenho da placa central, sendo que uma é totalmente ampla e a outra demarcada pela arborização e pelos cantos arredondados, o que marcou a presença da circulação dos veículos neste lugar.



fig. 28



fig. 29



fig. 30

fig. 28 - Carta de Luis Filipe Folque (1858)

fig. 29 - Carta de Silva Pinto (1911)

fig. 30 - Ortofotomapa da atualidade

Nos anos de 1929-1930 a Placa Central é reajustada e desenhada de forma mais reduzida de modo a que o arruamento fizesse o prolongamento das ruas do Ouro e da Prata, marcações do eixo da linha de água, facilitando assim a deslocação dos veículos não só no alinhamento paralelo ao rio como também para dentro da cidade.

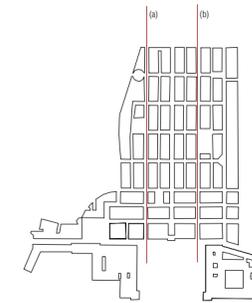


fig. 33 - Marcação das Ruas do Ouro (a) e da Rua da Prata (b)

O automóvel, a partir desta época, impõe uma organização espacial e funcional desta praça e ajusta-se aos eixos das ruas acentuadas. Na década de 1990 a placa central transforma-se num estacionamento da cidade anulando a imagem ampla da praça como ponto de chegada e de protagonismo da cidade.

Neste contexto foi eliminado o estacionamento móvel desta porta cidadina libertando a praça sobre o rio.

Atualmente o desenho das ruas foi reajustado para a diminuição da circulação de viaturas, no intuito de libertar o terreiro aberto sobre o rio e reforçar aquele lugar como um espaço de estar para as pessoas. Assim, foram eliminados os dois eixos perpendiculares à Rua do Ouro (a) e à Rua da Prata (b), na fig.32.



fig.31



fig. 32

fig.31 - Terreiro do Paço arborizado, tal como na carta de Silva Pinto

fig. 32 - Praça do Comércio como espaço de estacionamento de viaturas, 1959

PRAÇA DO PALÁCIO DE BELÉM

BELÉM E A PRAÇA NA FRENTE DE ÁGUA

O Palácio de Belém encontrava-se sobre um terraço ajardinado construído na zona sudoeste da cidade. O jardim situava-se junto da linha da praia e areia, banhado pelas águas do rio.

À semelhança do Terreiro do Paço, o palácio também se encontra numa linha de água que, apesar de não ter a mesma escala e não ser tão acentuada, tem o privilégio de nesta frente a profundidade no nível das águas ser apta à circulação dos barcos, sendo um ponto estratégico muito importante na interpretação dos acessos à cidade.

O palácio de Belém (a partir de 1910), antigo Paço Real, enquadra-se na praça abrangendo todo o lado norte, numa zona aparentemente mais protegida. Na análise das plantas de Filipe Folque, é possível verificar a presença do edifício no fim da linha de água, à semelhança da implantação do Terreiro do Paço. É também possível comparar a largura do Terreiro do Paço e como ela se aproxima da dimensão da largura do Paço de Belém. No entanto, o Terreiro do Paço continuou a demarcar-se pela sua grande escala e maior protagonismo na cidade.

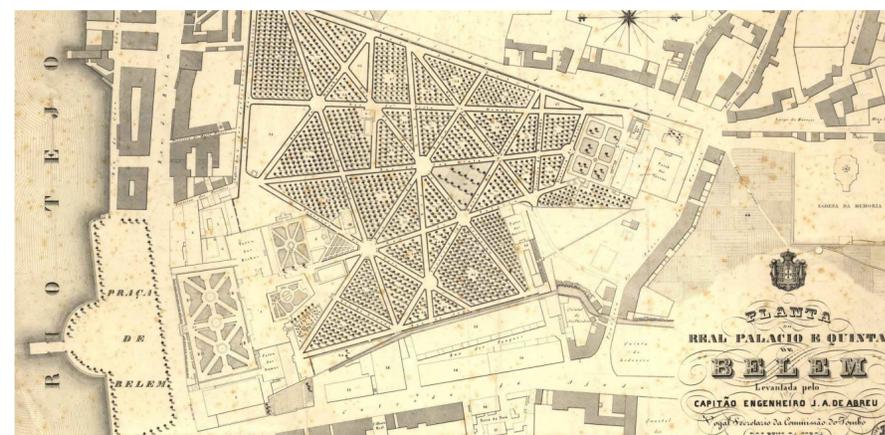


fig.34 - Planta do Real Palácio e Quinta de Belém

A PRAÇA DESDE D. MANUEL A D. JOÃO V

Belém teve três fases marcantes no crescimento da sua frente delimitada pelo limite do terraço ajardinado no período de D. Manuel, a praça real por si ambicionada; a sua formalização tardia, já em tempo de D. João V, embora dotada de um cais monumental, nunca atingiu as proporções e protagonismo do Terreiro do Paço tendo sido transformada com aterros devido à utilização portuária da frente ribeirinha; e, por fim, a restituição de uma dignidade, formal ainda que modesta no século XIX, sob o influxo do romantismo.

Uma quarta fase se poderia agora esboçar com a construção do novo Museu dos Coches, procurando conferir a esta praça uma dignidade que a ligue com a outra praça, tardia também, a Praça do Império mais a ponte e a servir de enquadramento ao famoso Mosteiros dos Jerónimos, com projeto dos anos 40. Não obstante estes novos arranjos, a Praça de Belém viria a perder a sua potencial axialidade quando o território foi transformado pela necessidade de aterros, como se referiu anteriormente, desvanecendo-se deste modo na paisagem costeira fluvial, absorvida ou secundarizada pelas construções de acompanhamento e por docas, que viriam a anular, aquela que afinal foi um "porta de água", uma "porta do mar", talvez a única a merecer esse epíteto depois do Terreiro do Paço /Praça do Comércio.

Em meados do século XIX a cidade ganha uma nova dimensão pois tem tendência a expandir-se na frente de água à cota mais baixa da cidade e a atividade comercial, assim como o porto de Lisboa, ganham um grande protagonismo na cidade. Como tal, há a necessidade de criar vias rodoviárias estruturantes assim como as linhas ferroviárias que, apesar de essenciais para as necessidades da população, entram em confronto com a malha urbana.

A comunicação com o rio foi, desde sempre, muito íntima e estas intervenções, apesar de benéficas para a indústria, anularam esta ligação de proximidade. Apesar da sua localização numa cota mais baixa em relação a cidade, o sucessivo crescimento de aterros veio contrariar este efeito da praça.

Em Belém, a Porta que se balançava sobre o rio é anulada com estas intervenções, e, devido às necessidades portuárias, torna-se obrigatório construir um novo aterro que se avança sobre o rio.

A configuração desta praça e o seu caráter são assim anulados por um jardim que atualmente é cercado por vias rodoviárias e ferroviárias. Contudo, devido à importância histórica em que o Palácio se enquadra, este preservou a riqueza da sua história e conseguiu manter-se um lugar de atividades lúdicas e conservar de forma simbólica a ideia de porta, tendo em conta que ainda hoje se mantém como um ponto de paragem nos percursos por via marítima - tanto a nível cultural como a nível comercial, tal como o Terreiro do Paço.

Na Carta de Padrão de Venda da Quinta de Belém, 1726, cópia de espólio do Gabinete dos Estudos Olisiponenses, apresenta-se a história desde o seu início como a escolha do lugar e a definição dos seus limites delineada por D. Manuel I. Nesta, o rei define que este território revela as suas valências. Confinado por um edifício também em forma de U, à semelhança do Terreiro, mas a uma menor escala, este lugar distinguiu-se pela forma como se chegava até lá, um cais que recebia a corte por barco, num percurso ao longo da fachada da cidade repleta de enseadas de palácios e praias que se dispersavam.

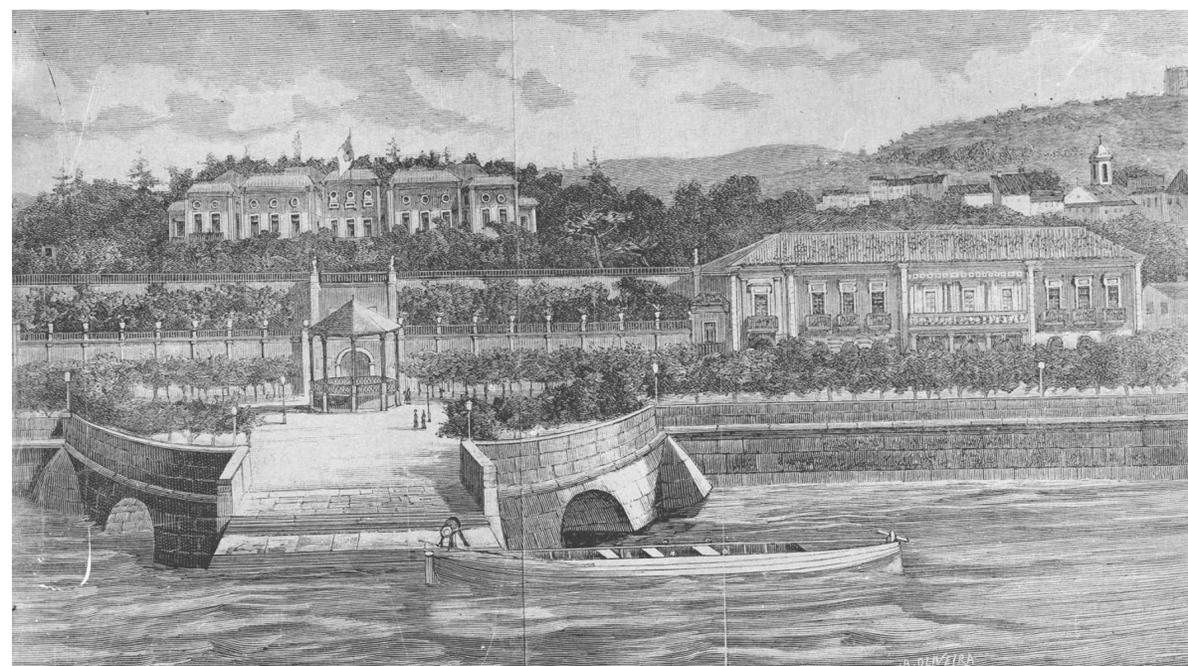


fig. 35 - Palácio Real de Belém, desenho de Cazilhas, gravura de A. Oliveira [entre 1900 e 1945]

A comunicação com o rio foi, desde sempre, muito íntima e estas intervenções, apesar de benéficas para a indústria, anularam esta ligação de proximidade.

Apesar da sua localização numa cota mais baixa em relação a cidade, o sucessivo crescimento de aterros veio contrariar este efeito da praça.

Ladeado por duas grandes quintas que também pertenciam ao reino, assim se caracterizava o território fértil que ladeava este palácio.

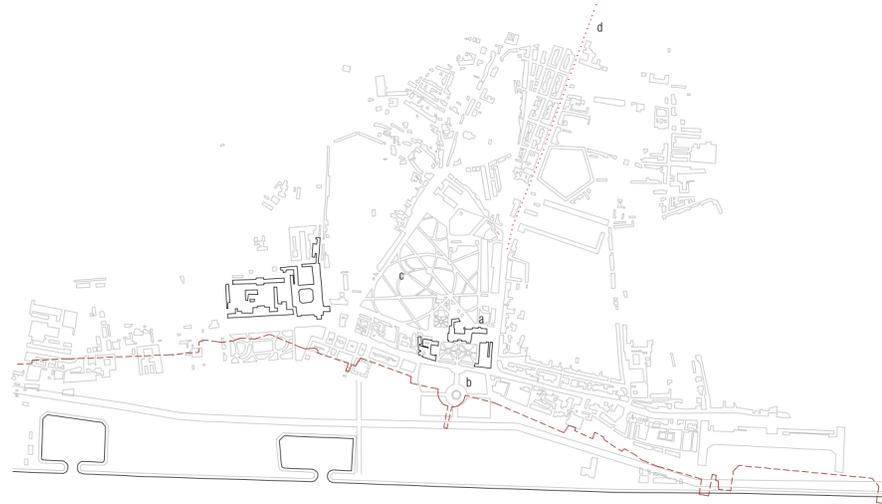
Apesar de D. Manuel ter a intenção deste palácio ser uma nova praça real, nunca no seu mandado conseguiu transformar a frente do edifício. Porém, desde sempre o terraço estava associado a um cais que acedia ao jardim do palácio. Devido aos níveis da água que foram baixando, mais tarde, nesta mesma estrada que tivera sido doada ao rei, foi construído, um novo cais, em 1693, mantendo Belém sempre um lugar de acessibilidade por quem vinha por água.

Em 1680 estabeleceu-se a ligação entre as quintas que ladeiam o Palácio ficando este, cercado. Neste período, D. João Telo de Meneses, primeiro conde de Aveiras e vice-rei da Índia, era o proprietário do Palácio. Este, pelas suas influências culturais, afirma, através do jardim, um amplo terraço ajardinado com a presença de um lago, casas de frescos e efeitos monumentais de construções próprias de jardins de aristocracia francesa, que enriquecem este novo ponto real.

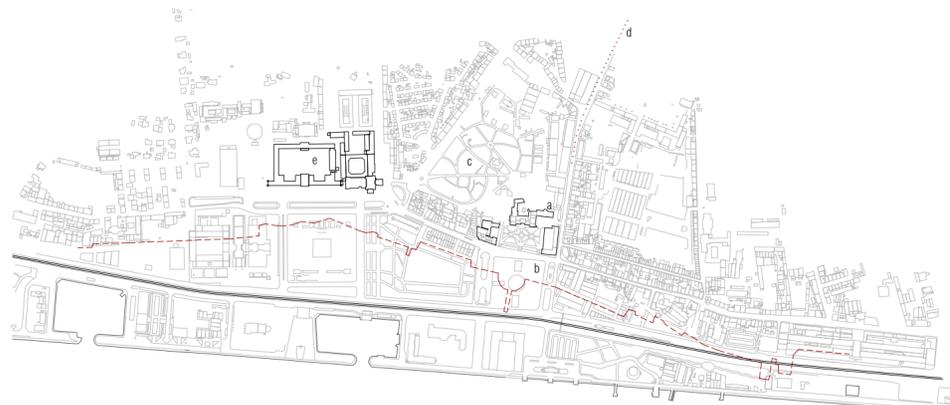
No período dos Descobrimentos, o momento da saída das caravelas e os momentos da chegada dos virtuosos carregados de riquezas de outros povos, tornou este lugar um ponto de grande protagonismo na frente, à semelhança do Terreiro do Paço. Como tal, o rei D. Manuel desejava que esta frente do Palácio se tornasse numa possível Praça Real que abria mais uma nova Porta para a cidade. Porém, só mais tarde algumas das suas intenções foram reveladas com um aterro que avançou sobre a frente do Palácio.



Carta de Luis Filipe Folque 1858



Carta de Silva Pinto 1911



a. Palácio de Belém b. Praça de Dom Fernando c. jardim do palácio d. Calçada da Ajuda

Planta atual de Lisboa

Mas é no reinado de D. João V que o desejo de D. Manuel se concretiza, mesmo que mais modestamente. A praia que se estendia na frente da propriedade de D. Manuel foi dotada em 1753 de um novo cais amuralhado semicircular sustentado por um plateau que se balançava sobre o rio. Esta praça, servia simultaneamente o transporte de materiais, o abastecimento da Quinta e de embarcadouro aos passeios fluviais da família real.

A obra foi da autoria de Carlos Mardel, e foi pensada a partir de 1733 com o objetivo de ganhar um terreno sobre o rio que servisse a corte e devido ao leito que se alargara substancialmente desde o século XVI.

A praça foi desenhada no alinhamento do Palácio e ajustado o cais no eixo central, o mais próximo do alinhamento do meio do terraço ajardinado.

Inicialmente este aterro sugeria a ideia de uma ampla praça sobre o rio, porém gradualmente foi sendo arborizado como é possível distinguir entre as plantas de 1733 de Carlos Mardel e os registos que se distinguem na planta de Luis Filipe Folque, em 1856, pós terramoto.

A "praça Dom Fernando", assim se chamava, a norte era dominada pelo palácio de Belém e a sul pelo "Cais de Belém". Este cais foi mandado construir no tempo de D. João V e terminado pelo Marquês de Pombal.

Durante o terramoto, o facto do rei D. José e a família real se encontrarem aí presentes nessa data, faz com que o palácio ganhe grande relevância na cidade. A instabilidade na cidade destruída era evidente mas, o Palácio de Belém assim como outros localizados nesta zona, mantiveram-se de pé, já que esta zona de Belém sofreu uma destruição menos marcante e devastadora.

Belém é sem dúvida uma nova Porta na cidade. D. Manuel sabia que este ponto estratégico seria um novo ponto de afirmação dos reis. Deste cais partiram os Jesuítas expulsos em 1759, e o futuro D. João VI, a Família Real, e grande parte da corte que seguiram a viagem para o Brasil em 1807, no período das invasões napoleónicas. Em 1821, o mesmo cais serviu para o desembarque de D. João VI, o primeiro Rei Constitucional vindo do Brasil.

Nos finais do século XIX, embora o impulso venha de trás, efetuou-se uma regularização dos aterros e a praça ganhou uma configuração quadrangular. A simetria na frente de rio foi a intenção para esta modificação, bem como para o alargamento da área que ocupava, que passa agora a contar com um jardim (o Jardim Afonso de Albuquerque).

Dai que, em 1902, seja finalmente inaugurado o monumento que concede a esta praça, de novo, alguma monumentalidade, apesar de não se ligar diretamente com o rio, ou pelo menos, não o fazendo de uma maneira tão enfática quanto chegou a acontecer no tempo de D. João V e de D. José. Note-se que nos finais do século XVIII, já no período pós-Terramoto, esta praça tinha uma razão de ser em termos de morfologia urbana, uma vez que se ligava à Calçada da Ajuda onde já se construira a nova residência real (a Real Barraca). Um eixo no sentido setentrional marcava pois a utilidade do terreno. Mas, é no início do século XX que se consagra este estatuto de praça pós-romântica, com a elevação do monumento ao 2º Vice-Rei da Índia, Afonso de Albuquerque, iniciativa do historiador Luz Soriano, com escultura de fundição em bronze da autoria de Costa Motta e arquitetura, na coluna, de Silva Pinto. Organizada desta forma viu passar à sua ilharga sul a Avenida da Índia, onde já se cruzavam comboios da Linha de Cascais, cortando definitivamente a sua ligação ribeirinha e inviabilizando qualquer cais.



36



37



38

fig. 36 - desenho e Carta de Luis Filipe Folque 1858

fig. 37 - desenho e Carta de Silva Pinto 1911

fig. 38 - planta atual e Fotografia aérea actual

O POSSÍVEL DESÍGNIO

XABREGAS, A TERCEIRA PRAÇA REAL

O POSSÍVEL DESÍGNIO

XABREGAS, A TERCEIRA PRAÇA REAL

As frentes urbanas junto à água desde sempre enriqueceram as margens e permitiram às cidades um maior envolvimento com os aspetos relacionados com a vida material pelas condições naturais que a água oferece, mas também pela possibilidade das comunidades que viveram (e vivem) na cidade poderem ter acesso a atividades produtivas, comerciais e de comunicação marítima e fluvial e mais tarde, já durante os finais do século XVIII e do século XIX em diante, aos eixos existenciais que começam a consolidar-se, no âmbito do lazer e da cultura da "paisagem".

O Terreiro do Paço foi então a Praça Real da Cidade e tornou-se um marco de chegada à cidade, sendo a Principal Porta da cidade. O Rei pretendia expandir a cidade e desenhar toda a margem do rio através da presença dos palácios, dos conventos, de diversos ancoradouros, de cercas e quintas, que a população aproveitava para trabalhos agrícolas, que se localizavam nos fins das linhas de vale, pois permitiam o fácil acesso ao interior da cidade e a privilegiada ligação com o rio.

Foi de Lisboa, mais precisamente do Restelo, que Vasco da Gama partiu para a Índia, tal como mais tarde, Pedro Álvares Cabral rumou ao encontro do Brasil. A comunicação com novos continentes, as viagens em busca de novas paragens e as chegadas de embarcações de outros países, transformaram Lisboa num ponto de acesso e comunicação com o país e com o novo império ultramar.

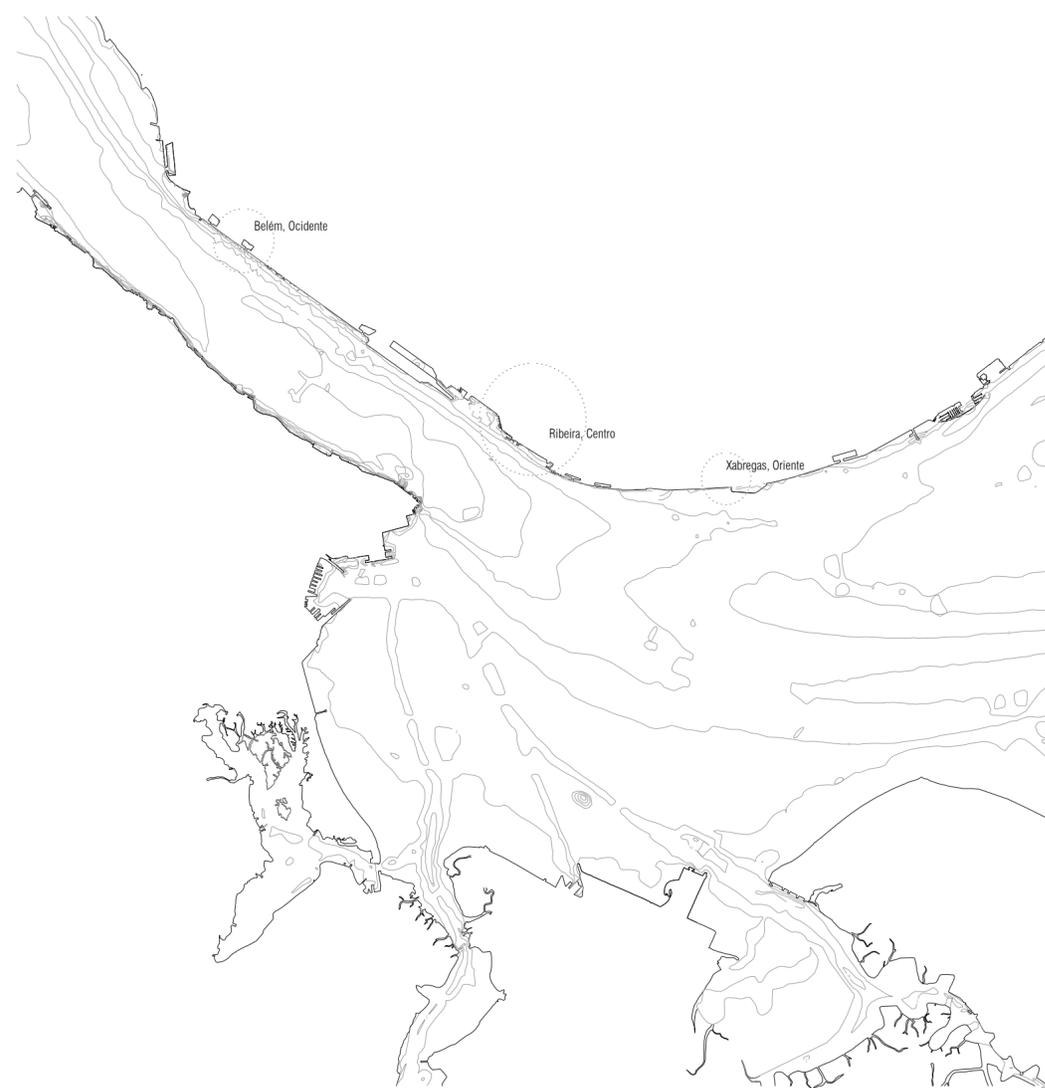


fig. 39 - Interpretação do possível designio no estuário do tejo

A expansão ultramarina foi uma forte influência na necessidade da mudança desta frente que se foi articulando com as distintas praças. Estas portas permitiam não só serem pontos de chegada à cidade como a dinamização de uma frente que se adaptou essencialmente às necessidades do homem - a ocupação de portos, a implantação de indústrias, as atividades piscatórias. De algum modo, o contacto com a água foi-se perdendo, pois as praias, que eram as zonas mais baixas da cidade, foram sendo ocupadas pelas atividades de construção naval, tendo-se perdido gradualmente o areal, embora estas Portas permitissem sempre manter a ligação mais íntima entre a população e o rio.

Em Lisboa, a frente ribeirinha desenvolveu-se fora das muralhas, como espaço de mediação entre a cidade e o rio e características ambíguas levam a compreender que essa frente sempre foi simultaneamente da cidade e do rio.

A organização urbana fez-se a partir da morfologia da água. Os fins das linhas de água no território são locais estratégicos por se encontrarem em cotas mais baixas da cidade e, decorrente desse facto, por serem pontos de abrigo mais protegidos, as Praças Reais procuravam instalar-se nestes pontos de grande afluência. Assim, não só se encontravam na margem dos rios, facilitando o acesso por barco, mas também se localizavam em pontos que marcavam a entrada na cidade.

A proximidade do rio oferecia terrenos mais planos, o que facilitava a construção destes marcos e, por isso, as Praças Reais permitiam não só receber a população como também usufruir delas e realizar diversas atividades nestes espaços exteriores.

A margem plana que se desenhava sobre o rio permitiu que se construísse uma extensa rua - a Rua Real - paralela a este, que, de forma sinuosa, atravessava os edifícios que se encontravam junto à margem e fazia a ligação entre as três Portas da Cidade.

Nesta época o estuário do Tejo era o forte eixo de circulação na cidade e como tal para estabelecer a ligação entre a extensa margem da cidade o Rei previu uma outra Praça Real a Ocidente, na frente do Palácio de Belém. Desenvolveu ainda na faixa Oriente distintos palácios e conventos que enriqueciam a fachada da cidade.

Segundo a interpretação de José Sarmento Matos e Jorge Ferreira Paulo, em "Caminhos do Oriente II" surge então o possível designio.

No seguimento deste império construído pelo rei D. Manuel, após a sucessão de D. João III ao trono, este rei repensa sobre o forte crescimento da frente ribeirinha e idealiza um novo pólo alternativo ao Terreiro do Paço, desejando transformar o terreiro de Xabregas numa nova praça Real.

Deste modo, a cidade seria delimitada por três grandes pontos de referência - Belém, na zona ocidental, a Ribeira, ao centro e Xabregas, na zona oriente. Estas Praças definiam os novos limites geográficos da área envolvente da cidade e traçariam novas rotas e circulações entre margens.

Estas três praças "reais" constituiriam importantes referências de compreensão da evolução do urbanismo. Abraçadas pela malha urbana e com apenas um alçado definido pelo rio, desenham a charneira entre a cidade e a água assumindo estes lugares como Portas Marítimas.

Voltando ao caso de Xabregas, local quase esquecido, relembro as palavras de J. Sarmento Matos e Paulo: *"Este rei (D. João III) protagoniza na verdade o grande projeto de transformação de Xabregas, (...) Adiante-se desde já que o monarca parece ter tido em mente a definição de um pólo alternativo ao Terreiro do Paço, desejando transformar o terreiro de Xabregas em verdadeira praça real, numa redefinição da frente ribeirinha do rio"*.

No comentário destes autores à planta de Filipe Folque, correspondendo à Madre de Deus e Xabregas (Folha nº 23), que é necessário aqui citar, contém-se muitos dos elementos prévios para a nossa proposta:

" Note-se a dominante dos três grandes conjuntos - Madre de Deus, Paço e São Francisco -, cuja relação entre si e com o rio é já então condicionada pelo traçado da linha do caminho de ferro, recentemente inaugurada. A necessidade de criação de taludes, quer fronteiro à Madre de Deus, quer junto a São Francisco, bem como o lançamento do viaduto sobre o Largo do Marquês de Nisa, descaracterizaram por completo esta área, tornando irreconhecível a ideia de um terreiro amplo, fronteiro ao rio. Além disso, truncou a função da antiga Rua dos Toucinheiros, depois transformada em simples beco. De realçar, ainda, o caráter eminentemente ribeirinho deste núcleo com escassa penetração para o interior, só resolvida pela abertura no leito do antigo estero fluvial da Rua Gualdim Pais, em 1933. Nesta representação o fundo do Largo do Marquês de Nisa é ainda fechado por um renque de construções, depois arrasadas para abrir a nova rua. Aliás, nota-se no desenho o traçado de uma depressão irregular a sul de São Francisco, possível reminiscência do traçado do referido estero que, como sabemos por documentação do citado convento, corria exatamente junto dele."

A modernização da frente ribeirinha e a gradual industrialização acabaram, de vez, com esta possibilidade de reconhecimento de um vasto terreiro.

O outro elemento e talvez o mais importante é, de facto, a edificação que viria a ficar inacabada, do grande Palácio para o Rei, eventual prova de um designio de nobilitação desta frente e da sua instituição como Praça "Real" decerto porque, o palácio era destinado à corte.

Tanto assim é, que ainda em 1571, com obras em curso, por certo no tempo de D. Sebastião, Francisco de Holanda comenta o sítio do Paço e chega a desenhá-lo. José Sarmento e Paulo dizem que o fez de memória, mas cremos mais num desejo arquitetónico de Holanda, do que na representação de um projeto. Mas a dúvida terá que permanecer. Pois se é a memória de um projeto, esse projeto seria de enormes dimensões e com uma linguagem avançada para a época, exigindo um financiamento constante, que a corte não possuía no tempo de D. Sebastião.

Francisco de Holanda no livrinho que dedicou a D. Sebastião, "Da Fábrica que Falece á Cidade de Lisboa" (1571), é um entusiasta da ideia do Terreiro. Nessa altura, convém lembrar, o Terreiro do Paço era uma área livre com o Paço da Ribeira, antigo, à ilharga da qual se começara a edificar a Igreja de S. Sebastião. Com isto ia perdendo a sua função de terreiro aberto ao rio, e mais uma vez, como aconteceria vezes sem conta depois, voltava mesmo as costas à margem fluvial. Assim não aconteceria com Xabregas.

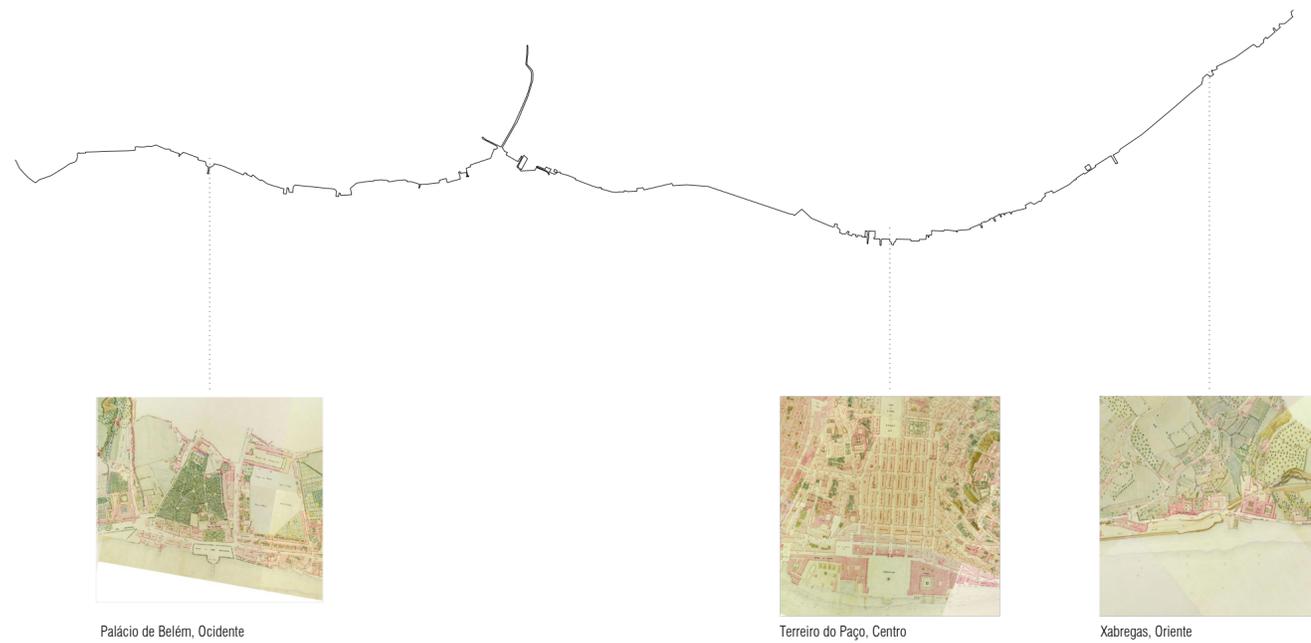


fig.40 - O possível designio através da Carta Militar de Filipe Folque, 1856.

XABREGAS, A TERCEIRA PRAÇA REAL

Relativamente ao paço de Enxobregas, vale a pena transcrever na íntegra o que escreve Francisco de Holanda:

"Muitos dias há, Senhor, que desejo dar esta lembrança a Vossa Alteza de palavra e não por escrito; mas já que vejo poucas vezes Vossa Alteza, lembrar-lhe-ei o que devo e sou obrigado, sem adulação nem fingimento. E já que os outros que mais sabem nisto se descuidam: eu, que de todos menos entendo, como jogador de enxadrês que muito melhor vê os lanços e perigos de fora, que os que estão cegos no jogo jogando (por onde às vezes fazem muitas cegueiras), bem assim eu ainda que ante os do vosso conselho ou a quem isto toca sou mui fraco e ignorante jogador deste jogo de discrição: como quer que ao presente estou de fora, vendo jogar os melhores jogadores, não deixarei sequer por acenos ou gemidos de lembrar alguns lanços deste enxadrêx do vosso Reino, em que, Senhor, vos não vai pouco a vós nem aos vossos. E não porque eu de arrogante cuide que vejo mais que os outros neste jogo, pois que como disse em o começo deste caderno, tenho tanto que fazer em reparar a cidade e fortaleza da minha alma, que escusado me será tratar doutras fortalezas e cidades alheias de pedra e cal, que perecem. Mas forçado \l.14\ a razão e do que vi por outros reinos (porque o ver muito ensina), e também favorecido do ócio do lugar em que vivo o mais do tempo no campo, aquilo que noutros seria virtude é em mim ousadia, mas contudo piedosa e de fiel e bom vassalo; por onde sem me guardar doutras malicias deste tempo, não deixarei de dizer o que aprendi e tenho começado. Lembra-me que El-Rei vosso avô, de bemaventurada memória, depois de muito tempo andar em Évora e Almeirim, e noutras partes, finalmente determinou de se aposentar em Lisboa; e para isto fazer, escolheu o sítio de Enxobregas entre aqueles dois devotos Mosteiros, pelo mais escolhido e livre lugar e da melhor vista que há em Lisboa. Em que começou uns Paços, os melhores de Portugal (ainda que com algumas imperfeições, ou descuidos no desenho) que por sua morte não ficaram acabados. E também me lembra o grande contentamento com que Sua Alteza me dava conta e razão da arquitetura de tal obra, e das grandes coisas que sobre ela com ele passei."*

"E vejo que Vossa Alteza não tem casas em Lisboa dignas de sua pessoa, por onde ora mora na Ribeira, ora nos Estãos, ora em Santos Velhos, que não são lugares de Reis, sem ter onde declinar a cabeça nesta grande cidade: que havia de ser como domicilio seu, e como [7. 15r] uma cadeira ou almofada, onde viesse descansar e recolher-se das importunas calmas de Almeirim e Salvaterra, e também das trovoadas e invernos da Serra de Sintra. E vemos que os lavradores do campo e os pastores do monte têm suas choças e cabanas em que de seus trabalhos descansam de noite e em que repousam de dia."

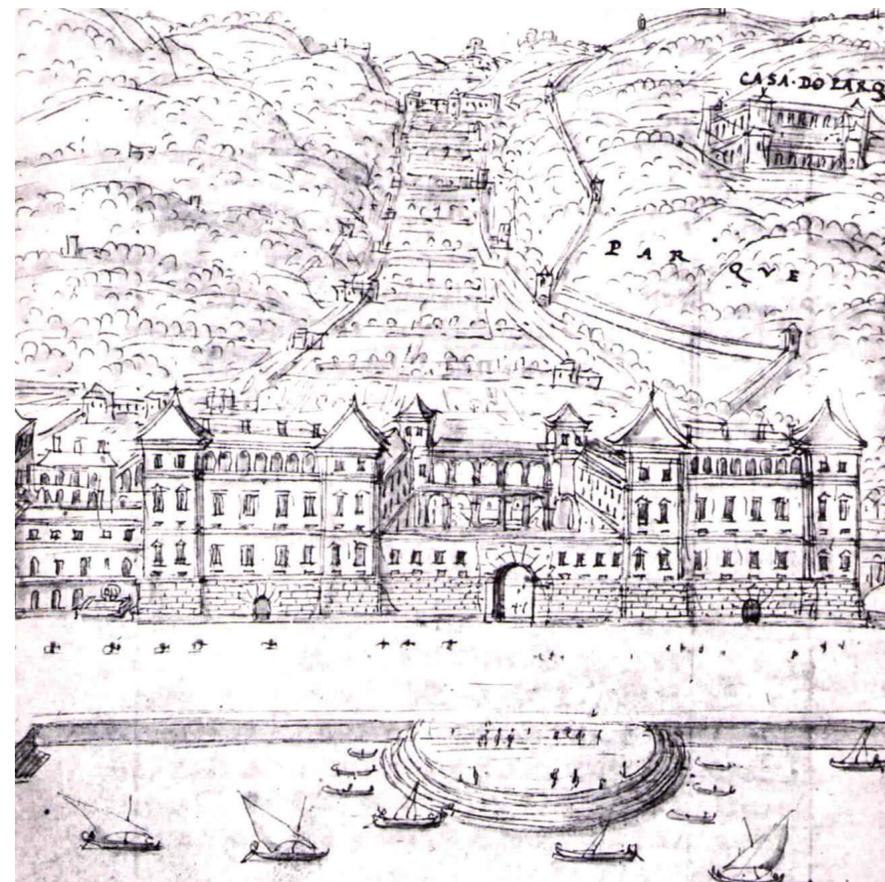
"E que Vossa Alteza não tem nesta sua cidade nem (estou em dizer) em todo o seu Reino, umas casas ou Paços nem para viver solteiro, nem para descansar sendo casado, podendo ter as melhores do mundo; porque já em o Castelo de Lisboa, que é um sítio de vista e ares excelente, e escolhido por tal dos reis vossos antepassados, pode Vossa Alteza e deve ter uns ilustres Paços, dentro em a fortaleza que digo; com uma capela pintada, e com salas e câmaras de estuque ou pintadas sobre bordo, ou a fresco: como é costume dos Reis antigos e modernos."

"E se lhe parecer muito ter dobrados Paços, ou ser pesada Lisboa, de ser amigo da liberdade do campo e da caça do monte; acabe Vossa Alteza os Paços de Enxobregas que são muito para isso; e se tiver saudade do monte e da caça (em quanto é obrigado a ter conta com Lisboa e com sua corte) cerque meia légua de terra dali até Cheias e até além de S. Bento e faça um parque; [fl.15v] muitos porcos, e veados, e aves, e matas, e arvoredos, e fontes, e casas de prazer muito melhores que as que fez em Fontainebleau o Rei de França; que tudo pode ter dentro. E se lhe a cerca parecer grande, ou custosa, dê-a aos Frades Jerónimos que eles a cercarão em breve tempo."

"E acabe os Paços de Enxobregas magnificamente, antes que de todo se percam, assim e da maneira que os houvera de acabar El-Rei seu avô com muita magnificência, se quer por não deixar perder e em parte desautorizar o conselho e determinação que neles mostrou. E eu, ainda que ando já fora de pinturas, pois de tão pouco servem neste tempo, lhe quero ainda fazer os desenhos para as heroicas pinturas e para todo o mais ornamento de tal obra, e também para todas as fortalezas e templos desta cidade em forma maior, e para tudo o mais em que servir a ordem do meu desenho, em que todas as obras das fábricas consistem."



fig.41 -A Antiga Fábrica de Tabacos de Xabregas



"E acabe Vossa Alteza os Paços de Enxobregas que têm melhor sítio e mais real que Santos e muito mais escolhido e livre que todos os outros de Lisboa, e fora das importunações dela, entre dois Mosteiros nobilíssimos, principalmente o da Madre de Deus com lhe nascer a aurora e o sol com os primeiros raios sobre o mar do meio dia, e sobre Vfl.16r] o Rio Tejo, com as barcas, e com hortas e jardins da parte do Norte, para nunca poder ter enfadamento enquanto lhe for forçado estar quieto em as obrigações de seu estado. Que se Vossa Alteza livesse Paços quais devia de ter em Lisboa e quais eu entendo, eu tenho por mui certo que se não enfadaria nela tanto."

"Tenha Vossa Alteza sequer umas casas reais neste Reino, nesta cidade ou fora dela, que as não tem, como são as dos outros reinos, onde possa estar sem desquietação nem enfadamento, o que nasce (como digo) de não tê-las; e quando se enfadar nelas, não somente vá com poucos caçar a Almeirim, e a Sintra: mas vá também ao campo d'Ourique e do Algarve que ainda não vio, e passe a África, e tome-a, e triunfe dela, e torne com o despojo a descansar em Lisboa; e tenha casas para isso, que as não tem, e por isso se enfada nela: e não dará sua ausência tanto trabalho a este Reino, e opressão a sua corte, nem aos pobres, e teremos quietação para o servir e vida, que a não temos sem ele; e Vossa Alteza sem enfadamento terá também vida e saúde e quietação, principalmente depois que gozar da suave vida de casado, a qual lhe nosso altíssimo Deus dê tão bemaventurada como todo este reino lhe deseja" (21)

Resulta desta leitura a posição privilegiada dos Paços de Enxobregas, a sua relação fronteira com o Tejo, e a possibilidade de possuir um Parque, como não havia em Lisboa na altura.

O modelo de nobilitação dos paços reais terá vindo de Itália conforme o documenta uma carta do rei D. João III ao cardeal Gaddi em 1550. Seis anos depois as obras tinham sido iniciadas. O patrocínio da obra é considerável e é Jerónimo de Ruão, arquiteto da capela-mor da igreja do Mosteiro dos Jerónimos e um dos mais eruditos arquitetos portugueses da altura, quem se encarrega da execução, recebendo quarenta mil reais por ano, soma elevada. O almoxarife ou tesoureiro é António Alvarez, com o arquiteto régio Miguel de Arruda como superintendente.

Mas mesmo assim a extensão de semelhante casa seria enorme. E, obviamente iria necessitar de um enquadramento urbano condigno, em que a parte livre ou o "vazio" teria um papel fundamental no distanciamento da praia e sobretudo na formalização do cais, alteado relativamente ao nível fluvial.

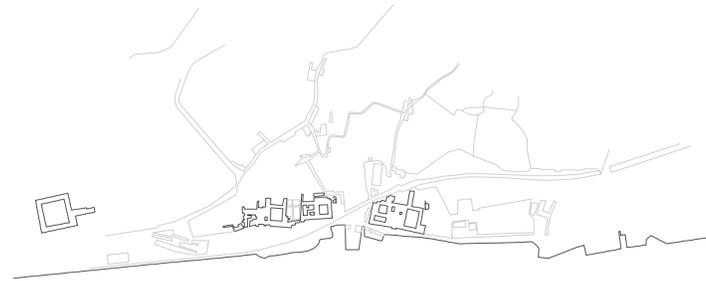
Foi o arquiteto Jorge Segurado quem identificou a existência do envasamento do palácio inacabado: "O envasamento formado por grandes peças de lioz é aparelhado a gastejo, sem golpes de aresta. Tem de altura total 2,52 m. Um banco maciço e salientando 0,51 m, corre em rodapé, quase em toda a extensão da fachada. A existência deste banco, que então enfrentava o Tejo, poisado no rossio ou terreiro do novo paço real, julgamos encontrá-lo, em sumária indicação, também no desenho do nosso Mestre e é, aliás, bem justificado, numa praça pública, comum ao uso na época e pela afluência de gente vinda dos lados da terra e do rio"(22). Claro que Segurado dá Holanda como autor da traça mas isso é muitíssimo improvável para não dizer impossível.

O Palácio encontra-se definido por uma obediência aos ensinamentos dos tratados de Sebastião Serlio que Holanda conhecia, como aliás muitos outros arquitetos da corte

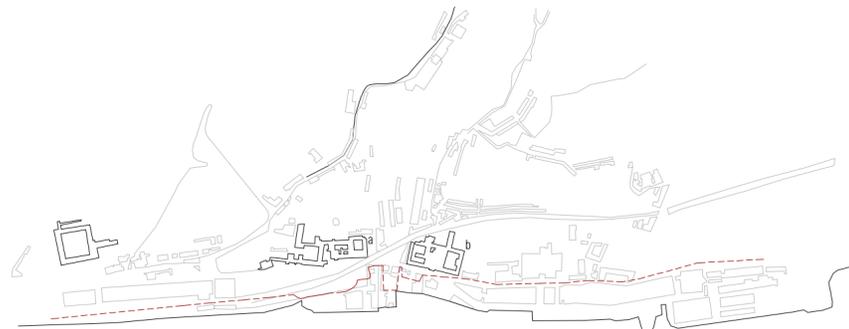
Pondo de parte a questão da arquitetura e do formalismo do palácio, o terreiro, esse, foi uma realidade, já em 1575: " O facto é que o Terreiro de Xabregas ganha foros de local nobre da corte, sendo alargado e regularizado por D. Sebastião em 1575 para o célebre torneio de Xabregas, descrito por Jorge Ferreira de Vasconcelos" - dizem-nos Matos e Paulo.

Mas "o edifício não passara dos entressolhos", segundo relatos próximos. O aumento em altura do Palácio, que derivaram das grandes obras de transformação e acabamento das fachadas do palácio que compõem a sua imagem atual se deveram ao 4.º Conde de Unhão", o que pode ser enganador, uma vez que os mesmos autores determinaram mais recentemente que foi o Terramoto que destruiu a parte superior do edifício e que esses "quartos altos" se podem ter ficado a dever à mudança dos Marqueses de Nisa para o palácio, em data muito mais adiantada. "No interior, resistiram ao incêndio e às adaptações o grande pátio quadrado, a escadaria interior - talvez um dos poucos apontamentos mais antigos, de desenho muito sóbrio de matriz clássica -, e a cozinha abobadada de dimensões pouco habituais em palácios privados, mais ajustada ao movimento de um paço real." segundo Sarmento de Matos.

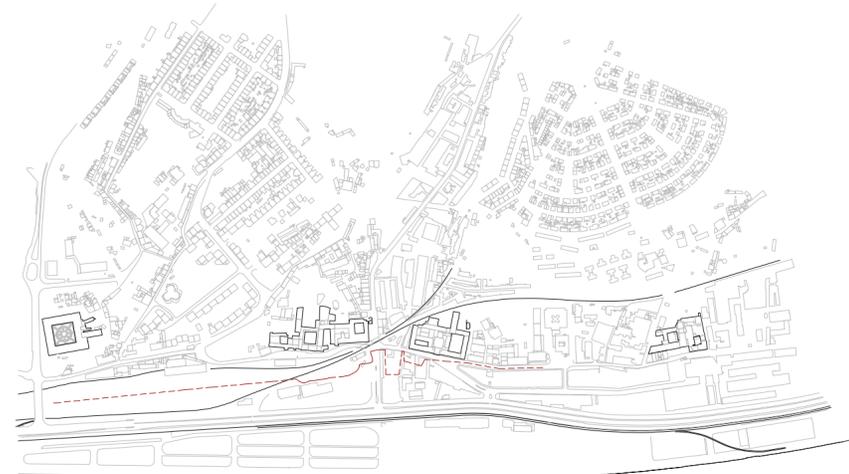
fig. 42 - Desenho do Paço de Xabregas e seu jardim, da obra "Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa", de Francisco de Holanda - 1571



Carta de Luis Filipe Folque 1858



Carta de Silva Pinto 1911



a. Museu Nacional do Azulejo b. Convento de São Francisco de Xabregas

Planta atual de Lisboa

À semelhança dos outros palácios, também este convento se localizava na proximidade do rio, numa cota mais baixa da cidade e privilegiada por se encontrar no enfiamento de uma linha de água. Este ponto estratégico não só beneficiava de um acesso por via marítima onde também os níveis de água são mais profundos, e por isso atualmente são cobijados pelo porto de Lisboa, mas também pelo facto de estabelecer um eixo direto de comunicação para dentro da cidade.

Este pólo veio determinar evolução na zona. A necessidade de acesso ao Mosteiro, veio promover o desenho na rua Oriente, a rua paralela ao rio e devido ao cais incrementou não só movimento por terra como também por água.

Esta vontade de crescer nesta frente resultou do povoamento da pequena reentrância no esteiro do rio que inicialmente subia até Chelas e cujo assoreamento levou ao desenvolvimento desde núcleo urbano mais na proximidade do rio.

A primeira construção que começa a dar forma ao local é o Convento de S. Francisco de Xabregas, iniciado no século XV, cuja estrutura primitiva estava orientada a com um pórtico virado a sul ou seja, sobre o esteiro e o futuro terreiro. O enquadramento da praça estabelece um novo pólo urbano de referência na cidade, em alternativa quer a Belém quer à própria Ribeira (Terreiro do Paço).

Na carta de Filipe Folque de 1856/57 é perceptível a frente que existe sobre o convento de S. Francisco, a terceira porta de acesso a cidade. Com o desenho pouco de definido e com um pontão que avança sobre o rio, interpreta-se a hipótese de um possível futuro no redesenho deste espaço que nunca chegou a ser consolidado.

Apesar de todos estes planeamentos, mais uma vez, à semelhança da Porta em Belém, esta também foi afetada. A progressiva instalação industrial nesta zona e o traçado de caminhos de ferro obrigaram a uma nova estrutura viária em Xabregas e limitaram novamente a frente e a margem sobre o rio, que atualmente está ocupada pelo porto, um não lugar da cidade, que, porém, lhe é essencial.

Este terceiro ponto é perdido com o crescimento dos aterros devido às necessidades portuárias, e a imagem dos palacetes que se dispersam ao longo da margem é perdida; o anular desta porta fecha o desenvolvimento da cidade enquanto espaço de estar e de cultura, sendo ai visível atualmente uma forte presença de indústrias e do porto.



43



44



45

fig. 43 - desenho e Carta de Luis Filipe Folque
 fig. 44 - desenho e Carta de Silva Pinto
 fig. 45 - planta atual e Fotografia aérea actual

CONSIDERAÇÕES PARA PROJETO

CONSIDERAÇÕES PARA PROJETO

Até ao século XVI, Xabregas abrangia uma grande extensão da faixa oriente, desde a atual Cruz da Pedra até ao limite de Marvila, sendo a zona do Grilo a de maior escassez de povoamento na margem do rio.

Aqui se encontrava a extensão oriente que D. Manuel pretendia expandir e onde, no seguimento da sua estratégia de cidade, D. João III propõe uma nova praça. A escolha da ribeira para a erguer o novo paço, acentuado pela localização da praia do Restelo no Mosteiro dos Jerónimos, veio dar um novo estímulo à zona ribeirinha.

Esta vontade de abrir mais uma vez a cidade ao rio permitia uma maior segurança no controlo da navegação fluvial e ampliava o desenvolvimento de toda a frente da cidade.

Como se pode ver, segundo José Sarmento Gomes em caminhos do Oriente II:

"Adiante-se desde já que o monarca (D. João III) parece ter tido em mente a definição de um pólo alternativo ao Terreiro do Paço, desejando transformar o terreiro de Xabregas numa verdadeira praça Real, numa redefinição da frente ribeirinha do rio dotada agora de três grandes pontos de referência - Belém, na zona ocidental, a Ribeira, ao centro, e Xabregas, na zona oriental, delimitando-se os novos limites geográficos da área envolvente da cidade".

Assim se completavam as três portas que faziam a comunicação entre a cidade e o rio.

Depois da tomada de posse do rei D. João III, sucessor de D. Manuel, foi este quem realmente protagonizou o grande projeto de transformação de Xabregas, sendo que, foi também ele quem pensou sobre a hipótese de um novo paço, que avançava sobre o Convento.

D. João III é quem investe no crescimento desta faixa e no intuito de realçar este alçado real, proíbe entre 1524/1526 a construção de casas entre estes mosteiros de Xabregas.

Deste modo o rei investiu na grandiosidade do Convento da Madre Deus, desenhando-lhe um cais para evitar as inundações e protegendo a frente de rio das marés e ondulação.

Porém, é no reinado de D. João V que se constitui uma verdadeira mudança na orgânica funcional desta frente, começando efetivamente a margem do rio a transformar-se lentamente na fachada nobre da própria cidade. Esta mudança deve-se à iniciativa de D. Isabel, mulher de D. João V, que veio reforçar estratégias já pensadas.



fig. 46- Desenho baseado na carta militar de Filipe Folque (1858) e compreensão do crescimento da frente ribeirinha até à atualidade.

— 1858 — 1911 — 2014

Aliado ao entendimento histórico, é visível a compreensão do território e ambas não se conseguem dissociar.

Desde o período dos Romanos, que a influência do território é visível e a implantação do Terreiro do Paço, confirma-nos isso com a acentuada linha de água que se divide e consolida nos dias de hoje, os principais eixos da cidade de Lisboa.

A grande frente plana contribuiu para a instalação desta ampla praça e o nível da profundidade das águas terá sido também um outro motivo para a escolha estratégica do lugar. Não há conhecimento de cartas topográficas que registem as profundidades do nível de águas, porém, pela atualidade é possível entender que mais uma vez esta influência reside na apropriação do território pelo homem.

Belém, tal como o Terreiro, instalou-se em linhas de água. Contudo, esta não tem a mesma dimensão mas, havia um interesse monárquico sobre esta zona, apta para a funcionalidade de cais devido aos seus níveis profundos das águas.

O Terreiro do Paço desde sempre se preservou como um limite da frente ribeirinha, pela sua dimensão e pela relação que estabeleceu entre a terra e a água, ao contrário da Praça Dom Fernando em Belém que não sobreviveu com a intervenção de aterros e da presença ferroviária. Porém, foi a presença monárquica nos pós terramoto que manteve a importância desde palácio e possivelmente por este motivo, se preserva Belém como um cais da cidade.

A praça de Xabregas ou Enxobregas, também fez parte de um terreno fértil próximo de cercas que pertenciam aos palácios e conventos desta zona.

Esta praça fazia parte de uma linha de água que na altura julgava-se pertinente ser a tal possível terceira porta/ponto alternativo.

Em Xabregas encontrava-se a terceira praça idealizada mas outros interesses económicos e políticos se levantaram.

Por influência do crescimento dos aterros, as características do território permitiram que esta frente se apropriasse numa pequena extensão de área portuária e debruçar-se essencialmente por docas e barcos de recreio que hoje entram em conflito com a frente da cidade e nunca se chegou a concretizar esta praça.

Este território sempre teve influência na apropriação das atividades humanas (devido aos terrenos mais férteis para agricultura) e ainda hoje isso de verifica, embora adaptado a novos usos.

A presença deste elemento veio quebrar a faixa de continuidade que existia entre Belém até ao Parque das Nações.

Em suma, o palco que se debruçava sobre o Tejo na margem de Belém, com o crescimento de aterros perdeu-se. No entanto conseguiu, aliado ao Palácio e à riqueza do Mosteiro dos Jerónimos, desenvolver-se até à atual margem muito cidadina e preservar o seu cais. A Praça do Comércio preservou sempre os seus valores mas mesmo tendo sofrido algumas alterações continua a ter um alçado sobre o rio. Pelo contrário, em Xabregas, devido ao crescimento de aterros e à ocupação portuária, perdeu-se a presença da terceira possível Praça Real. Estas praças seriam o cruzamento das três frentes (Ocidente, Centro e Oriente) e eram elas as responsáveis pela ligação das pessoas entre cidade e o rio. Também elas poderiam ter uma forte influência na revitalização do estuário, bastante ocupado no período dos descobrimentos.

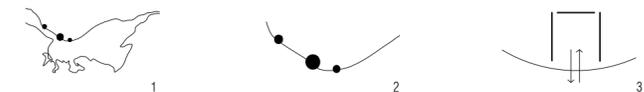


fig. 48

Mais do que serem identificadas como praças Reais, hoje em dia faz sentido estas praças se identificarem como as Portas marítimas da cidade - lugares de charneira entre a cidade e o rio articuladas a uma malha urbana que cruza estes dois mundos, a terra e a água.

Neste contexto, é possível repensar sobre a questão da terceira praça real a oriente, o porquê dela nunca ter existido e repensar o sentido de existir uma nova Porta nesta faixa.

Numa tentativa de recuperar a importância deste lugar, hoje em dia Marvila é o novo ponto estratégico a repensar como possibilidade da nova porta na cidade de Lisboa.



fig. 47 - Crescimento dos aterros

fig. 48 - Esquemas Interpretativos - 1. Relação das três praças com o estuário

2. Compreensão da praça central delimitada por uma praça a oriente e outra a

ocidente 3. praça como uma Porta de cidade, que se abre sobre o rio

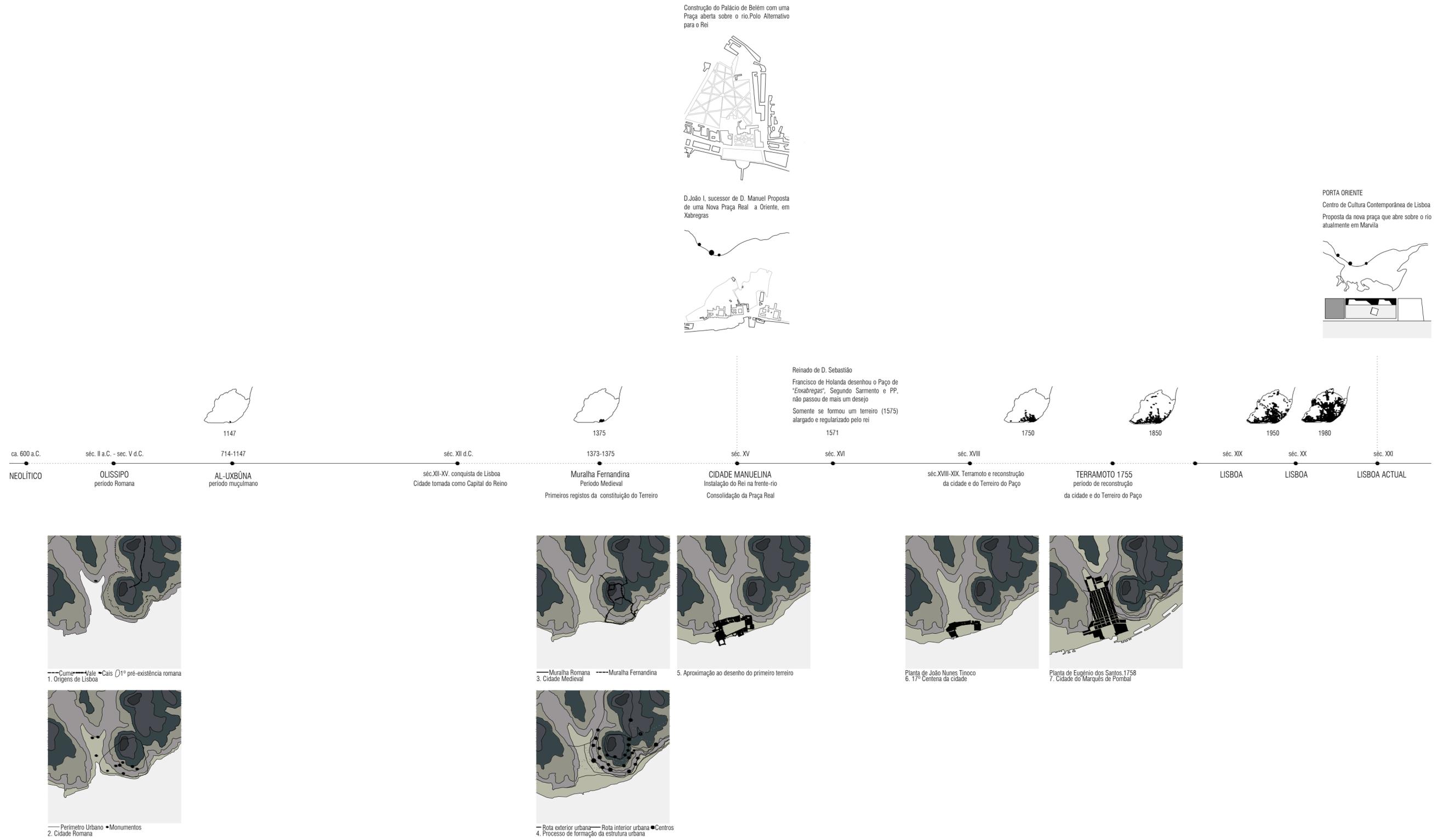


fig. 49 - Cronologia Síntese

II. PORTA ORIENTE

MARVILA
CENTRO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

PORTA ORIENTE

Como já foi referido no capítulo anterior, no Terreiro do Paço e em Belém localizavam-se as duas praças reais que marcavam os pontos centrais da cidade na frente de água da cidade de Lisboa, sendo a primeira ao centro e a outra a Ocidente. Também a Oriente se previu uma terceira praça que faria ligação entre as três margens, porém, esta nunca chegou a existir.

Na sequência desta interpretação, Porta Oriente, no Poço do Bispo, em Marvila, surge como a proposta de uma nova porta marítima na entrada da cidade.

Pretende-se que esta Porta seja uma grande "praça de água", à escala da cidade, que se abre sobre o rio e simultaneamente permita que um Centro de Cultura se instale na doca que a delimita, reforçando o novo centro e o novo cais da cidade, promovendo assim a revitalização desta zona. Esta interpretação da Porta como "praça de água" permite uma dupla interpretação. Se por um lado assume o limite como uma frente térrea, por outro, assume-se como uma possível frente submersa pelo facto desta área se encontrar a uma cota mais baixa em relação à rua, permitindo em ambas as situações o acesso do público ao cais.

A localização desta Porta em Marvila, traduz a possível ponte de ligação entre o centro de Lisboa e o Parque das Nações. Esta poderá vir a revitalizar toda a frente Oriente da cidade e também funcionar como um novo acesso à cidade por via marítima, oferecendo a utilização do transporte fluvial e a circulação não só entre a margem da cidade, como também entre toda a margem do estuário.

MARVILA

A paisagem de Marvila, localizada na frente Oriente de Lisboa, foi predominantemente rural desde o século XVII até ao século XIX, e segundo J. Sarmento em Guias do Caminhos do Oriente II, foi ocupada por ordens religiosas e por aristocratas que se tornaram os proprietários de grandes cercas/quintas, do Palácio da Mitra e dos Conventos do Beato e de Marvila, edifícios que hoje são valores patrimoniais.

No século XVII, em 1856, dá-se a chegada do caminho-de-ferro e foi construída a linha de comboio Leste-Norte. Este eixo foi um elemento estruturante da implantação das primeiras indústrias nesta localidade.

Com o aparecimento da eletricidade e a revolução industrial, houve um grande crescimento das áreas fabris na localidade de Marvila, assim como nas freguesias adjacentes, o que determinou a morfologia urbana desta frente da cidade. Com o crescimento desta freguesia, organizado segundo as azinhagas e antigas quintas, surgiu também uma longa via, a avenida Infante D. Henrique que criou um limite entre a cidade e o rio.

Marvila era privilegiada pela ligação que estabelecia com o rio. Com esta relação com o rio, foi possível realizar-se trocas comerciais que se tornaram determinantes no desenvolvimento humano e económico da cidade.

Mas nos dias de hoje “ [...] *Marvila apresenta-se ao breve olhar como um território inóspito, desconexo, descontínuo. Ao olhar semi-cerrado, revela-se fluída, cheia de altos e baixos, descoloridos e contrastes. (...) Marvila é um desses lugares que carregam o peso de serem periferia dentro de cidade [...]*.”(23)

Ao longo da história Marvila foi alvo de alterações profundas no seu território, tais como a intervenção da linha férrea e o crescimento da indústria, provocando a segregação social e espacial e, em 1887 a mandado de D. Dinis, esta frente volta a reforçar o limite urbano com o crescimento de aterros e com a presença do Porto de Lisboa.

Segundo Maria Calado o território de Marvila é “[...] *um património vivo, de grande valor histórico, artístico, urbanístico e sociológico [...]*” (24), que hoje em dia se encontra disperso e esquecido.

No estudo feito pela Câmara Municipal de Lisboa para o Plano Geral de Intervenções na frente Ribeirinha de 2008, Marvila era e ainda se mantém uma zona com pouca população residente, envelhecida e com grande tendência a decrescer. Estruturalmente, esta zona encontra-se desfragmentada e com uma morfologia onde carecem espaços públicos no qual as pessoas se possam reunir. Predominam armazéns, áreas industriais e portuárias e parte destes armazéns e indústrias estão atualmente devolutos e são equipamentos que outrora tiraram proveito da linha férrea e usufruíram da proximidade à Docca do Poço do Bispo, que nos dias de hoje, se encontra descurada.

Não só pelo seu valor histórico mas também territorial, faz sentido estudar questões de ordem topográfica, a profundidade das águas, a estruturação viária e fluvial, a ocupação portuária, o crescimento de aterros na frente de água e a estrutura e a natureza desta frente ribeirinha, estudo esse que se segue nas páginas seguintes.

Esta análise pretende compreender na atualidade, em que medida é possível imaginar a Porta Oriente como a proposta da nova entrada na cidade, localizada no território de Marvila, na Docca do Poço do Bispo.

(23) Caeiro, M.J. - *Lisboa capital do mar - Marvila, 2001 - criar, debater, intervir no espaço público*. Alameda 2007

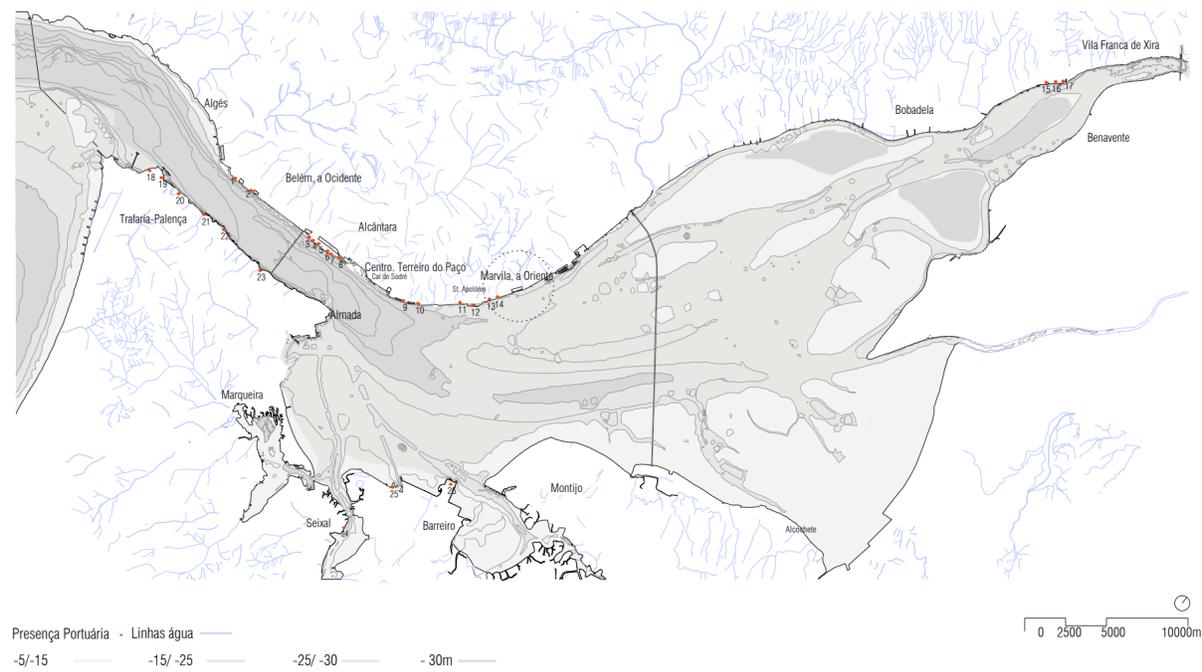
(24) MATOS, José Saramago, PAULO, Jorge Ferreira - *A Caminho do Oriente, Guia Histórico I*. Edição Livros Horizonte, 1999

Segundo a Administração do Porto de Lisboa (APL), o Porto distribui-se pelo estuário, organizado segundo duas vertentes - as áreas de docas associadas à náutica de recreio ou a embarcações/cruzeiros e as áreas destinadas aos terminais de carga contentorizada.

Através da análise do Mapa do Porto de Lisboa, disponível na Administração do Porto de Lisboa (APL), verifica-se que é na margem da capital que se encontram em maior densidade, as áreas portuárias. Esta presença é visível na frente Ribeirinha de Lisboa, contudo, é na frente oriente que esta sobressai.

Com a ocupação dos terminais portuários, esta frente, desde Santa Apolónia até Marvila, sofre uma rutura na relação e na ligação entre a cidade e o Rio e quebra também a ligação entre o centro histórico da cidade e a cidade nova, a Expo.

Face a esta frente, é em Marvila que a cidade se volta a libertar e a estabelecer ligação com a frente ribeirinha, o que torna a frente desta freguesia um possível ponto estratégico para se propor um novo centro a Oriente. Este centro, é possível fazer com que o rio seja devolvido à cidade e que volte a ser usufruído pela população.



1- Doca de Recreio do Bom Sucesso; 2- Doca de Recreio de Belém - APL SA; 3- Doca de Recreio de Sto Amaro - APL SA; 4- Cais avançado de Alcântara - APL SA; 5- Terminal de Cruzeiros de Alcântara - APL SA; 6- Terminal de Contentores de Alcântara - LISCONT; 7- Doca de Recreio de Alcântara - APL SA; 8- Terminal de Cruzeiros da Rocha Conde de Óbidos - APL SA; 9- Terminal de Cruzeiros de Santa Apolónia - APL SA; 10- Terminal Multipurpose de Lisboa - TRANSINSULAR; 11- Terminal de Contentores de Sta Apolónia - SOTAGUS; 12- Terminal Multiusos do Beato - TMB; 13- Terminal de Graneis Alimentares do Beato - SILIPOR; 14- Terminal Multiusos do Poço do Bispo - ETE; 15- Terminal de Alhandra; 16- Terminal de Alhandra IBEROL; 17- Terminal de Alhandra CIMPOR; 18- Terminal de graneis alimentares da Trafaria; 19- Terminal de Líquidos do Porto dos Buchos; 20- Terminal Marítimo de Porto Brandão LISNAVE/ETC; 21- Terminal de Líquidos de Porto Brandão - PETROGAL; 22- Terminal de Líquidos da Banática - PETROGAL; 23- Terminal de Graneis Alimentares de Palença - TAGOL; 24- Terminal do Seixal - SIDERURGIA NACIONAL SERVIÇOS; 25- Terminal do Barreiro ATLANPORT

SISTEMA DE CIRCULAÇÃO MARÍTIMA E VIÁRIA

Lisboa organiza-se segundo um sistema radial onde as vias terminam no limite ribeirinho da cidade e uma via ribeirinha que se estende sobre a margem da cidade.

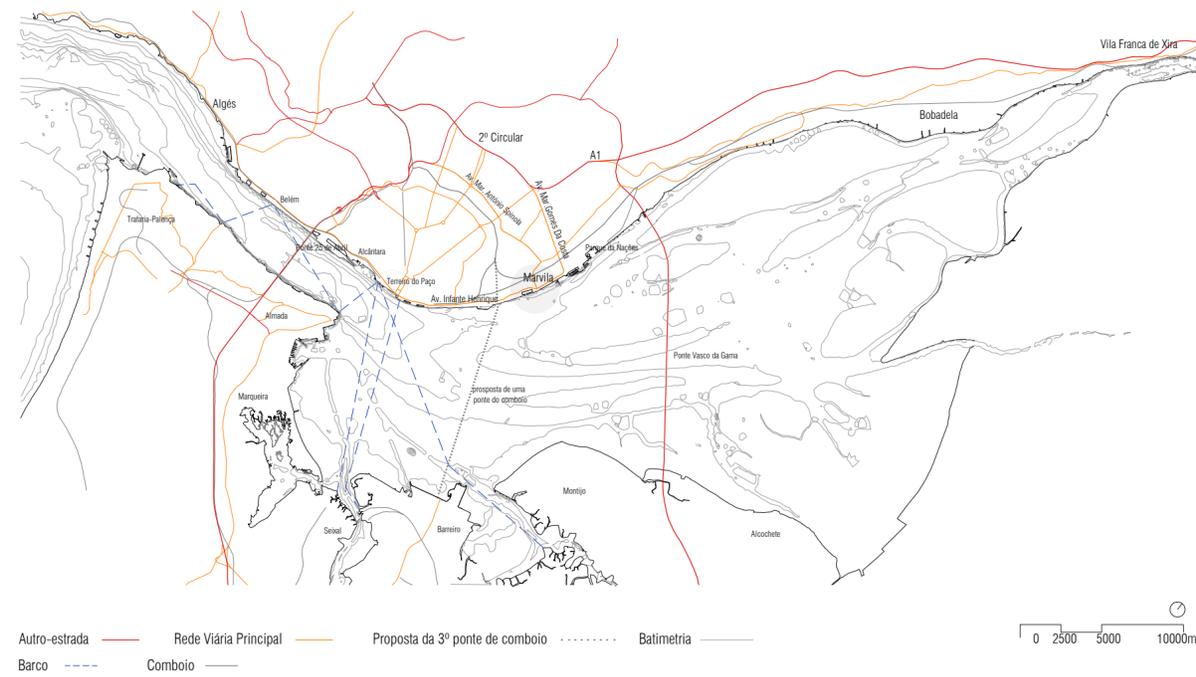
Neste sistema radial que tem o Terreiro do Paço como o centro, insere-se o eixo norte-sul, a via responsável pelo acesso à ponte 25 de Abril com ligação a Almada na margem sul e, a 2ª circular, a via que acede à A1 norte e à Ponte Vasco da Gama, também na margem sul, mas com ligação ao Montijo.

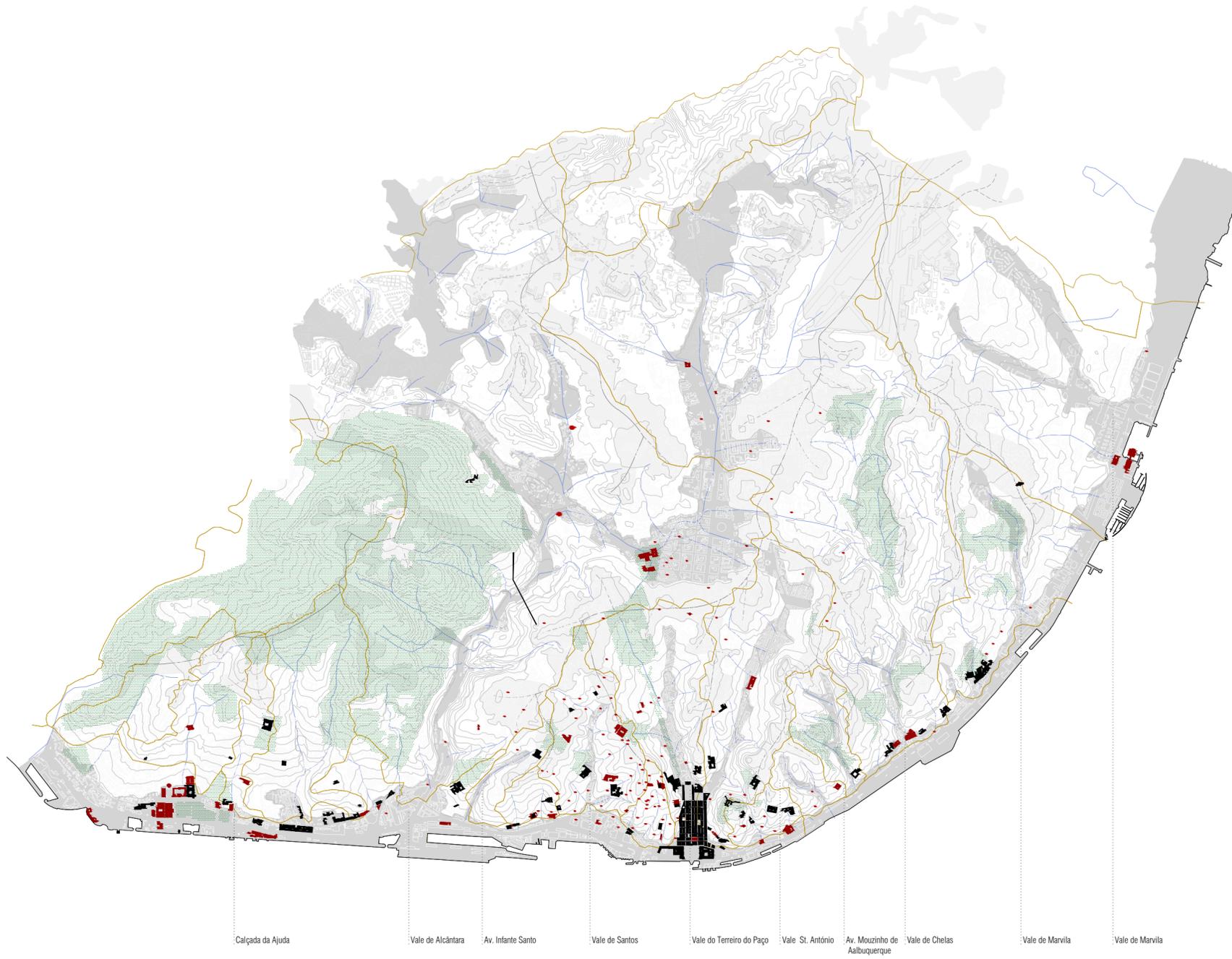
A via que limita toda a frente ribeirinha a oriente (Av. Infante D. Henrique) atravessa a freguesia de Marvila, que liga à Avenida Marechal António Spínola. Esta última avenida tem uma grande importância porque faz a ligação ao Campo Grande e ao Areeiro e também porque comunica com a 2ª circular, facilitando o acesso à ponte Vasco da Gama e às saídas para Noroeste de Lisboa (A1). Esta relação permite que Marvila funcione como uma de rótula que se liga a acessos estratégicos de entrada e saída da cidade.

Marvila   atravessada pela linha de comboio, que se encontra mais recuada e não impede a aproximação ao rio e, apesar de ainda não existir, prevê-se nesta zona a construção da nova ponte ferroviária que liga à margem sul.

Na frente desta freguesia   possível imaginar a existência dos percursos fluviais.   visível, segundo o levantamento efectuado a partir dos mapas dos Transportes de Lisboa que, enquanto na margem sul os acessos aos barcos estão distribuídos por várias zonas, em Lisboa, pelo contrário, estes localizam-se apenas ao Centro e a Ocidente.

A proposta da Porta Oriente considera a possibilidade de expandir o circuito marítimo em Marvila e pensar neste local como o novo cais da cidade que além de vir a oferecer novos trajetos por via marítima, é um ponto estratégico por estabelecer relações diretas com os eixos que marcam os acessos e as ligações principais da cidade.





TOPOGRAFIA

O território de Lisboa é marcado pela presença acentuada de vales identificando-se com maior dimensão a linha do Vale de Alcântara (a Ocidente) que marca o eixo Norte-Sul e a linha de vale do Terreiro do Paço (ao centro) que bifurca e desenha a Av. Da Liberdade e a Av. Almirante Reis. Existem também outras linhas que apesar de mais pequenas criam igualmente acessos ao interior da cidade. Alguns destes vales correspondiam a esteiros fluviais de dimensão variável como sugere a ampla abertura de Xabregas no vale de Chelas, a Oriente. Segundo José Sarmento de Matos em Caminhos do Oriente - Guia Histórico II, Xabregas e Marvila são dois pontos de referência, pois localizam-se na parte baixa da confluência do rio com os vales mais acentuados que penetram para o interior, escoamentos naturais de uma produção fundamental para a subsistência da cidade.

Como descreve o arquiteto Carrilho da Graça "os Percursos ao longo de vales, paralelos, diagonais e a cruzar as linhas de água vão sequencialmente interligando pontos anteriormente marcados. Esta rede recorível de caminhos, constitui por um lado o sistema embrionário do espaço público, e em sentido inverso, define, entre caminhos, o sistema inicial de subdivisão que permite a definição dos limites da privatização progressiva dos solos às mais diversas escalas." (25). Nesta sequência pode-se pensar que Marvila poderá ser o tal embrião que o arquiteto refere e do qual pode nascer o novo centro neste território.

Marvila é o ponto a Oriente que melhor estabelece uma ligação para dentro da cidade, através do vale onde atravessa a Av. Marechal Gomes da Costa, o qual facilita os acessos à entrada e/ou saída de Lisboa. Como é visível na planta, apesar de existir um outro vale acentuado na proximidade da Expo, o vale de Marvila sugere uma relação mais intermediária entre a cidade antiga e a cidade nova.

Ao longo da história verifica-se que existe um conjunto de edifícios particulares e de valor histórico e patrimonial que se foram instalando e organizando nos fins das linhas de água. Porém Marvila é aquele que atualmente aparenta estar mais descaracterizado e desassociado de um marco cultural.

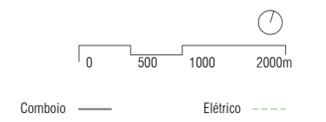
Neste seguimento, torna-se pertinente imaginar que a presença de um equipamento cultural no fim da linha de água de Marvila possa atribuir-lhe um valor cultural, como é proposto na Porta Oriente através de um centro de cultura contemporânea, na extensão da Docca do Poço do Bispo.

(25) Carrilho da Graça, Luis, in JA 206, Maio/Junho 2002, pp. 8-11



Autocarro ———
Edifícios Notáveis ———
Metro - - - - -
Museus ———

Barco - - - - -
Galerias - - - - -



Em 2008, foi criado pela Câmara de Lisboa, um Plano Geral de Intervenções na Frente Ribeirinha de Lisboa que consistia em planear uma estratégia que valorizasse a cidade, privilegiando a relação da cidade com o rio.

Com o objetivo de materializar o conceito da grande cidade polinucleada entre as duas margens do Tejo, este projeto veio propor novas intervenções com o intuito de uniformizar a frente de água da cidade, resolver as ligações entre a malha urbana e o rio, separados pelas principais estradas e sistemas ferroviários, preservar o património e promover novos espaços públicos.

A extensa faixa marginal ao longo da Frente Ribeirinha bem como a presença da linha ferroviária têm provocado à cidade pouca permeabilidade na ligação entre a margem e a malha urbana. Por outro lado, a ocupação do Porto de Lisboa, nomeadamente na frente oriental, criou uma barreira física que absorveu espaços públicos de valor cultural e que caíram em esquecimento, sendo que nos dias de hoje se encontram desqualificados.

Com a dificuldade de mobilidade que ocorre na margem, gerou-se uma desarticulação entre os equipamentos existentes na frente de água e os equipamentos na malha urbana consolidada e, este Plano, surge com o objetivo de melhorar as relações perdidas.

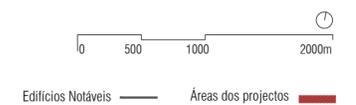
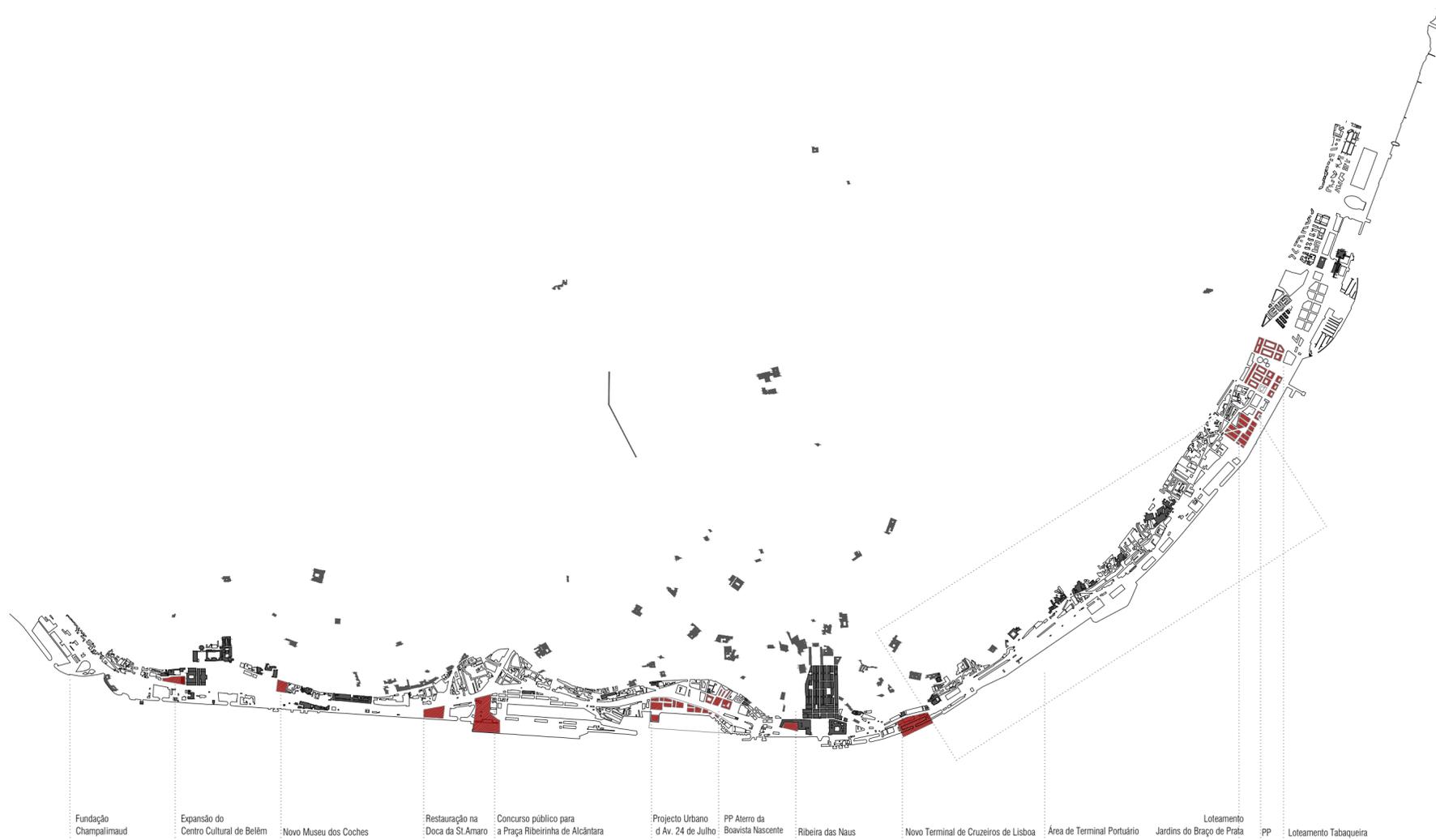
A criação de novos projetos culturais e de lazer na frente de água; o aumento de espaços verdes; a redução do número de faixas de circulação na grande marginal, com o objetivo de reduzir o tráfego; um novo circuito de ciclovias e percursos pedonais; a criação de novos sistemas de transportes públicos contínuos na frente de água e a possibilidade de tirar melhor aproveitamento do estuário através do transporte fluvial, são as propostas trabalhadas neste grande plano.

Apesar da Frente Ribeirinha ter sido alvo de transformações com a criação de novos projetos, é possível verificar na planta de análise a descontinuidade provocada pela presença Portuária na frente Oriente.

Esta frente começa com o novo terminal de cruzeiros que corresponde a um projeto de revitalização dos espaços públicos desta área nobre da cidade, tais como a Praça do Comércio, o Campo das Cebolas, a Ribeira das Naus e o Cais do Sodré, e cuja responsabilidade é do arquiteto Carrilho da Graça.

No entanto, como já foi referido anteriormente, desde o terminal de cruzeiros até Marvila, não existem projetos propostos.

A Porta Oriente pretende fazer a chameira entre esta área portuária e uma zona verde e urbanizada que se prevê nos Jardins do Braço de Prata (da autoria de Renzo Piano), na Antiga Tabaqueira e na Matinha.





PROGRAMA PORTUÁRIO

Como anteriormente já foi analisado, apesar do Porto de Lisboa se distribuir por várias zonas da cidade de Lisboa como Belém, Alcântara, Cais do Sodré, entre outras, é a Oriente, entre Santa Apolónia e Marvila que a sua presença é mais acentuada.

Segundo a Administração do Porto de Lisboa, este organiza-se em vários terminais que recebem mercadorias com especificidades diferentes, desde terminais de cargas contentorizadas a cargas de granéis sólidos e líquidos. Com outra natureza, está também em construção o novo Terminal de Cruzeiros, um projeto do arquiteto Carrilho da Graça, construído na proximidade do Terreiro do Paço.

Em Santa Apolónia encontra-se o Terminal Multipurpose que acolhe essencialmente navios que ligam Portugal continental às regiões autónomas da Madeira e dos Açores. Este, dispõe de ligações diretas com uma linha ferroviária que estabelece ligação com a rede nacional Norte através da estação de Sta. Apolónia.

No seguimento, em frente a Xabregas, encontra-se outro Terminal de Santa Apolónia, um Terminal de tráfego insular vocacionado para o tráfego *short-sea* ou seja, para um transporte que funciona a nível intercontinental e dispõe de uma linha ferroviária ligada à rede nacional, através da Estação de Stª Apolónia.

Na continuidade desta frente, segue o Terminal Multissus do Beato que recebe todo o tipo de carga geral, estando particularmente vocacionado e equipado para movimentar carga fracionada e alguns tipos de granéis sólidos, sendo as mercadorias mais destacadas os rolos de papel, o alumínio, a fruta e o açúcar.

No prolongamento, encontra-se está o Terminal de Granéis Alimentares do Beato que é estritamente vocacionado e equipado para movimentar granéis sólidos como trigo, cevada, milho, aveia, fava e luzerna.

Por fim, a Doca do Bispo faz o limite do último terminal, o Terminal Multissus do Poço do Bispo, vocacionado para receber carga fracionada e alguns granéis sólidos.

PROGRAMA INDUSTRIAL

Segundo José Custódio, no Guia do Património Industrial de Caminhos do Oriente, em meados do século XIX, dá-se o progressivo crescimento das instalações fabris, das oficinas e simultaneamente ocorre a formação dos primeiros bairros operários na área oriental da cidade.

Atualmente existe uma grande densidade de elementos de carácter industrial que se estendem sobre esta margem portuária. Porém, nos dias de hoje, devido à atividade económica, a maior parte destas fábricas encontram-se devolutas.

Na possibilidade de se consolidar um novo centro através da Porta Oriente, este marco pode ser a possível estratégia para que se estimule a revitalização destas áreas desocupadas.

- 1- Fundação e Fábrica de Armas do Arsenal do Exército
- 2- Estação dos Caminhos de Ferro de Santa Apolónia
- 3- Fábrica da Companhia Lisboense de Tabaco
- 4- Asilo D. Maria Pia e Escola Industrial Afonso Domingues
- 5- Vila Flamiano
- 6- Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas (Vulgo Fábrica da Samaritana)
- 7- Fábrica da Companhia de Fiação de Tecidos Lisboenses
- 8- Fábrica de Tabacos de Xabregas
- 9- Fábrica de Fiação e Tecidos Oriental (Vulgo, Fábrica das Varandas)
- 10- Manutenção Militar
- 11- " A Nacional" - Companhia Industrial de Transformação de Cereais, S.A.
- 12- Fábrica de Borracha Luso-Belga
- 13- Companhia Portuguesa de Fósforos - Sociedade Nacional de Fósforos
- 14- Fábrica de Cortiça da Quinta da Mitra
- 15- Vila Pereira
- 16- Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, S. A. R. L.
- 17- José Domingos Barreiro & C., LDA.
- 18- Antiga Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata
- 19- A Tabaqueira
- 20- Gás da Matilha/ Petroquímica

CAMINHO ORIENTE

Baseado no estudo de José Sarmento Matos, em Caminhos do Oriente I e II, é possível reconhecer a existência de duas importantes vias à beira rio.

O caminho de pé posto que permaneceu intacto até meados do século XVI, foi o primeiro registo de um percurso pedonal traçado pelos romanos que fazia a ligação entre a cidade de Lisboa e Santarém. Esta via, até aparecer o caminho-de-ferro, era a alternativa ao rio e como tal foi designada o Caminho Oriente.

Segundo Sarmento Matos, este caminho "foi ganhando consistência ao longo do século XVI, aliás no seguimento da franca aproximação da margem do rio detectada em toda a cidade". Foram as geografias do rio e do território e os assoreamentos do Tejo, que acidentalmente determinaram vários traçados que deram origem à Estrada Real, considerada atualmente o Caminho do Oriente.

Esta estrada era o percurso que se estendia desde Santa Apolónia, Cruz da Pedra, Xabregas, Grilo/Beato até Marvila e por sua vez se cruzava com os vários palácios e conventos que se distribuíam ao longo da margem.

LIMITES DA FRENTE DE ÁGUA

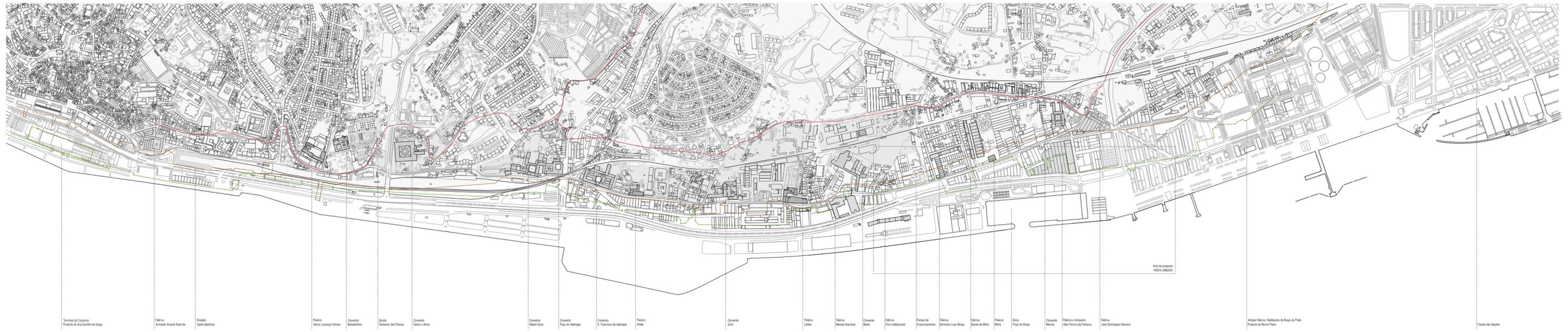
A frente ribeirinha ao longo de décadas foi sofrendo alterações nos seus limites junto ao rio.

Na carta militar de Filipe Folque de 1874, é possível reconhecer a Estrada Real junto ao limite da água e a proximidade que havia entre os conventos e os palácios que se instalavam na margem do rio, como já referido anteriormente.

Em 1874, surge uma grande massa industrial na frente ribeirinha e segundo a carta de Silva Pinto, é possível verificar o crescimento da frente e a configuração de um novo limite. Com a presença das áreas fabris, a frente de água começa a sofrer o primeiro afastamento dos edifícios monárquicos e religiosos.

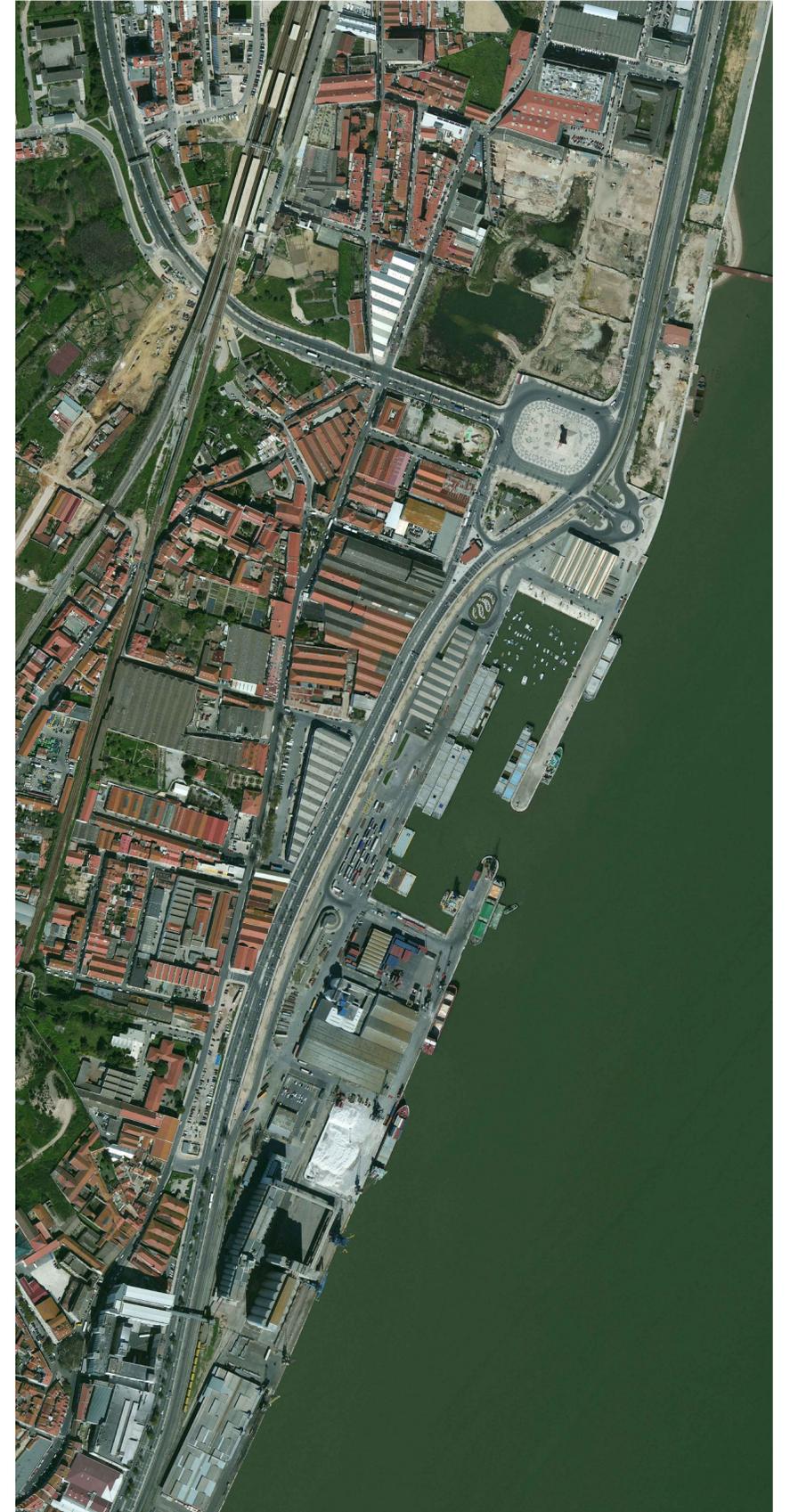
Com a vinda da máquina a vapor em 1856, a modernização de Lisboa foi uma das grandes preocupações e neste contexto surgiram os primeiros planos para a ampliação da frente e a construção dos aterros do Porto de Lisboa. E. de Groer de 1938-1948, criou o grande plano do Porto que se organizou em três fases distintas, sendo a primeira, a construção dos aterros ao centro da cidade, a segunda, a ocidente e por fim, a última, a oriente. Esta última, provocou um desmedido crescimento da área portuária quebrando a relação próxima e o valor que os palácios e os conventos estabeleciam com o rio.

Marvila foi também alvo do crescimento da sua frente de água e na necessidade da criação de novas vias de circulação sobre a margem ribeirinha, quebrou as ligações pedonais ao rio.



Terminal de Cargas
 Projeto de Ara Carrilho da Graça
 Fábrica
 Armazém Armazém Estrela
 Escola
 Santa Apolónia
 Palácio
 Nossa Senhora do Milho
 Convento
 Barbaçães
 Quinta
 Senhora das Flores
 Convento
 Santa e Nova
 Convento
 Madre Deus
 Convento
 Paço de Matosinhos
 Convento
 S. Francisco de Matosinhos
 Palácio
 Otelo
 Convento
 São
 Palácio
 Lufes
 Fábrica
 Massas Nacionais
 Convento
 São
 Fábrica
 Cerveja Nacional
 Parque de
 Estacionamento
 Fábrica
 Serraria Lousa Barça
 Fábrica
 Quinta da Moura
 Palácio
 Mira
 Casa
 Paço de
 Bragança
 Convento
 Maria
 Fábrica e Armazém
 José Pereira da Fonseca
 Fábrica
 José Domingos Barroso
 Área de proposta
 PORTA, DEBATE
 Antiga Fábrica Habitacional de São João Paulo
 Projeto de Ricardo Pinto
 Parque das Nações





DOCA DO POÇO DO BISPO, O LUGAR

Após esta análise onde se pretendeu compreender o sentido de Marvila como o possível novo centro da cidade, é na Docca do Poço do Bispo desta mesma freguesia, que se propõe repensar este lugar como o novo marco de entrada na cidade.

Como já foi referido anteriormente, com a criação do Plano de Urbanização de Lisboa 1938-1948 de E. de Groer, surge em 1942 a Zona Industrial do Porto de Lisboa e é em 1950, aproximadamente, que na terceira fase das construções da frente ribeirinha nasce a Docca do Poço do Bispo.

Esta docca é o remate da área portuária e o momento em que frente que se volta a abrir sobre o rio. O seu acesso faz-se atualmente através da rotunda 25 de Abril, rotunda esta que funciona como uma rótula que organiza os acessos entre a Av. Infante D. Henrique, que faz a ligação entre a cidade nova e a cidade antiga (EXPO) , e a Avenida Marechal António Spínola, que faz o acesso direto à 2ª circular.

Na sua proximidade existe essencialmente uma grande mancha de edifícios em devoluto. No entanto, tem também vários estabelecimentos comerciais relacionados com as áreas industriais e pontualmente alguns restaurantes muito característicos junto à praça David Leandro da Silva. Esta praça cruza edifícios de valor patrimonial tais como o Convento de Marvila, a Fábrica José Domingues Barreiro e a Fábrica Abel Pereira da Fonseca.

Na proximidade da docca e também com uma ligação privilegiada com o rio, encontra-se a antiga fábrica do Braço de Prata, que é atualmente um grande espaço verde onde se prevê uma urbanização da autoria do arquiteto Renzo Piano.

A Docca é delimitada a oeste pela Avenida Infante D. Henrique e a sul, pela área portuária (fábrica de Massas Nacional e um Terminal de Contentores). Em torno dela encontram-se ainda alguns estaleiros e um armazém onde se fazem inspeções de veículos.

Neste contexto, a Porta Oriente é o novo cais que pretende revitalizar a docca que nos dias de hoje se encontra descaracterizada e conferir-lhe uma identidade cultural através de espaços de lazer, apelativos ao desenvolvimento e revitalização da freguesia que pretende ser um novo centro.



• Edif. Devolutos • Comércio • Habitações • Estaleiros • Ocupação Portuária
Conventos — Palácios — Indústrias — Circuito Bus

0 50 100 250m



fig.51 - 1. Praça David Leandro da Fonseca 2. Fábrica Abel Pereira da Fonseca, 3. Fábrica José Domingos Barreira, 5. Rotunda 25 de Abril, 6. Fábrica das Massas Nacional



Antigo limite de costa, baseado na Carta de Siva Pinto. Nesta fase, o Poço do Bispo era apenas um cais de mercadorias que funcionava em função da Fábrica.



Construção da Doca, segundo o Plano de Urbanização de Groer.



Atual Doca do Poço do Bispo



fig.52- 1938. Doca do Poço do Bispo, vendo-se à esquerda a casa Abel Pereira da Fonseca ;
1938 - Abel Pereira da Fonseca, L.da, Poço do Bispo; 1948 Doca e vista sobre a Fábrica;
1950. Fotografia aérea da zona do Poço do Bispo, lado oriental do Porto de Lisboa

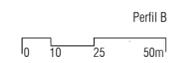
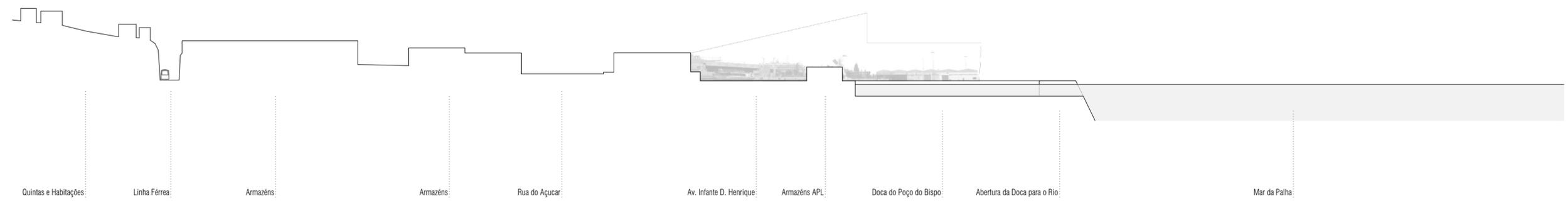
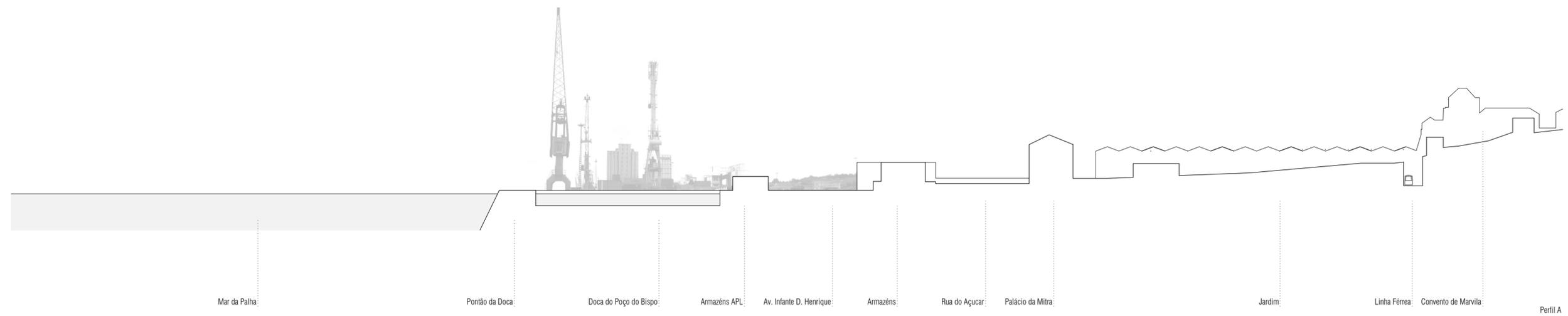
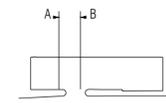




fig.53



fig.54

CENTRO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

CENTRO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Além de marcar um novo centro da cidade através da grande praça de água, a porta Oriente pretende também identificar-se como um marco cultural e o Centro de Cultura Contemporânea é a peça arquitetónica que sugere esta identidade.

Trata-se de um edifício delimitado a norte, pela praça de água que representa o grande centro e o novo cais da cidade, a sul, por um espaço verde que pretende fazer a charneira entre as áreas industriais e culturais e na frente, pela Doca do poço do Bispo que se assumirá como um grande tanque com um sistema permeável à renovação das águas.

Este equipamento singular define-se como uma grande cobertura apoiada em vários volumes que se distribuem na extensão da Doca e que criam percursos distanciando o movimento urbano da calma e do "silêncio" do rio. Neste lugar cruzam-se espaços amplos, locais de sombra, de frescura ou de abrigo que criam os lugares de cultura, lazer, de reflexão ou simplesmente, de estar.

Esses volumes estruturam e organizam o programa do Centro de Cultura sendo que ao meio, encontra-se uma área expositiva destinada ao espaço do Museu.

Numa extremidade encontra-se a zona de Produção onde os artistas podem conceber as suas obras e na outra extremidade, a zona de Lazer e Reflexão, onde se insere o Auditório e uma zona de Comércio.

A entrada principal é desenhada ao centro e é marcada pela presença de um denso jardim e de uma cafetaria à cota da rua, que fazem o acesso ao espaço de Museu e à área de Produção.

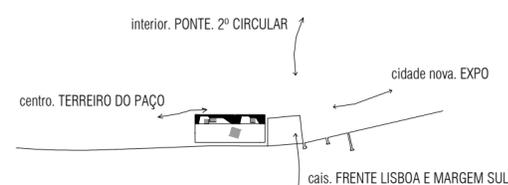
O lugar destinado ao Museu é um conjunto de duas grandes salas de intervenção, sendo uma delas interior e a outra, exterior. A sala interior é desenhada por um dos volumes onde a cobertura assenta, o que permite que esta tenha um pé direito mais alto. É de salientar que neste mesmo espaço existe uma rampa que permite fazer a ligação a uma cota mais baixa da sala e aceder, através de um percurso por debaixo de água, à sala exterior que se encontra no tanque de água. Esta segunda área de intervenção é um lugar aberto sobre o céu, onde se pretende que a concentração incida apenas sobre possíveis obras aqui expostas, ao som dos movimentos do rio.

Ao museu, pertence ainda um jardim ao qual se acede por uma rampa e que faz a ligação com as áreas de Lazer e Reflexão. A frente associada a estas duas áreas encontra-se na proximidade da grande praça de água. Neste topo existe um restaurante, uma loja, uma bilheteira para os transportes marítimos e um auditório, que delimitam um outro pátio liberto de vegetação e que é desenhado pela grande cobertura.

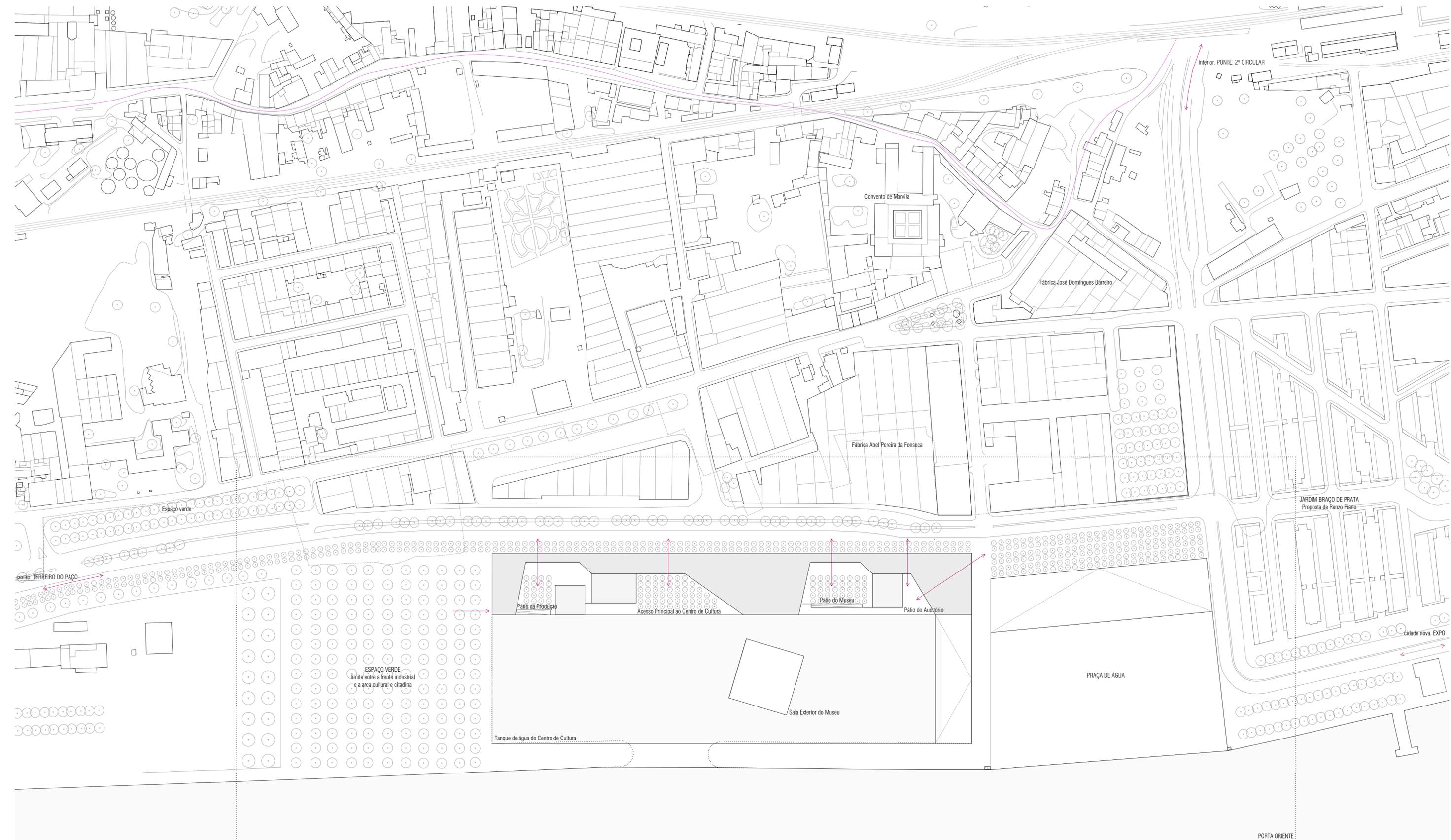
Por fim, junto à zona arborizada, encontra-se a área de produção, onde estão presentes os armazéns e os ateliers. Os artistas podem dispor de um pátio de trabalho ou deste mesmo jardim para fazer as suas criações.

A cobertura do edifício é uma peça de estrutura metálica revestida a acrílico, que se apoia sobre os vários volumes em betão e faz a ligação entre eles, tornando o conjunto numa unidade. Durante a noite, a cobertura pretende ser um elemento luminoso que se realce e no centro oriente da cidade.

No seguimento da Avenida Infante D. Henrique, esta cobertura aparenta ser uma peça longitudinal que acompanha a via e desenha uma galeria sobre a rua. No entanto, na frente de água, esta é desenhada através de avanços e recuos, que de forma delicada, cria espaços cobertos exteriores e define os espaços principais do edifício - a Sala de Intervenção Interior, os Ateliers da área de Produção e o Auditório da área de lazer e reflexão.







PLANTA 1.2000

PRAÇA DE ÁGUA - 29400m²

PRODUÇÃO - 1905m²

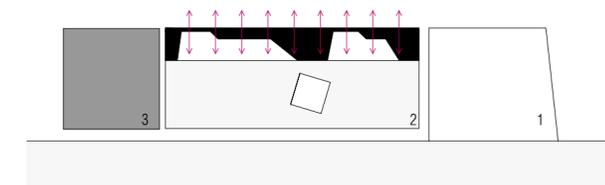
Armazéns de trabalho x2	250m ²
Armazém arrumos x1	150m ²
Sala Polivalente	350m ²
Salas x5	35m ²
Arquivo + Médiатеca	280m ²
Sala Expositiva	450m ²

EXPOSIÇÃO - 4560m²

Cafeteria	380m ²
Átrio (espaços de loja e informação)	480m ²
Sala de Intervenção Interior	1200m ²
Sala de Intervenção Exterior	2500m ²

REFLEXÃO E LAZER - 1030m²

Restaurante	430m ²
Loja	180m ²
Auditório (250 pessoas)	300m ²
Bilhetaria do ferrie	100m ²



1. Porta Oriente - Praça de Água 2.Tanque de água 3. Jardim 4. Centro de Cultura Contemporânea



Produção. Exposição. Reflexão e Lazer



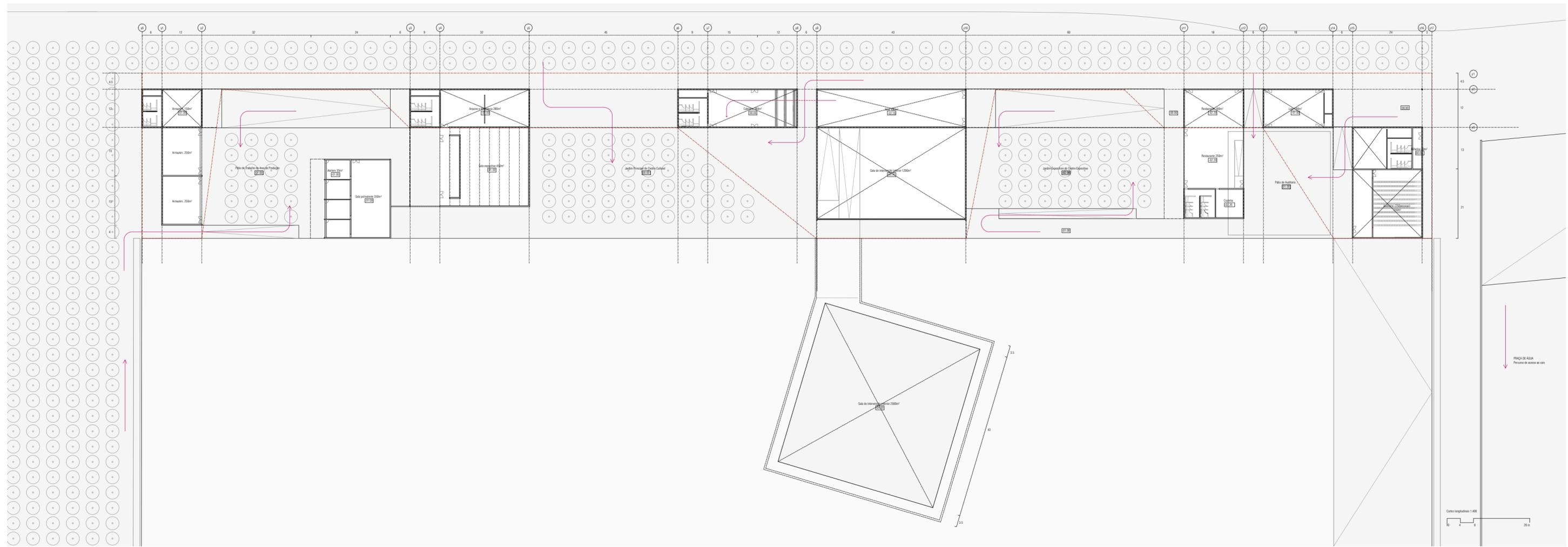
Volume suspenso. Relação visual entre a cidade e o rio



Sala de Intervenção Interior Sala de Intervenção Exterior

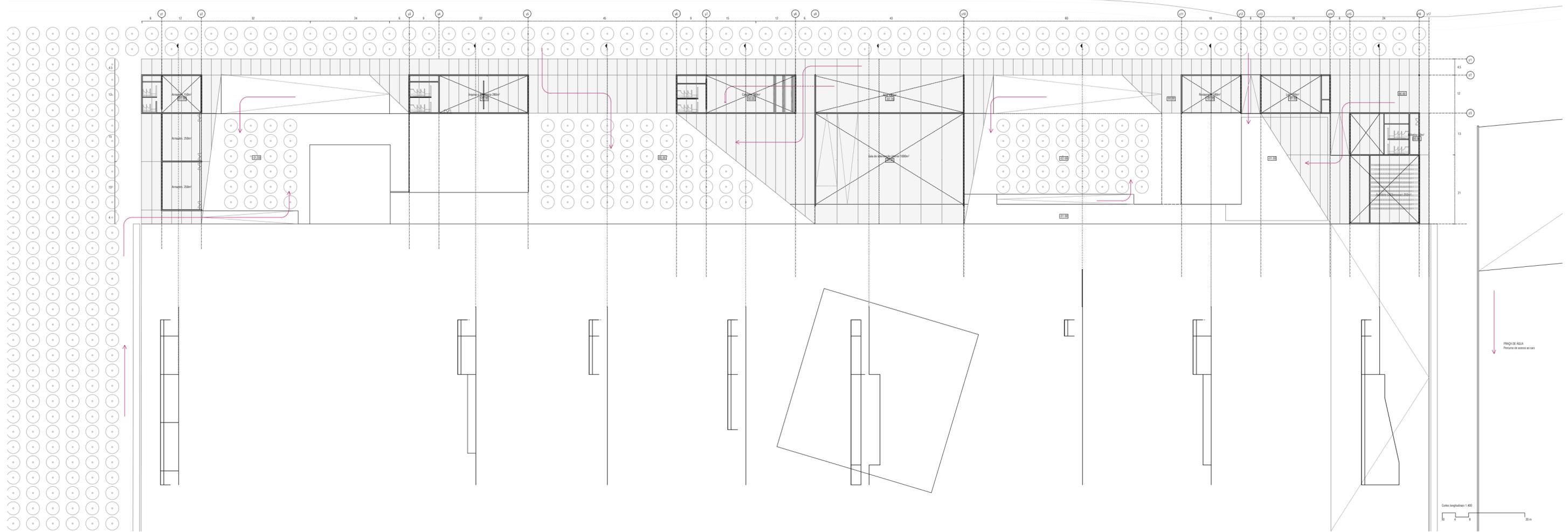
PLANTA 1.400

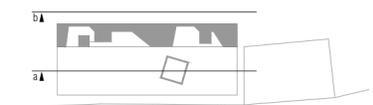




PLANTA 1.400 COBERTURA

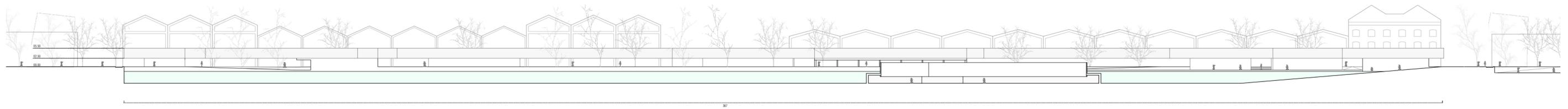




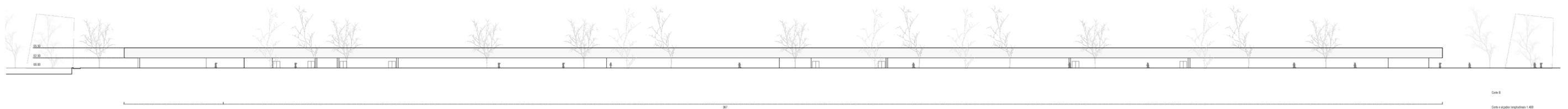


ALÇADOS LONGITUDINAIS 1.400





Corte A

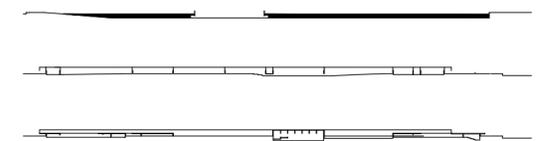


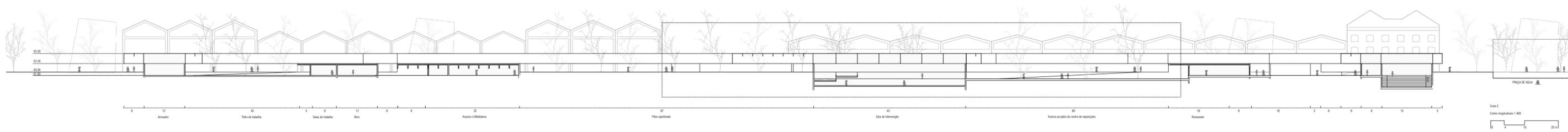
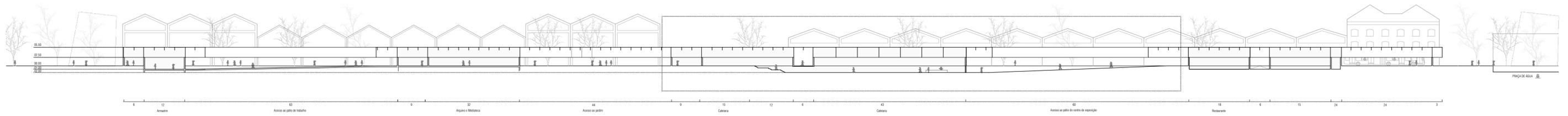
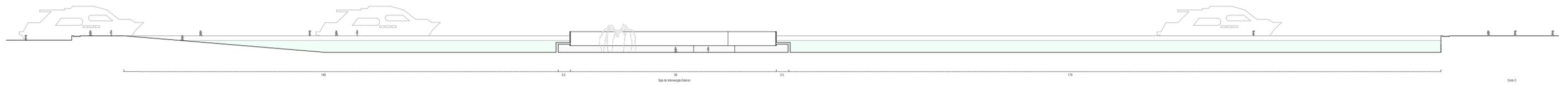
Corte B

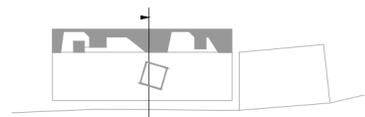
Corte e piante ingrandite 1:40
0 5 10 20 m



CORTES LONGITUDINAIS 1.400

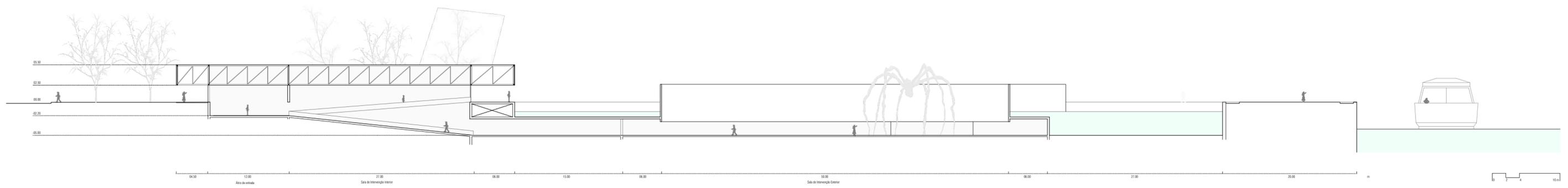




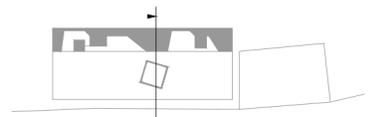


CORTE TRANSVERSAL 1.200
Sala de Intervenção Interior e Exterior





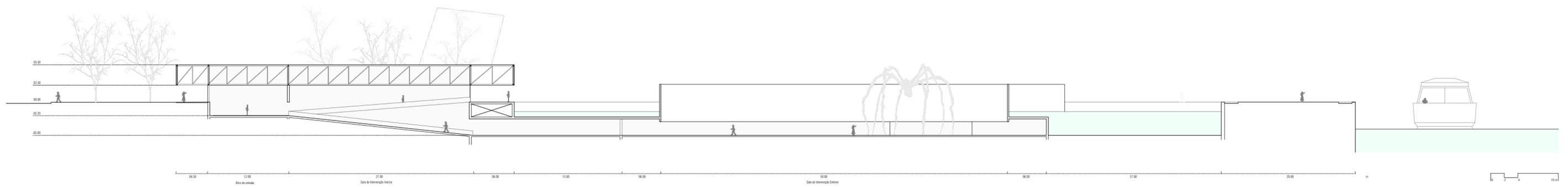


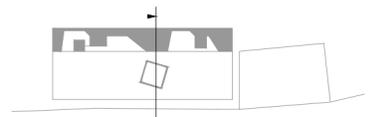


CORTE TRANSVERSAL 1.200

Ligação entre a Sala de Intervenção Interior e Exterior



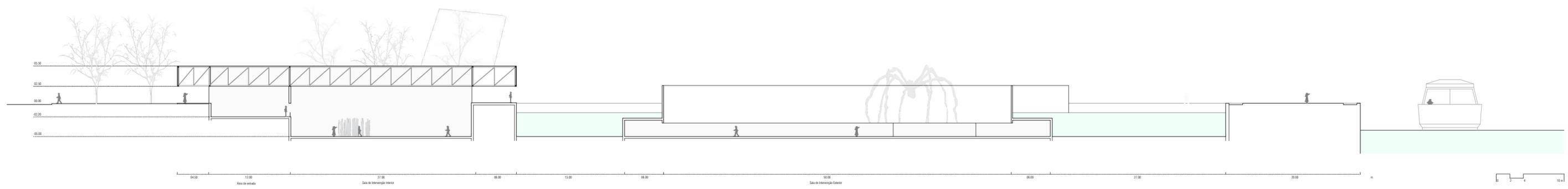


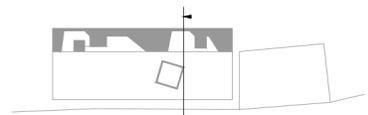


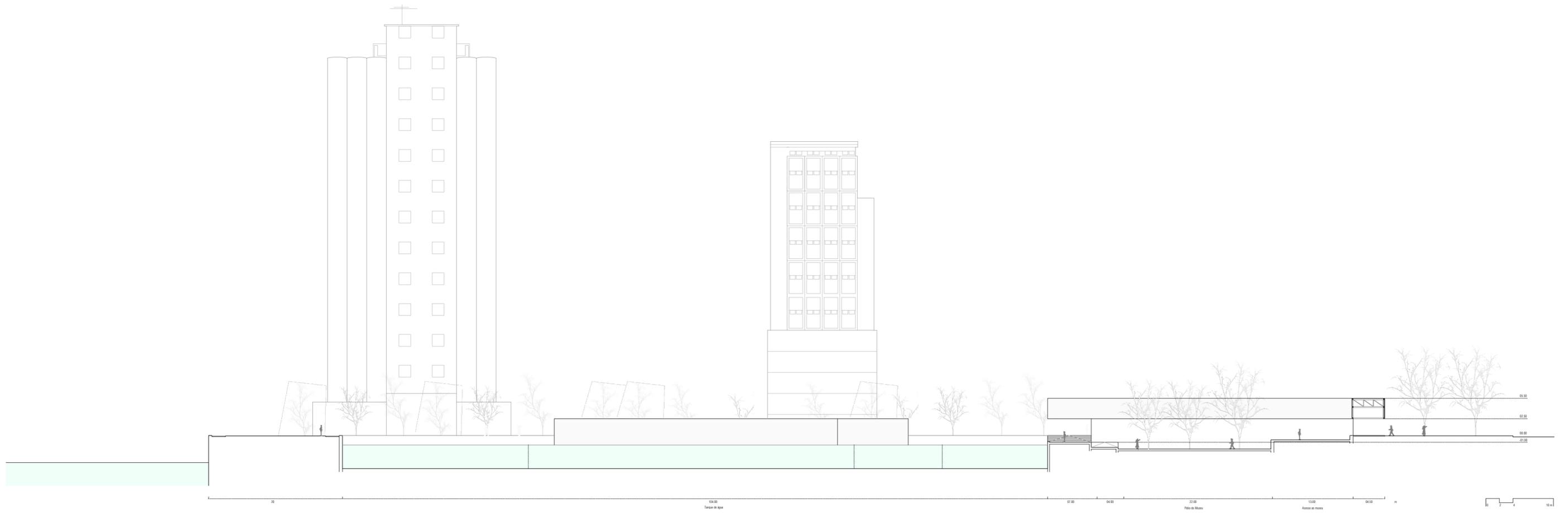
CORTE TRANSVERSAL 1.200

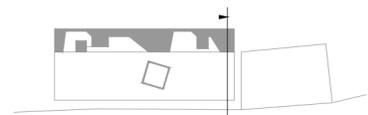
Ligação entre a Sala de Intervenção Interior e Exterior









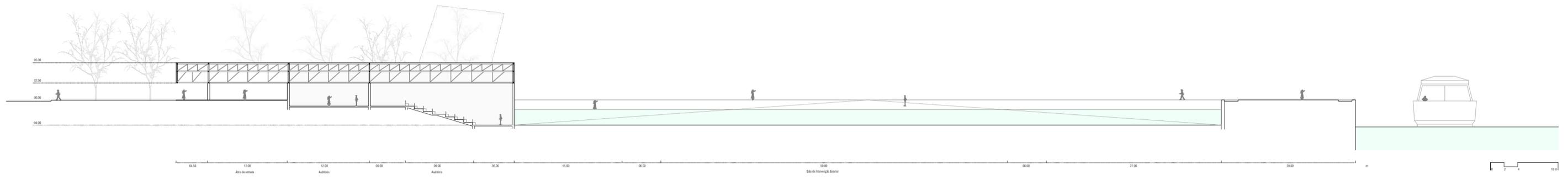


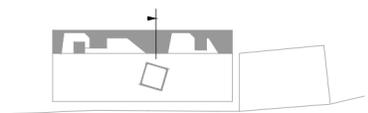
161 porta oriente

CORTE TRANSVERSAL 1.200

Auditório

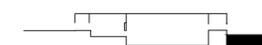


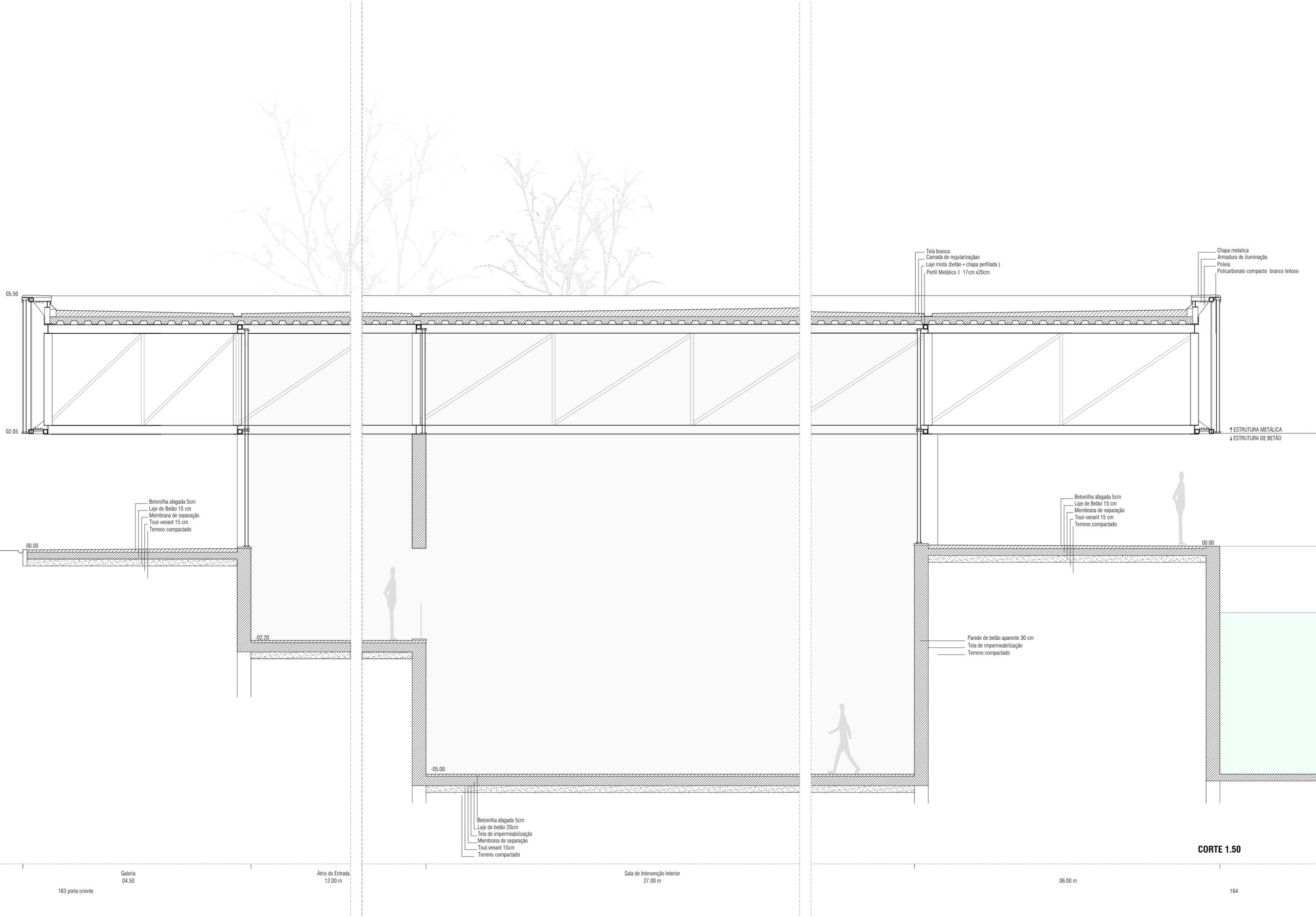




CORTE TRANSVERSAL 1.500

Sala de Intervenção Interior





05.50

02.05

00.00

-02.20

-05.00

- Betonilha afagada 5cm
- Laje de Betão 15 cm
- Membrana de separação
- Tout-venant 15 cm
- Terreno compactado

- Betonilha afagada 5cm
- Laje de betão 20cm
- Tela de impermeabilização
- Membrana de separação
- Tout-venant 15cm
- Terreno compactado

- Tela branca
- Camada de regularização
- Laje mista (betão + chapa perfurada)
- Perfil Metálico I 17cm x20cm

- Chapa metálica
- Armadura de iluminação
- Poleia
- Policarbonato compacto branco leitoso

↑ ESTRUTURA METÁLICA
↓ ESTRUTURA DE BETÃO

- Betonilha afagada 5cm
- Laje de Betão 15 cm
- Membrana de separação
- Tout-venant 15 cm
- Terreno compactado

- Parede de betão aparente 30 cm
- Tela de impermeabilização
- Terreno compactado

00.00

Galeria
04.50

Átrio de Entrada
12.00 m

Sala de Intervenção Interior
27.00 m

06.00 m

163 porta oriente

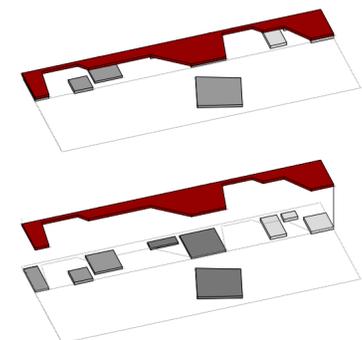
CORTE 1.50

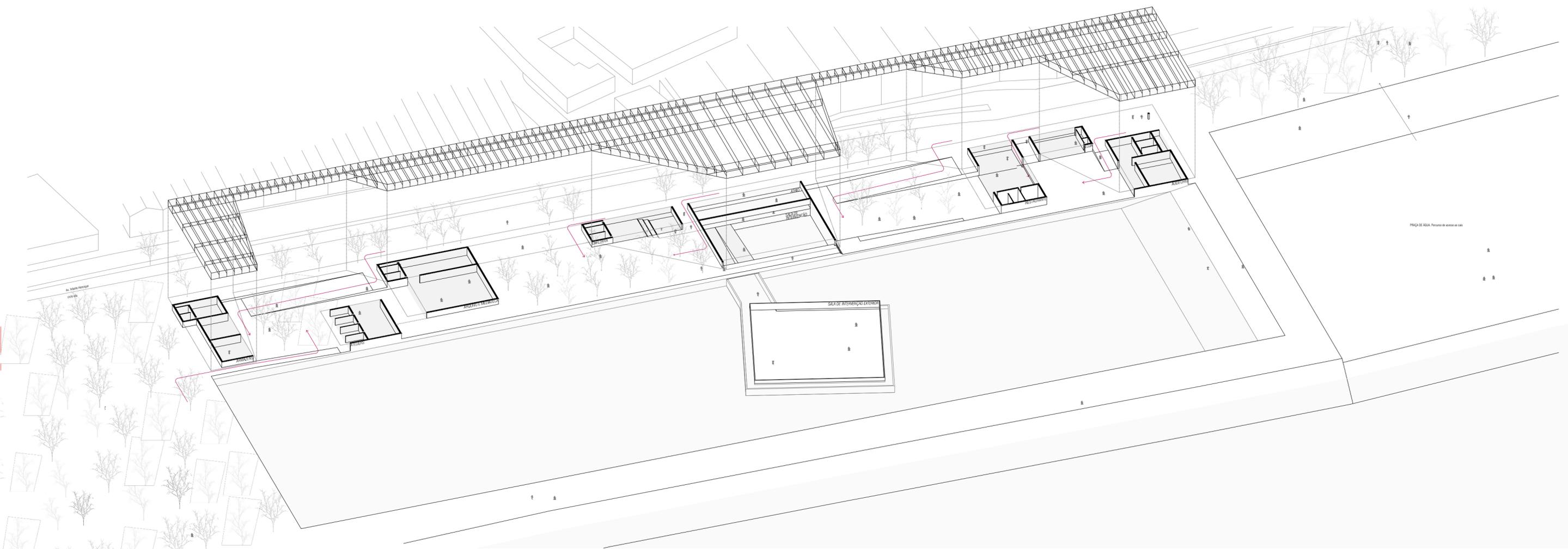
164

AXONOMETRIA

Relação volumétrica entre volumes e peça longitudinal

● galeria ● produção ● exposição ● lazer





ABORDAGEM FINAL

Na sequência da cadeira de projecto III, Porta Oriente é a proposta que surge como o possível estímulo ao crescimento e ao desenvolvimento de um novo centro numa frente amuralhada pelo Porto de Lisboa que perdeu a ligação ao rio e cujos valores industriais e culturais foram abandonados e esquecidos.

O entendimento das três praças reais nas frentes de água, ao centro no terreiro do Paço, a Ocidente em Belém e a Oriente em Xabregas, no período de D.Manuel e D. João III e a consciência de que esta última nunca chegou a existir, veio justificar um possível sentido para a proposta.

A cidade é um sistema de constantes transformações e necessidades de criar novos espaços que possam ser fundadores e permeáveis a novas experiências e mutações. Porta Oriente é a experiência espacial à escala urbana que surge como um possível "praça de água" na frente Oriente, que apesar de desejada nunca existiu e que nos dias de hoje poderá fazer sentido em Marvila.

Além dos valores históricos, compreendeu-se que questões de ordem topográfica como a posição estratégica no fim da linha de água, a privilegiada profundidade do rio nesta frente, a flexibilidade e os acessos na estrutura viária e fluvial assim como a posição desta freguesia no limite desta área portuária e a natureza desta frente ribeirinha, cultural e industrial, reforçaram o sentido da possível existência desta entrada perante a atualidade.

Em suma, Porta Oriente é o novo cais da cidade que aliada ao Centro de Cultura Contemporânea na faixa oriental ribeirinha de Lisboa, na Doca do Poço do Bispo, é a proposta de um possível novo centro da cidade de Lisboa.

Através da ampla praça aberta sobre o rio, que integra o equipamento cultural, esta porta é o possível designio que pretende quebrar a descontinuidade urbana da frente ribeirinha entre a cidade antiga e a cidade nova, revitalizar uma frente rica em edifícios de valor industrial e cultural assim como lugares devolutos e por fim devolver à cidade, a relação que outrora esta estabelecia com o rio.

DADOS BIBLIOGRÁFICOS

BIBLIOGRAFIA

APL (2005). *Estudo De Intenções Para O Porto De Lisboa, Na Área Entre Belém E Matinha*. Lisboa: APL.

Benevolo, L. (1998). *A cidade e o Arquiteto* (Tradução de Rui Eduardo Santana Brito). Lisboa: Edições 70.

Deutsches Historisches Museum (2007). *História da Alemanha em fotos e testemunhos - guia de Museu Prestel*. **Berlim**: Leonore Koschnick para museu histórico alemão

Caeiro, M.J. (2007) *Lisboa capital do nada - Marvila, 2001- criar, debater, intervir no espaço público*: Almedina

Caetano, C. (2008). *A Ribeira de Lisboa*. Lisboa: Pandora.

Carrilho da Graça, Luis (2002) *Jornal dos Arquietos 206, Maio/Junho 2002*

Carita, Hélder (2004). *Lisboa Manuelina* (cap. I e II). Lisboa: Horizonte.

Carita, Hélder (2008). *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Horizonte.

CML (2011). *Projetos Urbanos da Frente Ribeirinha de Lisboa*. Lisboa: C.M.L.

de Matos, J. S. (1999). *Caminhos do Oriente, Guia Histórico 1*, Lisboa: Livros Horizonte.

de Matos, J. S. (1999). *Caminhos do Oriente, Guia Histórico 2*. Lisboa: Livros Horizonte.

Durão, V.C.M., (2012). Análise Urbana de Territórios Construídos /Os Aterros na Baixa e na Frente Ribeirinha de Lisboa. *Revista da Gestão Costeira Integrada* 12(1), 17-30.

Faria, M. F. (coord.). (2008). *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio*. Lisboa: INCM / UAL.

Faria, M. F. (2008). *Praça Reais; Presente, Passado, Futuro*. Lisboa: Livros Horizonte.

Folgado, D., **Custódio**, J. (1999). *Caminho do Oriente, Guia do Património Industrial*. Lisboa Livros Horizonte.

França, J. A. (1980). *Lisboa: Urbanismo e Arquitetura*. Lisboa: Livros Horizonte.

Gaspar, D. (coord.) (2005). *Arquitetura do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da Republica.

Gaspar, Diogo (coord.) (2005). *Jardins e Escultura do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da Republica.

Gaspar, Diogo (coord.). (2005). *Vivências, Sítio e Iconografia do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da Republica.

Lynch, K. (2014). *A imagem da Cidade*. Edições 70.

Mendes da Rocha, P. (2000). *Paulo Mendes da Rocha*. São Paulo: Cosac & Naify,

Mendes da Rocha, P. (2007). *Paulo Mendes da Rocha - vol. 2 (projetos de 1999 a 2006)*. São Paulo: Cosac & Naify,

Pereira, P. (2007). O Modo Gótico (séculos XIII-XV). In Pereira, P., *História da Arte Portuguesa*. Vol. III. Mem Martins: Círculo de Leitores.

Pereira, Paulo (2012). *A Fábrica Medieval - Concepção e construção da arquitetura Portuguesa (1150-1550)*. Tese de Doutoramento. FAUTL, Lisboa.

Pereira, P. (2014). Barroco. In Pereira, P., *Decifrar a Arte Portuguesa*. Vol. IV. Círculo de Leitores.

Pimentel, A. F. (2012). D. João V e a Imagem do Poder: o Terreiro ao Revés. In Faria, M. F. (Eds), *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio - História de Espaço Urbano* (p. 73-92). Lisboa: UAL, INCM.

Portas, Nuno (coord.). (1998). *Cidades e Frentes de Água/Cities And Waterfronts*. Porto: Faculdade de Aquitetura da Universidade do Porto.

Senos, N. (2002). *O Paço da Ribeira*. Lisboa: Notícias.

FONTES

Administração do Porto de Lisboa, <http://www.portodelisboa.pt/>

Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa (arquivomunicipal.cm-lisboa.pt)

Arquivo do Museu da Cidade, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa (www.museudacidade.pt)

Arquivo Nacional Da Torre do Tombo, Alameda da Universidade, Lisboa (<http://antt.dglab.gov.pt/>)

GEO. Gabinete de Estudos Ollisiponenses, Camara Municipal de Lisboa, Palácio do Beau Séjour, Lisboa

IMC. Património Cultural, Direção Geral do Património, Palácio Nacional de Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda

PDM - Plano Diretor Municipal, Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal>)

Museus de Portugal, Associação Cultural Digital, Porto (www.museusportugal.org)

Transportes de Lisboa, Lisboa, <http://www.transtejo.pt/>

BIBLIOGRAFIA DE IMAGENS

fig.01 - Desenho esquemático de relação entre as três praças reais, segundo a carta de Filipe Folque, 1858

Autor. Filipe Folque
Ano.1856-1858
Fonte. Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Fotográfico

fig.2 - Olisipo: traçados conjecturais do período romano segundo Rodrigo Banha da Silva", desenhado segundo,

Autor. Rodrigo Banha Silva de Andrade
Ano.1856-1858
Fonte. (SILVA, R. Banha da, "Olisipo", in Anexos deAEspalx (dir. Josep A. R. Valverdú, Jesus A. Perez, Mérida 2011))

fig.3 - Prolongamento da Rua Nova (a) na sequência da construção da muralha de D.Dinis (b), desenhado segundo,

Fonte. CARITA, Hélder, Lisboa Manuelina, Lisboa, Horizonte, 1999: fig. 1

fig.04 - Vila Nova das Portas de Santa Catarina, iniciada no Reinado de D. João I, na sequência de um acordo de compras de terrenos efetuados no ano de 1410 entre D. João I, o Senado da Câmara e o Almirante Calro Peçanha, desenhado segundo,

Fonte. (CARITA, Hélder, Lisboa Manuelina, Lisboa, Horizonte, 1999: fig. 4)

fig. 05 - Frontispício da Crónica de João I (AA/TT), Vista de Lisboa com o Paço da Ribeira. Pormenor. Ao fundo, à esquerda, os Jerónimos

Autor. (desconhecido)
Ano. 1516

fig. 06 - Pormenor: o Paço da Ribeira

Autor. António de Holanda e Simão de Bening (atrib.)
Ano. C. 1534
Fonte. pormenor da Genealogia dos Reis de Portugal, British Museum, fol.8

fig. 07 - Pormenor: as fachadas "das Boticas do Terreiro do Paço paralelas à praia.

Autor. António de Holanda e Simão de Bening (atrib.)
Ano. C. 1534
Fonte. pormenor da Genealogia dos Reis de Portugal, British Museum, fol.8

fig. 08 - Distribuição diacrónica das funções do paço da Ribeira e adjacências funcionais (seg. Carlos Caetano)

Autor. Carlos Caetano
Ano. 2005
Fonte. CAETANO, 2005 (Desenho: José António)

fig. 09 - Vista de Lisboa e Rio Tejo no século XVI , Navios à vela Caravela e Carraca na era descobrimentos portugueses

Autor. Georgious Braunius
Ano. 1572
Fonte. "Lisboa-Olisipo", in Civitates Orbis Terrarum, 1572
Georgious Braunius, "Lisboa-Olisipo", in Civitates Orbis Terrarum, 1572

fig.10 - esquemas baseado em: Largos e terreiros e Os cais da frente ribeirinha de Lisboa (seg. Carlos Caetano)

Autor. Carlos Caetano
Ano. 200
Fonte. CAETANO, 2005 (Desenho: José António)

fig. 11 - Panorâmica de Lisboa, conhecido por Panorâmica de Leyden

Autor. (desconhecido)
Ano. 1540-1550
Localização. Biblioteca da Universidade de Leyden (inv. J29-15-7831-110/30)

fig. 12 - Vista do Paço da Ribeira e Alto de S. Francisco.

Autor. Ass. Zuzarte (desenho à pena,aguarelado a nanquim)
Ano. 1782
Localização. Museu da Cidade. Amadora: Heska Portuguesa.
Fonte. Fotografia, Estúdio Horácio Novais - CML (1982), Exposição Lisboa e o Marquês de Pombal.

fig. 13 - *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II*

Autor. Domingos Vieira Serrão

Ano. 1662

Localização. Museu da Cidade

Fonte. Fonte. <http://www.christies.com/lotfinder/books-manuscripts/madrid-1622-lavanha-joao-baptista-5214066-details.aspx>

destinado à obra de Juan Bautista Lavanha, Viaje de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe III N. S. al reino de Portugal, Madrid

fig.14 - Terreiro do Paço no século XVII , sob o olhar londrino de Dirk Sloop

Autor. Dirk Sloop

Data. 1662

Localização. Museu da Cidade

Fonte. <http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Pintura/Paginas/Terreiro-do-Paco-no-seculo-XVII.aspx>

fig. 15 - Fragmento da planta de Lisboa, anterior ao Terramoto de 1755. desenhado segundo

Autor. (desconhecido)

Fotografia . Jorge Bráunio

Fonte. Arquivo Municipal de Lisboa.

fig. 16 - Planta geral da Quinta de Santo Antão do Tojal

Data. 1728-1732

Fonte. (seg. Pereira)

fig. 17 - Planta das coberturas da Quinta de Santo Antão do Tojal

Autor. A. Canevari

Data. 1728

fig. 18 - Alçados da Igreja de Santo Antão do Tojal

Autor. (desconhecido)

Data. 1728-1732

19 -Praça de S Pedro de Alcântara: projeto de Carlos Mardel

Autor. Carlos Mardel

Data. 1752

Fonte. Museu da cidade

20- Collecção de algumas ruínas de Lisboa causadas pelo Terramoto e pelo fogo do primeiro de Novembro de 1755

Autor. Philippe Le Bas (gravura); M.M.Paris (des.);

Data. 1757

Localização. *Exposição Lisboa e o Marquês de Pombal, Museu da Cidade*

Fonte. *Fotografia, Estúdio Horácio Novais - CML (1982)*

fig. 21 - Filipo Juarra, Esboços para a Patriarcale Palácio do Rei de Portugal

Autor. Felipo Juarra

Data. 1719

Localização. Arquivo Histórico de Turim

fig. 22 - As propostas para a real praça do comércio, desenhadas segundo

desenhado segundo

Localização. Museu da Cidade

Fonte. Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio, coord Miguel Faria, Lisboa, INCM / UAL; 2008 pág. 125 - 130

<http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Desenho/Paginas/Planta-1.aspx>

<http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Desenho/Paginas/Planta-2.aspx>

<http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Desenho/Paginas/Planta-3.aspx>

<http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Desenho/Paginas/Projecto-4.aspx>

fig. 23 - Planta topográfica da Cidade de Lisboa arruinada, também segundo o novo Alinhamento dos Arquitectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos

Mardel

realizado pelo autor segundo,

Autor. Carlos Mardel

Localização. Museu da cidade

Fonte. <http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Cartografia/paginas/Planta-topografica-Lisboa-Eugenio-dos-Santos-Carvalho-Carlos-Mardel.aspx>

fig. 24 - Esquemas Interpretativos . Esquícios Maria Helena Ribeiro dos Santos

Autor.Maria Helena Ribeiro dos Santos

Fonte. Faria, Miguel, F., (coordenação) Praças reais : Passado, Presente e Futuro, Livros Horizonte, Lisboa, 2008, pág XXX

fig. 25 - Planta de Eugénio dos Santos (1758)

realizado pelo autor, segundo ,

Autor. Eugénio dos Santos

Data. 1758

Localização. Museu da Cidade

Fonte. <http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Cartografia/paginas/Planta-topografica-Lisboa-Eugenio-dos-Santos-Carvalho-Carlos-Mardel.aspx>

fig. 26 - Vista imaginária da Praça do Comércio tirada do rio, inspirada no projecto de Eugénio dos Santos. A centralidade formal e simbólica da

praça é dada pela Estátua Equestre, remetendo para o modelo das Praças Reais europeias

Autor. (desconhecido)

Atribuição. Gaspar Frois Machado

Data. séc. XVIII (2º metade)

Localização. Museu da Cidade

Fonte. <http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Gravura/Paginas/Praca-do-Commercio-da-Cidade-de-Lisboa.aspx>

fig. 27 - Relação do Terreiro do Paço com o crescimento da cidade e os seus aterros, baseado

nas cartas de Luis Filipe Folque (1858), de Carta de Silva Pinto (1911) e na planta atual de

Lisboa

realizado pelo autor segundo

Autor. Luis Filipe Folque, Silva Pinto, Planta Atual de Lisboa

Data. 1858

Fonte. Gabinete de Estudos Olissiponenses

28 - Aproximação ao terreiro o Paço na Carta de Luis Filipe Folque (1858)

Autor. Luis Filipe Folque

Data. 1858

Fonte. Gabinete de Estudos Olissiponenses

29 - Aproximação ao terreiro o Paço na Carta Militar de Silva Pinto (1911)

Autor. Silva Pinto

Data. 1911

Fonte. Gabinete de Estudos Olissiponenses

30 - Aproximação ao terreiro o Paço sob o Ortofotomapa da atualidade

relalizado pelo autor segundo

Fonte. <http://www.bing.com/maps/>

fig.31 - Terreiro do Paço arborizado, tal como na carta de Silva pinto

Autor. Manoel Joaquim Florenço

Data. 1884-1962

fig. 32 - Praça do Comércio como espaço de estacionamento de viaturas

Autor. Seródio, Armando.

Data. 1959

fig. 33 - Marcação das Ruas do Ouro (a) e da Rua da Prata (b)

realizado segundo o autor

fig. 34- Planta do Real Palacio e Quinta de Belem

Autor. José António de Abreu

Levantameto, capitão engenheiro, J. A. de Abreu,

Data. 1796-1873

Localização. Torre do Tombo. (vogal secretario da comissão do Tombo dos bens da coroa)

fig. 35 - Palácio Real de Belém, desenho de Cazelas, gravura de A. Oliveira [entre 1900 e 1945]

Autor. A.Oliveira

Data.entre 1900 e 1945

Localização. Arquivo Municipal de Lisboa

Fonte. <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=254602&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>

fig. 36 - Aproximação à praça de Belém na Carta de Luis Filipe Folque (1858)

Autor. Luis Filipe Folque
Data. 1858
Fonte. Gabinete de Estudos Olissiponenses

fig. 37 - Aproximação à praça de Belém na Carta Militar de Silva Pinto (1911)

Autor. Silva Pinto
Data. 1911
Fonte. Gabinete de Estudos Olissiponenses

fig. 38 - Aproximação à praça de Belém sob o Ortofotomapa da atualidade

relalizado pelo autor segundo
Fonte. <http://www.bing.com/maps/>

fig. 39 - Interpretação do possível desígnio no estuário do tejo

realizado pelo autor, segundo
Fonte. Projecto executado por HIDROPROJECTO (1999)

fig. 40- O possível desígnio através da Carta Militar de Filipe Folque,1858.

realizado pelo autor, segundo
Autor. Luis Filipe Folque
Data. 1856
Fonte. Gabinete de Estudos Olissiponenses

fig. 41 -A antiga Fábrica de Tabacos de Xabregas

Autor. J.Pedroso
Data. 1859
Localização. Museu da Cidade
Fonte. <http://www.museudacidade.pt/Coleccoes/Pintura/Paginas/pecas.aspx>

fig. 42 - Desenho do Paço de Xabregas e seu jardim, da obra Da Fabrica que falece ha cidade de Lisboa, de Francisco de Holanda

Autor. Francisco de Holanda
Data. 1571
Fonte. Franciso de Holanbda, Da Fabrica que Falce à Cidade de Lisboa, Lisboa, Horizonte, 1986

fig. 43 - Aproximação à praça de Xabregas na Carta de Luis Filipe Folque (1858)

Autor. Luis Filipe Folque
Data. 1858
Fonte. Gabinete de Estudos Olissiponenses

fig. 44 - Aproximação à praça de Xabregas na Carta Militar de Silva Pinto (1911)

Autor. Silva Pinto
Data. 1911
Fonte. Gabinete de Estudos Olissiponenses

fig. 45- Aproximação à praça de Xabregas sob o Ortofotomapa da atualidade

relalizado pelo autor segundo
Fonte. <http://www.bing.com/maps/>

fig. 46 - desenho da relação das três praças e os aterros de 1911 e da atualidade, com base na carta militar de Felipe Folque (1858)

realizado pelo autor segundo
Autores. Filipe Folque, Silva Pinto
Data. 1585,1911
Fonte. Gabinete de Estudos Olissiponenses, Projecto executado por HIDROPROJECTO (1999)

fig. 47 - Crescimentos dos aterros

realizado pelo autor segundo
Autores. Filipe Folque, Silva Pinto, planta atual de Lisboa
Fonte. Gabinete de Estudos Olissiponenses, Projecto executado por HIDROPROJECTO (1999)

fig. 48- Esquemas Interpretativos

realizado pelo autor segundo

fig. 49 - Cronologia sintese

relalizado pelo autor segundo

fig.50. Ortofotomapa da Doca do Poço do Bispo

Realizado pelo autor
Fonte. <http://www.bing.com/maps/>

fig.51

Fotografias realizadas pelo Autor

fig. 52 -

1938 Doca do Poço do Bispo, vendo-se à esquerda a casa Abel Pereira da Fonseca ;
Localização. Arquivo Municipal de Lisboa
Fonte. <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/>

1938 Abel Pereira da Fonseca, L.da, Poço do Bispo, 1938.
Localização.Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian
Fonte. http://c8.quickcachr.fotos.sapo.pt/v/ode088f2/10561188_gDE1E.jpeg

1948 Doca e vista sobre a Fábrica;
Localização. Arquivo Municipal de Lisboa
Fonte. <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/>

1950.Fotografia aérea da zona do Poço do Bispo, lado oriental do Porto de Lisboa
Localização. Arquivo Municipal de Lisboa

fig.53 - Doca do Poço do Bispo, o Lugar

Realizado pelo Autor

fig.54 - Doca do Poço do Bispo, o Lugar

Realizado pelo Autor

fig.55 - Fotografia aérea da proposta

Realizado pelo autor

fig.56 - Propostaa

Realizado pelo autor

fig.57 - Proposta

Realizado pelo autor